

Carolina Pacheco Costa

Trabalho de projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Arquitetura
(Mestrado Integrado em Arquitetura)

**INTERCÂMBIOS ENTRE AS ARTES E A ARQUITETURA
OS MOVIMENTOS ASSOCIATIVOS E AÇÕES PARTICIPATIVAS NA TRAFARIA**

Orientador da vertente teórica:
Doutor Arq. Paulo Tormenta Pinto, Professor Associado, com agregação, ISCTE-IUL

INCUBADORA DE EMPRESAS NO ANTIGO QUARTEL MILITAR DA TRAFARIA

Tutor da vertente prática:
Doutor Arq. Pedro Pinto, Professor Auxiliar, ISCTE-IUL

Outubro 2019

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Um percurso iniciado na Universidade dos Açores e intensificado e consolidado no ISCTE.

A todos os professores que acompanharam este processo, em especial aos professores Paulo Tormenta Pinto e Pedro Pinto, pelas orientações determinantes à concretização deste trabalho final e à realização de uma investigação que nutre interesses pessoais.

Às minhas colegas de grupo de trabalho, que preencheram todos os momentos deste ano com uma amizade divertida e cúmplice.

À Ana Rita, João, Cheila e Tiago, pelo constante apoio e cumplicidade, pela melhor amizade que alguma vez existirá.

Ana Rita, por uma genuína amizade que já nem se conta pelos dedos das mãos, presente para momentos difíceis e de festejo.

À minha família, em especial às minhas madrinhas por uma constante atenção, reforçada neste ano final, e ao Vasco e André pelas oportunidades de cultura e lazer e por um intensivo apoio neste último ano.

À Maria, por ser a voz da razão nos momentos dramáticos e a voz dramática nos momentos de divertimento.

Por último, e certamente mais importante, aos meus pais, a quem devo mais do que consigo agradecer, que possibilitaram todo este percurso e que, mesmo em momentos críticos, continuamente me apoiaram e incentivaram.

ÍNDICE GERAL

Introdução Geral	III
PARTE 01	V
Vertente Teórica Intercâmbios entre as artes e a arquitetura: Os movimentos associativos e ações participativas na Trafaria	
01 Estruturas Formais e Informais de Associações	30
02 A Atividade Associativa na Trafaria	74
PARTE 02	122
Vertente Prática Incubadora de Empresas no antigo Quartel Militar da Trafaria	
Trafaria. Centro e Periferia da Grande Lisboa Proposta de Grupo	124
Trafaria Terra Proposta de Grupo	126
Trafaria Terra Incubadora de Empresas Proposta Individual	136
Considerações Finais	174

INTRODUÇÃO GERAL

O presente caderno compreende o trabalho desenvolvido em Projeto Final de Arquitetura do curso do Mestrado Integrado em Arquitetura, no ISCTE-IUL, no decorrer do ano letivo 2018/2019, o qual se reparte em duas vertentes, teórica e prática.

A vertente teórica aborda um tema de interesse pessoal e constituiu-se de um meio de exploração do mesmo no terreno de análise e intervenção na vertente prática deste trabalho, a Trafaria. Esta primeira vertente, ocupa-se do estudo do papel interventivo de estruturas associativas formais e informais, de contexto laboral, cultural e urbano, no espaço urbano, social e na atividade arquitetónica.

Este tema é analisado no contexto da Trafaria, observando as associações locais existentes, os espaços e ações que ocupam e desenvolvem, respetivamente. Posteriormente, são analisadas as intervenções associativas e participativas, desenvolvidas por entidades exteriores, no território em questão, verificando-se modos de reocupação e apropriação de espaços que se encontravam mal ou de todo aproveitados, e integração de novas dinâmicas urbanas e sociais nos mesmos.

A intervenção referida da vertente prática materializa-se na frente terra da freguesia da Trafaria, pertencente ao concelho de Almada. Esta frente abrange a malha urbana interior de chegada por terra, uma malha de espaços desocupados e desaproveitados englobando os terrenos do Quartel Militar da Trafaria, as instalações dos bombeiros e espaços agregados a estas, e o espaço das instalações militares da Raposeira. O projeto desenvolvido ocupa-se, assim, do Quartel Militar da Trafaria, atualmente deixado ao abandono e parcialmente ocupado pela GNR, como depósito de materiais apreendidos, mas com potencial para integração de novas ocupações de atividades associativas, de co-working e empresariais.

RESUMO

Do design às artes visuais, da arte pública à performativa, a arquitetura é uma disciplina que toca todo um conjunto de atividades, que transcendem as margens da sua superfície de operação. O cruzamento com estas diversas áreas parte, cada vez mais, de um método informal de agrupamentos sociais e culturais, de indivíduos com intenções de transformar ou provocar reações sobre um assunto, espaço ou objeto.

Estas associações de carácter informal, integradoras de indivíduos com interesses comuns, organizadas segundo uma categorização de carácter laboral, cultural ou urbano, são sujeitas, inicialmente, a uma análise, no contexto português, sobre a capacidade que têm de mobilização das suas intenções, no meio urbano, através da sua força social coletiva e da partilha de conhecimentos dos próprios participantes.

Posteriormente, é também analisada a atividade associativa local na Trafaria, constatando-se que o seu impacto urbano é reduzido individualmente, mas intensificado e visível quando colaborando com outras associações, estas maioritariamente exteriores ao território. Um olhar mais atento a estas intervenções associativas e participativas na Trafaria, por colaborações entre associações locais e exteriores, constata uma afinidade pela reocupação e reativação de espaços deixados à obsolescência, como é exemplo o núcleo central da Trafaria, e outros espaços devolutos e desaproveitados, nos bairros informais da Cova do Vapor e do 2º Torrão.

Propõe-se, no projeto deste trabalho, uma continuação deste pensamento para o Quartel Militar da Trafaria, que reúne condições propícias a uma ocupação associativa e de co-working.

Palavras-chave:

associativismo

participação

reconversão
urbana

reocupação

apropriação

Trafaria

Quartel Militar

ABSTRACT

Key-words: From design to visual arts, from public art to performances, architecture is a subject that comprehends a whole spectrum of activities that transcend its typical borders of interaction. The intersection of these different areas comes, more and more, from an informal network of people that form social and cultural groups with the intention of changing or evoking reactions on a subject matter, a space or an object.

associativism
participation
urban renovation
reoccupation
appropriation

Regarding these associations of people with common interests, that are organized according to the following categories: labor, cultural or urban, it is studied, in the Portuguese context, their capability to boost their intentions and interventions to the urban environment, through their collective social strength and the sharing of their knowledge between the participants.

Trafaria
Military Quarters

Afterwards, it is also studied the associative actions of local collectives in Trafaria. It's noted that individually their urban impact is low, whereas when collaborating with other collectives, mainly from outside of Trafaria, the impact is larger and more prominent. A more focused analysis on these participative and associative interventions from multiple collectives working together finds a relation with reoccupying and reactivating spaces left abandoned, such as in the central area of Trafaria, and unoccupied and unused spaces at the informal areas of Cova do Vapor and 2º Torrão.

In the project part of this work, it is proposed a continuity of this train of thought applied to Trafaria's Military Quarters, which meets the right conditions for a new occupation of associative and co-working activities.

ÍNDICE	
INTRODUÇÃO	2
METODOLOGIA	4
ESTADO DA ARTE	7
01 – ESTRUTURAS FORMAIS E INFORMAIS DE ASSOCIAÇÕES	32
1.1 – Enquadramento e Evolução Do Movimento Associativo no Contexto Português	34
1.2 – Processos Contemporâneos de Associativismo Com Impacto Urbano	40
1.2.1 – Ações Associativas de Âmbito Laboral	44
1.2.2 – Ações Associativas de Âmbito Cultural	50
1.2.3 – Ações Associativas de Âmbito Urbano	60
02 – A ATIVIDADE ASSOCIATIVA NA TRAFARIA	76
2.1 – Enquadramento Geográfico e Histórico da Trafaria	78
2.2 – As Associações na Trafaria	98
2.3 – Ações de Ímpeto Urbano e Associativo na Trafaria	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRAFIA:	178
ÍNDICE DE FIGURAS	184
ANEXOS	192
ANEXO A - Conversa com coreógrafa bailarina Olga Roriz	192
ANEXO B – Conversa com professora doutora Alexandra Paio	204
ANEXO C - Tabelas	219

INTRODUÇÃO

A atividade associativa manifesta-se desde muito cedo na vida humana, tanto pela procura de melhores condições de vida, pela luta dos seus direitos ou pela necessidade de se reunirem para a procura de espaços e atividades sociais e de lazer. No contexto da arquitetura, manifesta-se maioritariamente através das atividades informais, que se materializam na intervenção e construção urbana de ímpeto social. A atividade associativa é, no entanto, um tema vasto que engloba várias áreas de pensamento e intervenção. A informalidade e o associativismo são conceitos comunicantes e articulados entre si, que têm por base um foco inicial comum: a concretização de atividades por parte de um grupo que se organiza, inicialmente, de forma não oficial, informal e não regulamentar (Loureiro, 2011, p. 20).

As associações são sistemas gerados fora do sistema, um conceito que se equipara ao conceito de rizoma de Gilles Deleuze (1995). São organizações espontâneas que surgem a partir de uma intenção, objetivo ou ideia de um grupo de pessoas, do mesmo modo que um rizoma nasce de uma ramificação no meio de várias plantas e gera em si um bolbo. São, em si próprias, uma multiplicidade de pessoas, saberes, valores e disciplinas e formam uma rede de relações de todas as suas dimensões, geridas por micropolíticas próprias, com foco numa intenção de mobilização na esfera pública.

Com ações de ímpeto urbano diversas, nascidas de um processo informal, categorizam-se as associações em três domínios gerais distintos: laboral, cultural e urbano. A primeira com uma incidência social e do trabalho, a segunda destinada às atividades culturais e artísticas e a última com foco na atividade arquitetónica e desenvolvimento urbano. Cada uma destas gera um impacto público diferente, dependente e através da sua capacidade mobilizadora, passível de se extravasar para o espaço arquitetónico e urbano. Este entendimento constitui-se, assim, um objetivo a atingir.

Atualmente, as associações em Portugal dispersam-se por todo o país e englobam os mais diversos sectores, destacando-se, porém, as associações culturais, cujas ações abrangem a cultura, o recreio e o desporto (INFORMA D&B, 2015).

Caracterizada pela proximidade à capital, mas separada pelo plano de água do rio Tejo, na margem sul, onde o rio encontra o mar, situa-se a freguesia da Trafaria. Apesar da sua localização aproximada passível de se transformar em potencialidades, o desenvolvimento desta localidade não se equipara ao desenvolvimento da margem oposta.

Apesar da sua posição geográfica estratégica para o desenvolvimento de diversas atividades ao longo dos anos, como hospitalares, militares, portuárias e fabris, o crescimento populacional e urbano que provocou não fomentou um desenvolvimento acentuado. Estimulou, no entanto, o aparecimento de diferentes malhas urbanas, consolidado, porém com territórios expectantes, como a vila da Trafaria e outras, desordenadas e espontâneas, como os aldeamentos do Torrão e da Cova do Vapor. A análise destas ações espontâneas locais e desempenhadas por agentes associativos exteriores à freguesia, converte-se também num objetivo deste trabalho.

Assim, a primeira parte deste trabalho consiste no entendimento do movimento associativo no contexto histórico nacional até à atualidade, seguido de um estudo dos processos contemporâneos de associativismos nas vertentes laborais, culturais e urbanas e possíveis impactos urbanos.

A segunda parte centra-se no caso da Trafaria, começando por um enquadramento geográfico e histórico, abordando as atividades principais que foram, ao longo do tempo, desenvolvidas no local. Segue-se uma análise às associações existentes na freguesia e as suas eventuais ações urbanas identificáveis e, posteriormente, associações exteriores com atividades urbanas concretizadas no território.

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, recorreu-se a documentação bibliográfica que se prende com livros publicados, artigos, revistas, teses e dissertações, mas também aos websites oficiais das associações e programas públicos observados, e reportagens digitais.

Para a primeira parte da investigação, foram realizadas três conversas a três ativistas dentro do âmbito de cada vertente associativa analisada, duas das quais se encontram anexadas no final do trabalho. Para a vertente cultural, entrevistou-se a bailarina e coreógrafa Olga Roriz, pela sua experiência e conhecimento em diferentes tipos de eventos artísticos. Iniciou os seus estudos em dança na Escola do Teatro Nacional de São Carlos em Lisboa. Aos 18 anos, finalizou o curso da Escola de Dança do Conservatório Nacional de Lisboa e, de seguida, fez parte do elenco do Ballet Gulbenkian onde desempenhou o papel de primeira bailarina e coreógrafa principal. Em 1992 assumiu a direção artística da Companhia de Dança de Lisboa e, mais tarde, em 1995, fundou a sua companhia, Companhia Olga Roriz, na qual é diretora e coreógrafa. Com um repertório vasto na área da dança, teatro e vídeo apresentado em diversos países, e tendo trabalhado com inúmeros coreógrafos de renome, Olga recebeu prémios nacionais e estrangeiros que a distinguiram como uma das grandes bailarinas e coreógrafas de Portugal.

Para a vertente laboral, a conversa foi com Pedro Costa, professor auxiliar no ISCTE-IUL e diretor do DINAMIA'CET. Licenciado em Economia e doutorado em Planeamento Regional e Urbano, é responsável pelas linhas de investigação de Adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas, Economia do território e Planeamento regional e urbano do DINAMIA'CET. Colaborou e desenvolveu diversos projetos e investigações sobre os temas do planeamento e desenvolvimento local, regional e de atividades culturais. Tratou-se de uma conversa informal, não constando, assim, nos anexos deste trabalho, durante a qual o professor fez referência e indicou a leitura de artigos como *On 'Creative Cities' governance models: A comparative*

approach (2006), *Urban Design, Public Space and the Dynamics of Creative Milieux: A Photographic Approach to Bairro Alto (Lisbon), Gràcia (Barcelona) and Vila Madalena (São Paulo)* (2015) e o documento escrito *Estratégias para a Cultura da Cidade de Lisboa 2017* (2016), dos quais fez parte do seu desenvolvimento. Para esta vertente, recorreu-se também a artigos científicos e revistas de especialidade das ciências da sociologia e política, áreas que analisam frequentemente o tema do associativismo no seu âmbito.

Para a vertente urbana, recorreu-se à arquiteta Alexandra Paio, professora auxiliar no ISCTE-IUL e coordenadora, ao longo dos anos, de vários sectores como o Laboratório de Fabricação Digital - Vitruvius Fablab-IUL, o CEAAD: Curso de Estudos Avançados em Arquitetura Digital ISCTE-IUL | FAUP, o Doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos, o Curso de Especialização em Territórios Colaborativos: Processos, Projeto, Intervenção e Empreendedorismo, o projeto OIKOnet - A global multidisciplinary network on housing research and learning e o projeto EMERG.CITIES4ALL. A arquiteta atua, através de workshops, formações, investigação, coordenação e orientação de trabalhos, nas várias vertentes da arquitetura digital como o design, processo, ferramentas e fabrico digital, aplicados nas diversas atividades da arquitetura emergente, do espaço público, da arquitetura interativa e dos processos participativos.

As associações analisadas nesta primeira parte, Chapatô para a vertente laboral, Rés do Chão e festival Walk&Talk da associação Anda e Fala para a vertente cultural e o Coletivo Warehouse para a vertente urbana, unem-se no aspeto social que baseia as suas atividades. Apesar de pertencentes a classificações diferentes, desenvolvem projetos continuamente ligados às comunidades dos locais em que intervêm, mantendo um lado e envolvimento social muito forte, fator este característico daquilo que compõe uma associação. Os programas públicos mencionados, o SAAL e o BIP/ZIP, foram impreterivelmente escolhidos pela sua importância e impacto no despoletar e desenvolver do movimento associativo em Portugal.

Para a segunda parte da investigação, recorreu-se, também, à documentação existente no Centro de Arqueologia de Almada, ao Estudo de Enquadramento Estratégico da Costa da Trafaria, produzido pela Câmara Municipal de Almada e às peças audiovisuais e visuais realizadas pelas entidades associativas, sobre as ações e projetos desenvolvidos pelos próprios.

As associações mencionadas nesta parte, referentes às existentes na Trafaria, correspondem às associações que de alguma forma podem ter impacto no meio urbano, através de atividades culturais, desportivas, manifestantes, etc., não se mencionando, assim, associações que cumpram objetivos mais privados, como associações de pais ou associações militares. Referente às associações de ímpeto urbano, mencionadas nas intervenções de associações externas à Trafaria, referem-se todas as que, no processo de investigação destas ações participativas e associativas neste território, foram surgindo agregadas como colaboradoras e/ou promotoras destes projetos.

Todas estas associações foram agrupadas numa tabela (Tabela 1 pág.100-104), indicando para cada as datas de fundação e extinção (caso se aplique), a classificação atribuída (laboral, cultural ou urbana), os objetivos e atividades primários, e a sede onde se desenvolvem.

Para a vertente prática, foi necessário aceder à informação cartográfica respetiva à Trafaria e ao Quartel Militar da Trafaria, presente no Arquivo do Tombo Militar e na Direção de Infraestruturas da Biblioteca do Exército.

ESTADO DA ARTE

Para efeitos de organização da informação desta investigação, optou-se por uma divisão em quatro temas gerais, abordados ao longo do trabalho.

O PAPEL INTERVENTIVO DAS ARTES E DA ARQUITETURA

Giancarlo De Carlo, em *An Architecture of Participation* (1980), expõe o tema da participação na arquitetura com a intenção de suscitar uma discussão crítica sobre o mesmo, pois considerava fundamental à implementação de uma nova abordagem da arquitetura, tendo em conta o contexto temporal e ideológico em que esta se encontrava. Uma arquitetura desligada do uso humano, focada numa relação entre forma e função que se desviara do tema central humano e tornara esta relação num dilema entre arte e tecnologia. O arquiteto defendia que a arquitetura deveria ser uma representação da vida quotidiana nela vivida e que atingir a relação entre forma e função na sua totalidade, é impossível sem a participação direta dos protagonistas da vida quotidiana. Participação esta, que só ocorre na sua plenitude, quando todos os intervenientes têm um igual contributo na atividade. O autor termina o artigo apelando à urgência da discussão crítica deste tema, face ao caminho a tomar na arquitetura.

Publicado em 1961, o livro *Morte de Vida das Grandes Cidades* (2007) produzido pela escritora e ativista Jane Jacobs, tornou-se uma crítica ao planeamento urbano e aos princípios de reurbanização das cidades, assentes em dados políticos e socioeconómicos, dados abstratos que não refletem o funcionamento prático das cidades. Admite a cidade como uma grande incubadora de vivências e relações, de multiplicidades de atividades e usos e vê nesta diversidade um elemento fundamental à definição de cidade, um meio e um fim. Ou seja, a própria diversidade de ocupações e experiências de que as cidades são capazes, deve ser integrada nos métodos de planeamento das cidades com o fim de atingir uma diversidade

dinâmica. Para a autora, as relações humanas, os comportamentos sociais e as atividades daí provenientes são fundamentais ao bom funcionamento das cidades, ao invés dos métodos de planeamento que desprezam o indivíduo e o espaço urbano em função de aspetos funcionais, como a prevalência do automóvel, métodos estes que refuta. Jane Jacobs identifica vários princípios importantes ao planeamento de cidades mais humanas, de entre os quais destaca a importância das ruas e calçadas, pois afirma serem espaços vitais à integração e convivência social, contribuindo para uma maior vivência pública e urbana e, conseqüentemente, uma maior diversidade e segurança urbana.

Em ***Micro Planeamento: Práticas Urbanas Criativas*** (2011), Marcos Leite Rosa direciona o pensamento urbano para as iniciativas de lógica *bottom-up*, através de uma compilação de projetos de resolução de problemas urbanos em São Paulo, submetidos ao concurso *Deutsche Bank Urban Age Award da Alfred Herrhausen Society*. Através de uma análise pragmática destes e de artigos produzidos por autores convidados sobre estes e/ou sobre o tema Microplaneamento, o autor aponta para a potencialidade destes projetos, que atuam a uma escala local, através de micro ações, de formarem uma nova lógica de pensamento urbano. Segundo o autor, a força destes projetos de micro atuação reside na identificação do potencial local e dos instrumentos disponíveis no mesmo para reformulação dos espaços e estimulação de novas relações e ocupações no espaço.

Desenvolvido pelo centro de investigação do Instituto Universitário de Lisboa DINÂMIA' CET-IUL, o documento ***Estratégias para a Cultura da Cidade de Lisboa 2017*** (2016), apresenta uma reflexão estratégica sobre a ação municipal na vertente cultural nacional, resultando na realização de um diagnóstico sobre o mesmo e na execução de um plano estratégico de atuação para o setor cultural em Lisboa. Com fundamento na relação da cultura com o desenvolvimento da cidade, o documento está dividido em 11 capítulos que abordam as grandes tendências transformadoras identificadas em Lisboa, nos contextos das alterações

urbanas, demográficas, climáticas, tecnológicas, imobiliárias e políticas, da crise, do turismo e do mercado de emprego, e os desafios por estas lançados. A partir destas, desenvolve-se um diagnóstico setorial e territorial referente a estas dinâmicas, que se segue por uma análise SWOT, culminando na identificação de eixos estratégicos de atuação cultural na cidade de Lisboa e respetivos programas de atuação, de governança e monitorização.

A visão cultural salientada por este documento remete para a função benéfica e fundamental para o desenvolvimento urbano. Exalta a ideia de que se trata de uma fonte de qualidade de vida e bem-estar capacitada a impactar no território, através da expressividade que permite de identidades e valores, e a produção e mediação com ela articuladas que geram valor económico, social, artístico e cultural.

Consultaram-se artigos pertencentes à bibliografia deste último documento. O artigo ***On 'Creative Cities' governance models: A comparative approach*** (2006), desenvolvido por Pedro Costa, Miguel Magalhães, Bruno Vasconcelos e Gustavo Sugahara, apresenta uma discussão sobre os diferentes meios de governar e gerir o desenvolvimento das “cidades criativas” em direta relação com o território, de modo a sistematizar e tipificar os meios com o propósito de estipular uma estratégia de atuação para o contexto nacional. Os conceitos ambíguos e dissentidos de “cidades criativas” e “indústrias criativas” são a base do estudo deste artigo, pois são considerados fundamentais às dinâmicas territoriais culturais e ao desenvolvimento urbano. Afirmam que estas dinâmicas podem e devem ser desenvolvidas com mais impacto em Portugal do que até à data, pois apresenta condições favoráveis aos modelos de cidades criativas, tendo em conta as iniciativas e dinâmicas locais já existentes com fins criativos.

O artigo ***Urban Design, Public Space and the Dynamics of Creative Milieux: A Photographic Approach to Bairro Alto (Lisbon), Gràcia (Barcelona) and Vila Madalena (São Paulo)*** (2015) dos autores Pedro Costa e Ricardo Lopes, apresenta um estudo sobre a relação

do desenho urbano com as dinâmicas criativas de um local apto a sustentar processos criativos numa extensão de atividades culturais maior, um “creative milieu”, com o objetivo final de estabelecer estratégias políticas para a área metropolitana de Lisboa. Servem-se de um levantamento fotográfico de três cidades, para produzir uma análise sobre a apropriação e desenvolvimento dos territórios que se contextualizam neste conceito de “*creative milieu*”, bem como as condições existentes que sustentem os processos criativos. Para isso, começam por refletir sobre o conceito de espaço público, as suas dinâmicas de identidade e de ações público-privadas, concluindo que, apesar de existirem espaços públicos em progressiva mutação e, conseqüentemente, de carácter difuso entre público-privado, é sempre possível ocorrer apropriação e desenvolvimento de dinâmicas criativas. Isto porque os ambientes que proporcionem mais liberdade para expressão e convívio, geram mais oportunidades criativas e de apropriação. Ao autores concluem que a morfologia e o desenho urbano condicionam as vivências, a apropriação dos espaços e a própria criatividade, pois o desencadeamento destas atividades pende da liberdade e diversidade funcional e social presentes nos espaços, geradas por uma sobreposição de identidades e funções ao longo do tempo, capazes de suportar as dinâmicas em causa.

Através da análise dos três casos, Costa e Lopes entendem a existência de conflitos a diferentes níveis relativos às políticas e o desenvolvimento de atividades públicas no espaço urbano, referindo que, por um lado as políticas e instrumentos de planeamento já englobam algumas destas ações urbanas, porém, por outro lado, outras ações urbanas apresentam diversas abordagens ao espaço público, pelo seu carácter diversificado e pluridisciplinar. Defendem que, apesar destas dinâmicas criativas serem anti institucionais, as logísticas regulamentares deveriam permitir mais liberdade a fim dos espaços onde se presenteiam estas dinâmicas se auto-organizarem e expandirem. Afirmam que métodos de planeamento urbano mais abertos são mais eficientes, no que toca às questões das dinâmicas criativas, do que os métodos mais rígidos e fechados. Acrescentam ainda que estes métodos devem ser conciliados

com os mecanismos regulamentares locais que sustentam as dinâmicas criativas locais, sendo, para tal, necessário entender a morfologia e desenho urbano, bem como a identidade e práticas sociais e culturais do espaço em questão.

ESTRUTURAS FORMAIS E INFORMAIS DE ASSOCIAÇÕES

Sendo este um tema muito analisado do ponto de vista da democracia nos últimos tempos por correntes teóricas da sociologia e das ciências políticas, recorreu-se a artigos científicos e revistas de especialidade destas vertentes.

José Manuel Viegas, investigador do ISCTE, escreveu vários artigos sobre este tema. No artigo ***Implicações Democráticas das Associações Voluntárias: O caso português numa perspetiva comparativa europeia*** (2004), presente na revista ***Sociologia, Problemas e Práticas nº46***, o autor clarifica as implicações, do ponto de vista democrático, no envolvimento associativo, focalizando nas relações entre o Estado e as associações. Elucida que se entende por associação o agrupamento de um conjunto de pessoas de forma voluntária, com o objetivo de unir os seus conhecimentos e atividades, no sentido de defender uma causa ou interesse, segundo regras definidas pelo grupo. Recorrendo a autores que já haviam refletido sobre o tema, explica que este movimento é a base da sociedade civil, pois promove o envolvimento social, dotando os participantes de virtudes cívicas que os qualifica para um maior envolvimento político; além do mais, estabelecem-se como intermédio de comunicação entre o Estado e a sociedade. Após determinar que diferentes associações têm diferentes efeitos, analisa tipologias de associações já definidas por outros autores, bem como níveis diferentes de efeitos, de modo a estabelecer critérios de distinção de associações que assentam nos objetivos, recursos e nível de voluntariado de cada associação. Conclui que esta diversidade não permite uma resposta global e uniforme, sobre as implicações democráticas do envolvimento associativo. Com base nesta classificação de efeitos e tipologias, faz uma análise do caso português em comparação com alguns outros países europeus, e depreende que Portugal detém uma baixa taxa de

envolvimento associativo, que se reflete no baixo nível de debate na esfera pública e na tendencial desafetação política por parte da população.

Este autor escreve também, em conjunto com Susana Santos e Sérgio Faria, o capítulo ***Envolvimento associativo e mobilização cívica: O caso português em perspetiva comparativa e evolutiva*** do livro ***A Qualidade da Democracia em Debate*** (2010) por eles desenvolvido, no qual, à semelhança do documento anterior, refletem sobre as investigações já realizadas sobre o tema do associativismo, no sentido de entender a relação com e consequentes efeitos na democracia. Para tal, recorrem a vários autores que já haviam explorado e esclarecido os contributos das associações às práticas democráticas, para concluir que nem todas as associações são benéficas a este fim e que, os seus valores e objetivos, portanto, os tipos de associação, são determinantes aos seus resultados na esfera pública. Estabelecendo como base o sistema de tipologias de associação do próprio José Viegas, realizam um estudo ao caso português, comparativo a alguns países europeus, primeiramente com um conjunto de inquéritos de 2001 e posteriormente de 2006, e concluem que Portugal detém uma baixa taxa de envolvimento associativo, superior apenas aos países do Leste europeu identificados, e que a maior participação se evidencia nas associações de integração social, as quais detêm menor impacto na esfera pública. Revelam que, ao longo dos anos compreendidos neste estudo, não houve alterações significativas na vida associativa em Portugal. No sentido de colocar este estudo em dados mais objetivos, compararam-no com os referendos realizados em 1998 e 2007 sobre o aborto em Portugal e inferiram que os resultados se contradizem, pois, em 2007 denota-se um aumento da mobilização cívica em relação ao conflito referenciado. Esta disparidade entre os dados, deve-se ao facto de os inquéritos não terem tido em conta a mobilização cívica através das novas tecnologias e meios de comunicação, as quais registam uma presença cada vez maior nas formas associativas.

No artigo ***A participação associativa em Portugal: que contribuição para uma sociedade civil forte?*** (2011) para o Boletim do Núcleo Cultural da Horta nº20, o autor apresenta novamente o estudo dos diferentes tipos e efeitos do associativismo, bem como a análise do envolvimento associativo em Portugal e comparação europeia. A par das conclusões apresentadas também nos artigos anteriores, acrescenta que, em 2008, se regista um grande desinvestimento associativo por parte dos cidadãos provocado pela crise. No entanto, a análise de 2008 não tem em consideração os novos métodos de associação, como os mais pontuais através das redes sociais, que têm uma grande capacidade de influência na esfera pública, o que significa que a quebra de envolvimento não terá sido tão acentuada.

José Manuel Viegas reescreve este tema para um artigo da revista ***Análise Associativa nº1*** (2014), a qual é iniciativa e propriedade da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD) e se dedica à partilha de conhecimentos sobre o movimento associativo, nomeadamente as que se focam na cultura, recreio e desporto, de modo a promover esta prática e a desenvolver matéria científica sobre o tema. Este número da revista teve origem no Congresso realizado no dia 5 de abril de 2014, denominado de “Democracia e Associativismo”, desenvolvido em parceria pela Câmara Municipal de Loures e a CPCCRD.

O primeiro interveniente, Modesto Navarro, apresenta o seu parecer sobre ***O Associativismo Popular na Resistência e na Democracia***, começando por referir que a fase pré 25 de abril de 1974 foi uma fase opressiva e de censura, na qual, porém, se verificava a resistência de coletividades e instituições de atividade de cariz cultural, social e desportivo perante o regime. A partir da sua experiência pessoal no movimento associativo, explica que a sua participação advém do desejo de contacto com a cultura e da ambição de ter outra vida e que, efetivamente, o associativismo oferece convívio, amizade, cultura e conhecimento, que permitem que os indivíduos participantes cresçam, até mesmo conquistando carreiras de sucesso em várias áreas. Conclui, no

entanto, referindo que foi sempre um processo difícil, pois havia sempre um poder contra a partilha da cultura, que retinha estes direitos, incapacitando-os de proceder com as suas atividades.

De seguida, Vasco Lourenço, sobre ***Democratizar a democracia***, articula uma crítica à democracia portuguesa, descrevendo-a como incumpridora dos seus deveres de representação do público e de resposta aos seus interesses, concluindo que este comportamento dificulta a atividade associativa, a qual é essencial às práticas democráticas.

A intervenção de Carla Cardoso, intitulada de ***40 anos de democracia na história de uma associação popular: CRACS (Coletividade Recreativa e de Ação Cultural de Souseira)***, que tinha por base a sua dissertação de mestrado em Ciências da Educação, aborda a evolução do movimento associativo com base no estudo da associação CRACS ao longo dos tempos. Incide inicialmente no acontecimento que deu origem a uma grande parte das associações presentes hoje em Portugal, tal como no caso do CRACS, o 25 de abril de 1974. A aquisição de liberdade provocou uma série de transformações no movimento associativo que a autora identifica ao longo de duas linhas: uma primeira referindo-se à diversificação das atividades e tipos de associativismo, tanto das existentes como das novas que surgiram após a revolução, a segunda linha referindo-se à reconfiguração da estrutura de algumas associações e formação de outras, com o objetivo de capar fundos à realização das suas atividades de vertente social ou de formação. Avançando na história da associação que analisa, chega à conclusão de que nem todos os envolvidos na associação têm o mesmo empenho nem desenvolvem as mesmas atividades, desempenhando, assim, papéis a diferentes níveis com diferentes repercussões na associação e nas suas atividades: nível global, da coletividade ou pessoal. Finaliza mencionando que as potencialidades de aprendizagem nas

associações dependem dos níveis de envolvimento e da organização dos indivíduos e que a evolução das associações acompanha as alterações e transformações da sociedade.

A intervenção de Guilherme da Fonseca ocupa-se do tema ***Democracia, Associativismo e Constituição em Portugal***. Expõe a ideia de que, segundo a Constituição da República Portuguesa (CRP), as condições necessárias à realização do associativismo são a existência de uma democracia plena e de uma população livre e disposta a envolver-se e expressar-se. Recorrendo a artigos da Constituição, demonstra a consagração dos direitos ao associativismo e das obrigações entre as associações e o Estado ao longo da história do país. Para terminar, pondera sobre a situação atual da democracia em Portugal e considera a hipótese de se instalar uma fase de regressão social e constitucional, pelo que apela à luta pela democracia participada pelo associativismo.

De seguida, Maria João Santos aborda o mesmo tema, ***Associativismo e Constituição***, e, tal como o autor antecedente e também recorrendo à Constituição Portuguesa, afirma que o associativismo assenta nos princípios da autonomia e da parceria. O primeiro garante a liberdade do cidadão de constituir uma associação sem ter quaisquer limitações, garante a liberdade de permanecer ou cessar o seu envolvimento na associação quando quiser, garante também a liberdade das associações perante o poder do Estado, sob a condição de cumprimento dos seus fins e da lei. O segundo princípio, entende que o Estado e o associativismo devem colaborar na definição das políticas, estratégias e atividades a seguir e realizar, portanto, estabelecer direitos e deveres para ambos cumprirem, sem que uma entidade substitua a outra, mantendo-se ambas a par e em diálogo. Refere que esta parceria se encontra estipulada na Constituição referente às áreas culturais, da educação e do desporto. Afirma também, que o poder local é um

fator importante à existência de democracia, pois trata-se de uma entidade associativa que adquiriu funções de poder local, como organizações de moradores, e que são meios de aproximação das populações e dos seus problemas ao poder, portanto à democracia. Termina a sua intervenção afirmando que o associativismo se trata de um indicador de plena democracia, no qual o Estado e a sociedade comunicam e trabalham em conjunto, ambos com direitos e deveres a cumprir, com a intervenção de segundas entidades, de forma justa e solidária, pela concretização de um objetivo comum.

Na sequência dos assuntos tratados por esta autora, Manuel Moreira discursa sobre **O poder local e o movimento associativo**. Começa por explicar que o poder local se assume nas autarquias locais, como freguesias e municípios, mas também no movimento associativo. Para perceber o enquadramento do movimento associativo em Portugal, o autor faz uma análise histórica desde o seu começo, no século XIX, avaliando o sistema político associado e o modo como facilitavam ou impediam o associativismo. Como já referido por outros autores, observa que o movimento revolucionário e a consequente aquisição de liberdade despoletou a criação de inúmeras associações de diversos tipos. No entanto, ao nível do poder local, surgiram em menor número, por vezes pela fragmentação de outras já existentes, quase sempre na forma de associações culturais, recreativas e desportivas. Regista um crescimento e aumento de força e dinâmicas do movimento associativo após a Revolução, até mesmo ao nível local, com a criação de Associações Concelhias, Federações Distritais e a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura. Conclui, exaltando a importância fundamental da vida associativa para a participação cívica e para o estabelecimento do exercício da democracia na sua plenitude.

O autor seguinte aborda também **O poder local democrático, o movimento associativo e o desenvolvimento local**. Teresa Vicente exprime, de igual forma, a

necessidade da participação popular à existência de uma democracia, pois considera que esta participação e envolvimento através das associações, desenvolve uma capacidade de resolução de problemas da sociedade e transformações na mesma, nas áreas sociais, culturais e económicas, como já comprovado nas lutas contra ditaduras, injustiças e tiranias. Refere ainda que os benefícios implementados pelo associativismo, como a promoção do convívio e da vida coletiva, da participação social, da cultura, do desporto e de espaços de recreio, bem como da preservação das identidades e tradições, são meio de intervenção e desenvolvimento de território. Considera que a evolução do movimento associativo se explica através da dinâmica histórica política do país, mas que o fator principal assente na base do movimento é o valor da liberdade, adquirido, pois, aquando da instituição da democracia. Finaliza exaltando a necessidade de afirmação do movimento associativo, conectado com o poder local e os valores ideológicos da revolução de 25 de abril, de modo a continuar a lutar pelos direitos da liberdade e aprofundar o estado da democracia.

Por último, Rui Pinheiro faz uma leitura em resumo de todo o congresso “Democracia e Associativismo”, retirando algumas conclusões já reveladas pelos autores anteriores, salientando a importância do associativismo e do poder local à formalização e implementação de uma voz e capacidade de mobilização pública. Ressalva a necessidade de inovar o movimento, ponderando algumas questões a serem futuramente debatidas, de modo a combater o enfraquecimento do movimento associativo.

No âmbito do Congresso Português de Sociologia, Ricardo Morais e João Carlos de Sousa apresentaram o seu trabalho de nome ***Do envolvimento associativo à mobilização cívica: o potencial das redes sociais*** (2012), no qual se propõem refletir sobre o baixo envolvimento associativo em Portugal e indagar sobre as novas

tecnologias como plataformas de contribuição para as associações e para a mobilização dos cidadãos. Indicam um acontecimento específico, os protestos “Geração à Rasca”, para demonstrarem a efetividade das redes sociais no movimento associativo. À semelhança dos autores anteriores, fazem uma contextualização do movimento em Portugal, seguida também de uma análise dos diferentes tipos de associação e estabelecem como base a tipologia de José Viegas. Entendem as novas tecnologias, a Internet, como meio de aquisição e partilha de informação em redes sociais e comunidades online. São, portanto, plataformas de disponibilização de informação, atividades, protestos e movimentos das associações as quais, afirmam os autores, já as entendem como potencialidades, especialmente as de cariz social.

Artur Martins, em ***O Movimento Associativo Popular e a Democracia***, refere que desde que existe espaço social, que o homem se associou e que este movimento se relaciona com a evolução do sistema político e da sociedade. Iniciando-se em Portugal, no século XIX, num contexto de crise e pobreza, o autor explica que o movimento associativo acompanhou as várias fases políticas e as suas exigências, as alterações provocadas na sociedade e, conseqüentemente, na vida coletiva. As associações foram surgindo como meio de luta contra as dificuldades e más condições de vida, mas também como um espaço de refúgio e liberdade para o ensino e entretenimento. Realça, concluindo, os valores de democracia, cidadania e solidariedade do movimento associativo, afirmando que promove a formação, fáceis acessos à cultura e ao desporto, e uma força positiva na participação pública na democracia.

Em ***Participação social e associativismo em Portugal: breves apontamentos de um estudo de caso de uma associação de promoção do Comércio Justo*** (2008), trabalho produzido por Sandra Lima Coelho, com base numa investigação sobre a Associação Reviravolta na promoção do Comércio Justo, a autora começa por decifrar o conceito de democracia e sociedade, pois considera-os os princípios fundamentais do associativismo, no entanto, sem uma

relação direta. Através de definições de segundos autores, conclui que a democracia não dispensa do envolvimento direto da população, pois quanto maior a participação, mais forte será a democracia. Discute como este relacionamento entre a política e a população se foi desenvolvendo ao longo do tempo e conclui que o associativismo tem um papel fundamental na regulação de vários aspetos entre ambas, tais como mediação da comunicação entre indivíduo e Estado, meio de sociabilidade e integração da população e meio de imposição da população perante a força política. Apresenta várias definições de autores sobre esta relação e verifica que a heterogeneidade de fatores que influenciam e que estruturam as sinergias entre associação e poder político, resulta em vários modos de associações com designações diferentes. Posteriormente, analisa o caso português e certifica que o 25 de abril foi o grande lançamento do movimento associativo mantendo-se, no entanto, de fraca expressão, derivado de esta tardia aquisição de liberdade de expressão e associação e de um sistema político democrático frágil. Alega que as práticas associativas produzem procedimentos benéficos no processo de democratização da sociedade, trazendo um conjunto de contribuições à participação pública, aos valores cívicos e críticos dos cidadãos, à promoção de espaços de trabalho, cultura, discussão e lazer, lutando, assim, contra o afastamento público do poder, o individualismo característico da sociedade atual e as assimetrias de desenvolvimento encontradas.

No artigo ***Associações e democracia: faz o associativismo alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses?*** da revista *Sociologia, Problemas e Práticas* nº 57 (2008), o autor Pedro Moura Ferreira investiga o impacto e a importância da participação associativa na cultura cívica, política e cultural dos jovens portugueses. Para tal, começa por referir as “seis contribuições das associações” para a vida democrática de Archon Fung, sendo estas, de uma forma geral, a liberdade de expressão, que se trata do conceito fundamental base da democracia, a promoção de espaços de socialização e deliberação coletiva, a oferta de um meio de balanço com e de representação dos interesses dos indivíduos perante o Estado, e a redução do défice de participação da comunidade nas ações de governação. Associados

a estas, exalta que, a longo prazo, os envolvidos adquirem valores cívicos e capacidades sociais que os habilita para a prática pública e política. Porém, antes de garantir que o associativismo promove efetivamente a cidadania, questiona se promove a boa cidadania, tendo em conta que as associações variam em natureza, valores, organização e atividades. Neste sentido, efetua, em 2004, um inquérito a mil jovens residentes em Portugal continental, com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos, onde analisa se participam em associações, em quantas, a sua natureza e o seu nível de participação na política. Conclui que nem todas as associações trazem contributos à esfera social, mas que todas, no geral, contribuem para a melhoria da participação dos seus associados e para a consolidação da cidadania.

Para entender o modo informal de geração de grupos fora do sistema, recorreu-se ao livro *Mil Platôs* de Gilles Deleuze e Félix Guattari, mais especificamente ao capítulo introdutório do volume 1 denominado de “Rizoma”. Mil Platôs (1980) compõe-se de cinco volumes que sucederam ao livro *Anti-Édipo* (1972). Ambas as obras têm como subtítulo *Capitalismo e Esquizofrenia*. Enquanto que o primeiro livro se baseava na história de Édipo¹ para articular uma crítica sobre a época vivida, assente na cultura do desejo e da máquina, e no inconsciente, Mil Platôs seguia uma lógica de pensamento pós-kantiana², procurava os conceitos que explicassem e pensassem a contemporaneidade. Para tal, constituem um pensamento através da ideia do “múltiplo”, rejeitando a noção da unidade e do binário. Esta teoria da multiplicidade é o fundamento base do livro. O primeiro conceito que vem apoiar esta teoria, é o tema do capítulo analisado para a realização deste trabalho: os rizomas. Por rizoma entende-se ramificação que cresce a partir de uma planta e que pode formar bolbos ou tubérculos. Esta noção foi adotada à

¹ Personagem da mitologia grega, filho de Laio, o qual havia tido conhecimento de que estava sob o poder de uma maldição que dizia que iria ser morto pelo seu filho e que este se casaria com a sua própria mãe. Ao nascer, Laio abandonou Édipo, o qual, mais tarde, tomou consciência desta maldição e viveu fugitivo, porém não impediu que, anos mais tarde, a maldição se concretizasse.

² Filosofia pós-kantiana, conhecida como idealismo alemão, procurava o sistema ideal de pensamento para explicar o conhecimento humano e do mundo.

explicação da estrutura de um sistema rizomático que, explicado através de seis princípios de aproximação, funciona como um sistema aberto e livre, que não tem princípio nem fim, trata-se de um intermédio que permite sempre novas entradas e novas ligações, podendo ser interrompido em qualquer momento e retomado numa outra linha ou ramificação. Estas ligações contemplam a abrangência dos fluxos ambientais, animais, sociais, materiais, semióticos, e remetem para a função e influência que cada um deles estabelece no mundo e entre eles próprios, traçando linhas e percursos do mapa que define o sistema rizomático.

Após o estudo do enquadramento e progresso do movimento associativo, iniciou-se uma análise a ações participativas desenvolvidas em Portugal no âmbito urbano, cultural e laboral. São estas, o programa público SAAL e BIPZIP e os coletivos Warehouse, Rés-do-chão e Chapatô.

A dissertação de José António Bandeirinha intitulada ***O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*** (2007) tinha o intuito de inventariar todos os projetos do SAAL e o tipo de arquitetura produzida para, posteriormente, desenvolver um discurso crítico sobre o modo de projetar a nível processual, cultural, ético e social. Neste sentido, inicia-se por efetuar um enquadramento contextual e temporal do período de tempo ocupado pelo programa, focalizando nas relações teórica e prática entre o sistema político frágil e os movimentos sociais dos moradores. Refere que o período pré e pós revolução proporcionaram um clima favorável ao início do programa SAAL, pois a crise habitacional que se presenciava, devido a uma vasta afluência populacional, bem como a crise ideológica com que a arquitetura se debatia entre a necessidade de resposta ao capital industrial ou a uma libertação e aproximação ao povo e a outras áreas científicas, abriram espaço para um movimento de consciencialização, reivindicação e afirmação de direitos, melhores condições de vida e trabalho e, até mesmo, de liberdade.

Observa as transições do frágil sistema político que se instalara, mencionando as mudanças que se sucederam durante os governos provisórios e o modo como afetaram o

progresso do programa. O SAAL principiou-se como apenas um despacho, o qual foi sendo definido e orientado com a experimentação. Assentava num conjunto de princípios que delineavam os objetivos gerais do programa, constituindo um dos seus objetivos principais a resposta rápida à enorme insuficiência de habitações. Consistiam, de uma forma geral, no fundamento de uma iniciativa dos moradores, na valorização do direito à permanência das populações nos locais onde à partida se encontravam, na autonomia do projeto e obra em relação ao sistema político, na incorporação dos recursos dos moradores envolvidos e no carácter experimental do programa. Seguidamente, e a par destas sucessões de governos provisórios e mudanças de políticas e opiniões, o autor apresenta o desenvolvimento dos projetos do âmbito do SAAL nas várias zonas intervencionadas dispersas por todo o país. Refere que as expectativas para este programa foram sempre elevadas, em termos de número de construções de resposta ao défice de habitações, mas também em termos de rapidez de execução, e que os movimentos e lutas sociais que ocorriam na altura favoreceram a sua instalação. No entanto, com o decorrer do tempo e o avanço dos processos, os entraves legislativos, políticos e sociais foram-se pronunciando e dificultando a ação das equipas de trabalhos do programa, até ao fim das construções sob o nome do SAAL em 1977.

Conclui, recorrendo a vários arquitetos que indagaram este tema, formando uma reflexão crítica sobre a arquitetura produzida no programa SAAL, e reflete sobre o modo como o encerramento deste programa não determinou um fim das construções, mas sim se tornou um ponto de partida para os arquitetos continuarem os projetos começados e aproveitarem esta experimentação para projetos futuros de aproximação social e integração de recursos locais.

Foi também observado o artigo de Nuno Portas para a Revista Crítica de Ciências Sociais, denominado de ***O Processo SAAL: Entre o Estado e o Poder Local*** (1986), cujo enfoque era o debate sobre as relações do Estado com os movimentos sociais, no âmbito do programa SAAL. Neste, o autor começa por referir que o setor mais problemático da época inicial

após o 25 de abril de 1974, era a habitação e que os movimentos sociais ocupados deste sector aumentaram a nível da exigência de novas habitações, da ocupação de habitações devolutas e da crise das rendas. Foi, no sentido de solucionar esta crise habitacional, que se começaram a discutir, ainda antes da Revolução, meios de desbloquear a produção habitacional das formas estatizadas, as quais só começaram a ser postas em prática, aquando da presença de condições políticas propícias à integração e despertar de interesse da população. Deu-se, então, nesta fase de fragilidade pós 25 de abril, o surgimento de um mero despacho que foi base orientadora do programa SAAL, o qual se tratava de uma iniciativa experimental do governo, que visava o envolvimento das populações destinatárias, e cujos aspetos legais eram estabelecidos à medida que se ia experimentando e avançando.

Dos vários objetivos definidos no despacho deste processo, o autor ressalta quatro que acha importantes ao debate em questão e, através destes, explica o decorrer dificultado do processo até ao seu término. O primeiro objetivo referenciado apontava para o fator fundamental deste processo: a descentralização, no sentido da libertação de algumas barreiras burocráticas e do envolvimento de outras entidades que assumissem parte das responsabilidades. O segundo objetivo intencionava a relação direta entre os técnicos envolvidos na construção e as populações a quem se destinariam, de forma a erradicar com a projeção de habitações padrão iguais para todos os casos. O terceiro objetivo reconhecia o direito de permanência das populações nos sítios onde já habitavam. Visava o estabelecimento de um consenso entre as comunidades e as populações no sentido de reconhecer as condições em que viviam, a qualidade do local e o interesse, ou não, de permanecerem no local. Tratava-se, portanto, de uma etapa bastante subjetiva e, conseqüentemente, controversa para as entidades envolvidas: as associações de moradores e os municípios, bem como todos os técnicos envolvidos. Considerava o quarto e último objetivo mencionado o mais problemático, mas menos discutido, a maximização da integração de recursos dos moradores envolvidos. Foi, em parte, causa do desaparecimento do SAAL, pois o pressuposto era a participação do Estado numa parte do custo

da construção e a restante ficava à responsabilidade dos moradores, através da autoconstrução, investimento em dinheiro, empréstimos, ou outra solução por eles estabelecida. No entanto, o balanço geral do investimento próprio foi insignificante.

O autor conclui afirmando que o processo SAAL acabou por cair nas contribuições totais do Estado, o que levou à paralisação do processo em 1976 e perda de oportunidade de estabelecer sistemas bem-sucedidos de aplicação de recursos pessoais nos projetos, mas que, ao contrário do que é por vezes dito, as responsabilidades não caem apenas sobre o Estado, mas também sobre as populações e partidos políticos envolvidos.

Sobre o programa BIP/ZIP, consultou-se o site do Pelouro da Habitação e Desenvolvimento Local, da Câmara Municipal de Lisboa, o qual dedica um separador à explicação e desenvolvimento do programa. Apresenta um conjunto de relatórios sobre a Carta dos BIP/ZIP, desde a metodologia de identificação dos bairros, as cartas de apoio ao processo e a apresentação dos bairros, às entidades e redes colaborativas participantes; apresenta também todas as edições do programa (2011 sendo a primeira e 2019 ainda em análise), compilando, os formulários, as fichas de candidaturas, distribuição das propostas pela Carta, os relatórios dos júris e classificações, e as fichas das candidaturas aprovadas com relatórios finais associados. As fichas de candidaturas e fichas de candidaturas aprovadas, auxiliaram à perceção dos objetivos e iniciativas de cada proposta, mas também dos aumentos e diminuições de adesão das redes associativas ao longo dos anos. Ainda foi possível encontrar um catálogo virtual de exposição do programa.

Este catálogo relativo à Exposição “Dentro de ti ó cidade – energia BIP/ZIP” (2013), que decorreu no MUDE, constou da participação dos intervenientes António Costa, Helena Roseta, Bárbara Coutinho e Luísa Jacobetty, e consistia na explicação do programa e da exposição de uma seleção de 30 projetos que decorreram nas edições de 2011 a 2013.

Uma das sessões do ciclo de conferências Escutar a Cidade, realizado no Fórum Lisboa no dia 14 de maio de 2015, contou da participação de Helena Roseta, cuja intervenção se intitulava de **Escutar a cidade: dos pecados urbanos à energia BIP/ZIP**. Nesta, à semelhança do que falou no catálogo expositivo, Helena Roseta expõe o surgimento do programa e apresenta alguns exemplos. Começa por referir os paradoxos que identifica nas cidades que provocam uma grande desigualdade social e urbana e que considera terem uma relação direta com a lógica hierárquica e autoritária de planeamento. Afirma que a mudança desta lógica tem por base a participação e ergue o programa BIP/ZIP neste seguimento como uma tentativa de mudança a este problema. Explica o surgimento do programa e o desenvolvimento da Carta dos BIP/ZIP e enfatiza a capacidade que este programa, em conjunto com a população, tem de intervir e melhorar até as situações mais difíceis. O seu objetivo nesta intervenção é realçar a importância fundamental da participação para o meio urbano e para a construção da cidadania.

ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA TRAFARIA

O desenvolvimento desta parte do trabalho teórico, bem como da parte prática, recorreu a uma análise do local de estudo, a freguesia da Trafaria, no sentido de entender o seu crescimento e evolução. Para tal recorreram-se a obras como **Outrafaria** (2014), onde o autor Carlos Barradas Leal desenvolve um enquadramento histórico da Trafaria, com base na recolha de informação desenvolvida no Centro de Arqueologia de Almada. Este aborda todos os temas que tiveram alguma importância para o desenvolvimento da freguesia, referindo as atividades principais desenvolvidas e os assentamentos populacionais que foram surgindo em parceria, tornando-se uma significativa base para o entendimento da evolução da freguesia.

Na obra **O Associativismo Tradição e Arte do Povo de Almada** (1984), desenvolvida pela Associação Semear para Unir, é feita uma análise interpretativa do movimento associativo em Almada, de acordo com as épocas históricas percorridas, desde a Idade Média até à fase que mais despoletou o movimento, a revolução industrial. Apresenta também uma listagem das

associações existentes por freguesias expondo, para cada, as suas origens, objetivos e atividades. Verifica-se, à data da obra, a existência de 9 associações na Trafaria: a Sociedade Recreativa Musical Trafariense, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trafaria, o Clube de Futebol da Trafaria, a Recreios Desportivos da Trafaria, o Clube Recreativo e Cultural “Flechas de Picagalo”, o Sporting Clube da Corvina, a Casa do Benfica da Trafaria, a Sociedade Columbófila da Trafaria e a Vianense Desportivo e Cultural da Trafaria. Destaca-se uma concentração de associações trafarienses nas vertentes desportivas e culturais.

O livro ***Trafaria e a sua Toponímia: Subsídios para a sua história*** (1968), do autor Manuel Lourenço Soares, apresenta-se como um roteiro histórico das vias da freguesia da Trafaria e os acontecimentos transformadores com estas relacionados. Muitas das ocorrências descritas influenciaram a transformação da toponímia, como foi o caso da revolução do 25 de abril, porém também são referidas várias ocupações de lotes nas vias, em grande maioria, por associações e coletividades que lá se fixavam ou que ocupavam temporariamente para desenvolvimento das suas atividades. Refere, também, ruas que ganharam o seu nome a partir de ocupações significativas que lá ocorreram, como é o caso da Rua de Artilharia de Costa cujo nome se trata de uma homenagem à unidade militar Regimento de Artilharia de Costa nº 1 instalada no, anteriormente ativo, Quartel Militar da Trafaria; ou como o caso da Rua dos Pescadores, em homenagem aos pescadores locais que contribuíram, através da sua atividade, para a economia local.

Centrada especificamente na localidade da Cova do Vapor, a dissertação de Bruno Miguel Amaro Mateus, desenvolvida no ISCTE-IUL, no Departamento de Sociologia como meio de obtenção do grau de Mestre em Sociologia e Planeamento, intitulada de ***Como se organiza um bairro?: Um estudo de caso sobre a Cova do Vapor (Trafaria)*** (2010), visava entender o bairro tanto nas suas características físicas e urbanas, como também nas características etnográficas. Após uma análise evolutiva do bairro, desde as primeiras ocupações piscatórias

aos diferentes estilos de vida atuais familiares, piscatórios e turísticos, a formação informal e auto construtiva do bairro, incutem neste um carácter isolador perante os outros bairros, no entanto permite uma maior convivência entre os locais e uma cultura de “portas abertas” entre estes. Através de entrevistas aos moradores do bairro, o autor entende e ressalta a importância da Associação de Moradores do bairro por ser o meio mais significativo de resolver conflitos, regular o meio social e mediar as interações entre os moradores e as entidades municipais.

NOVAS FORMAS DE CONSCIÊNCIA URBANA NA TRAFARIA

No contexto de reflexão sobre o vasto tema do desenho da cidade e com base na dissertação de Doutoramento em Planeamento Urbanístico, pelo autor apresentada em 1989 na Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, no livro ***Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*** (1993), José Ressano Garcia Lamas procura estudar os modelos de desenho e morfologias urbanas. Com o intuito de atingir um grau de consenso metodológico no desenho da cidade, o que se refletiu ser uma tarefa difícil dados todos os princípios que implica – a história e a cultura do lugar, mas também o ímpeto pessoal e cultural do arquiteto – procedeu a uma extensa reflexão sobre a forma urbana e os elementos morfológicos, recorrendo, imperiosamente, à história evolutiva das transformações do território, desde a morfologia urbana grega e romana até ao período moderno. Recorrendo aos autores que desenvolveram pensamentos críticos nas diversas fases do urbanismo moderno, da rejeição à releitura, da experimentação à memória e, por fim, às novas tendências, chega, inevitavelmente, ao novo urbanismo em Portugal. Consciente da tardia imposição do movimento moderno em Portugal e do desinteresse nacional pelos problemas urbanísticos presentes, finaliza apresentando um conjunto de trabalhos realizados durante a sua atividade profissional, essencialmente centrados sobre o desenho urbano, para demonstrar o desenvolvimento e consolidação de um entendimento da cidade. De entre o conjunto, salienta-se, para o contexto do decorrente trabalho, o Plano da Trafaria-Costa da Caparica, o qual refere ter sido o primeiro que tentou extravasar os

limites tradicionais de zonamentos e traçados viários, com a intenção de definir um desenho urbano e uma arquitetura. Apesar dos esforços de preparação de um plano interligado ao território existente, às suas particularidades e problemas, que permitisse realização de planos de pormenor dessa área, a implementação do plano pelo Município distanciou-se dos autores, resultando em distorções no plano e na pormenorização apenas da zona da Trafaria.

Em homenagem a um dos mais destacados arquitetos do século XX, o arquiteto Paulo Tormenta Pinto, no livro **Cassiano Branco (1897-1970)** (2015), produz uma compilação cronológica dos projetos de Cassiano Branco, apresentando desenhos de arquivos e fotografias de época associados aos projetos, numa ostentação da visão contemporânea da obra do arquiteto. Entre os projetos analisados encontra-se o plano da Costa da Caparica de 1930, referente às zonas da Costa da Caparica e da Trafaria, o qual visava um desenvolvimento vanguardista de renovação e transformação destas zonas em lugares de turismo e veraneio, dotando, especialmente a Costa da Caparica, de diversos equipamentos e serviços de lazer e cultura. Apesar da atratividade desta proposta de prosperidade e progresso, tal crescimento não se encontrava a par das capacidades do país, resultando em apenas uma visão utópica.

Desenvolvida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, a tese de Doutoramento em Ecologia Humana sob o título de **Participação Social Decorrente da Implantação de Megaprojetos em Pequenas Comunidades: o caso da Trafaria, estuário do rio Tejo** (2017), foca-se nas reações sociais geradas na Trafaria sobre dois megaprojetos, o Terminal Cerealífero já construído e o Terminal de Contentores ainda em fase de estudo. O argumento assenta na premissa de que a participação social é um fator importante no planeamento e gestão territorial e é apresentado através da diferença entre os dois projetos referidos, pois que, no caso do Terminal de Contentores, a população fez-se ouvir e refutar a implantação do mesmo na Trafaria, prolongando o período de análise e discussão do projeto. Para demonstrar ainda a força participativa, descreve várias ações transformadoras na

freguesia, como a reativação do Presídio e a dinamização das bibliotecas da Trafaria e da Cova do Vapor que surgiram da organização dos habitantes em associações ou em parceria com associações e coletivos. A autora, Larissa dos Santos Malty, defende que a participação social e a criação de grupos de movimentos são um instrumento essencial ao planeamento da sociedade e do território, pois possibilita um exercício democrático de uma multiplicidade de visões e objetivos colaboradores à transformação urbana positiva.

Um último documento essencial ao desenvolvimento deste trabalho foi o ***Estudo de Enquadramento Estratégico da Costa da Trafaria*** (2005), desenvolvido pela Câmara Municipal de Almada e pelo Parque Expo 98. Trata-se de um estudo completo caracterizador de todos os setores dos sistemas físico e ambiental, sociocultural e económico, que serviu de suporte e orientação aos instrumentos de planeamento e recuperação urbana e ambiental do território em questão.

01 – ESTRUTURAS FORMAIS E INFORMAIS DE ASSOCIAÇÕES

1.1 – Enquadramento e Evolução Do Movimento Associativo no Contexto Português

O Movimento Associativo surgiu em Portugal no século XIX, a par de uma crise vivida durante a etapa inicial da industrialização no país. Portugal enfrentava uma fase de crise política e de pobreza geral, ausência de espaço e sistema social e de ensino que levou a que, como meio de entreatada, as populações se comesçassem a juntar para solucionarem as suas dificuldades do quotidiano. Neste sentido, as primeiras associações a surgirem foram de cariz solidário, de ajuda e apoio entre a população e atuavam nas áreas mais necessitadas na altura: ensino, saúde, consumo e produção e caixas de crédito (Martins, sem data, p. 1).

Citando Costa Goodolphim, Artur Martins (s/d) refere que, algumas das primeiras associações criadas nesta fase foram de Socorros Mútuos. Estas, também chamadas de Mutualismos, visam a proteção social, que se estabelece através da colaboração mútua em situações de carência e más condições de vida entre os participantes. São sistemas privados, sem fins lucrativos, especializados nas áreas a intervir. Os Mutualismos remontam à Antiguidade, baseando-se sempre neste compromisso de auxílio mútuo. Portugal acompanhou este movimento mutualista, que teve o seu auge nesta fase, século XIX. (União das Mutualidades Portuguesas, sem data, p. 1). Assim, algumas das primordiais são: o Montepio do Senhor Jesus do Bonfim (1807), Ourives da Prata Lisbonenses e Montepio Jesus Maria José (1822) (Martins, sem data, p. 1).

Ainda nesta fase começaram a surgir, ainda que reduzidamente, associações de cariz popular e recreativo. Destacam-se algumas sociedades filarmónicas que ainda hoje se encontram ativas, como a Banda Musical de Oliveira de Barcelos, fundada em 1782, e a Filarmónica Verridense de Montemor-o-Velho fundada em 1808, bem como a Sociedade dos Artistas Lisbonenses, fundada em 1838 (Martins, sem data, p. 2), oficializando-se como a

primeira associação da história portuguesa. A Sociedade dos Artistas Lisbonenses surge após a abolição das corporações, em 1834, pela instalação do regime napoleónico, com o objetivo de conferir à população uma regulação dos seus trabalhos, em termos de condições de trabalho, vencimentos e horários (Marques, 2015, p. 23).

A evolução do movimento associativo acompanha a evolução do sistema político e social do país. As alterações efetuadas no sistema político têm efeitos na sociedade e, conseqüentemente, na vida coletiva. Neste sentido, o movimento atravessou algumas das fases mais transformadoras vividas em Portugal, as quais alteraram também o modo de funcionamento e ligação ao sistema político das associações. Como previamente referido, no século XIX, durante a Monarquia Constitucional, o movimento iniciou-se como meio de proteção das populações contra as condições precárias vividas. Aquando da fase da 1ª República, a qual executou reformas no ensino com a intenção de minimizar as taxas de analfabetismo, o movimento associativo social e as associações já existentes, tiveram um papel fundamental na colaboração e promoção da educação (Martins, sem data, p. 2). Nesta fase, registam-se várias tentativas de criação de uma estrutura capaz de regular a cooperação entre as associações de recreio e, em 1924, inaugura-se a Federação Distrital das Sociedades Populares de Educação e Recreio, a qual se tratava de uma entidade representativa das associações (CPCCRD, 2017). Assim, as associações ganham um novo valor e dá-se uma aproximação das suas atividades com o poder político, para a concretização de um objetivo comum.

Porém, com a instalação do regime do Estado Novo em 1933, o número de associações e a sua liberdade regrediu. Como o fundamento base do regime assentava no corporativismo de Estado, com a finalidade de atingir equilíbrio e organização económica e social, todos os indivíduos e coletividades estavam subjugados a estes valores supremos. As associações que não se subordinassem a estes valores eram extintas, pois o Estado não reconhecia as suas ações. Nesta altura, a Federação Distrital das Sociedades Populares de Educação e Recreio,

não foi relevante para a melhoria da compatibilidade das associações com o Estado (Martins, sem data, pp. 2–3). Em 1935 surge a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), promovida pelo Estado, a fim de criar infraestruturas destinadas ao aproveitamento dos tempos livres dos trabalhadores nas áreas desportivas, culturais e recreativas, numa tentativa de retirá-los das associações (Martins, sem data, p. 3). Criaram-se organismos corporativos com o Estado como Casas de Povo, Casas de Pescadores e Centros de Recreio de Alegria no Trabalho e de Recreio Popular (INATEL, sem data). Todavia, apesar desta opressão e condicionalismo característicos do regime, o movimento associativo não cessou. As associações de cariz cultural, social e desportivo resistiam à censura e tentavam promover o acesso de todas as classes a estas atividades e ao conhecimento. A população refugiava-se nestes espaços de convívio e recreio, o que contribuiu para o crescimento das ações e movimentos sociais que despoletaram e acompanharam a revolução do 25 de abril de 1974 (Navarro, 2014, pp. 20–22). Segundo Rui Pinheiro (2014, p. 113) “O movimento associativo, especialmente, o de raiz popular, foi durante o fascismo, em Portugal, um importante e decisivo foco de resistência e constituiu-se como um fulcral instrumento portador de esperança para a conquista da liberdade, da democracia e do progresso.”

O 25 de abril foi um acontecimento impulsionador e transformador do movimento associativo. O impacto da quebra do regime e da conquista da liberdade foi tão forte que “Cerca de metade das associações que hoje temos em Portugal decorrem do 25 de Abril de 1974” (Martins, sem data, p. 3). A partir deste momento, as novas associações, bem como as já existentes, expandiram-se para novas formas de associação e novas áreas de abrangência. Para além das áreas já existentes de apoio, instrução e recreio, passaram também a intervir nas áreas da defesa, das classes (moradores, pais, estudantes, etc), do ambiente e das mais variadas áreas da cultura (idem, p. 3).

É possível concluir que a existência de um sistema político que garanta a liberdade de expressão e de reunião é fundamental à vida associativa, pois permite que as pessoas manifestem as suas ideias e preocupações e se juntem em função da sua resolução. Ademais, a própria vida associativa é um indicador da presença de um sistema democrático, como refere Maria João Paiva dos Santos (2014, p. 90) afirmando que se trata de um conceito de plena democracia, onde o Estado e a sociedade comunicam e trabalham em conjunto, de forma justa e solidária, ambos respeitando direitos e deveres, para a concretização de um bem comum. Isto, porque a democracia na sua plenitude só ocorre quando há a descentralização do poder para a sociedade, ou seja, quando há inclusão, participação ativa e envolvimento da população, a democracia é mais forte (Coelho, 2008, pp. 1–2). Segundo John Lock (Viegas, 2004, p. 36), a base da sociedade civil assenta, precisamente, nos indivíduos livres e nas associações voluntárias, portanto, não no poder estatal ou no individualismo. A promoção da vida em comunidade favorece esta descentralização e a intervenção da população nas questões públicas e políticas, combatendo o individualismo presente na sociedade moderna atual, cujo estilo de vida é cada vez mais fechado sobre si próprio (Viegas, 2014, p. 39).

É certo que, desde esta data de afirmação do movimento associativo em Portugal, um momento de independência para atuação pelos próprios interesses, o movimento se desenvolveu e progrediu com a sociedade, com os seus novos problemas e novas formas de agrupamento e comunicação. No entanto, enfrenta, até aos tempos decorrentes, adversidades diversificadas que o impedem de ter uma expressão significativa no país.

Decorreram alguns estudos focalizados na matéria em análise no contexto português, no âmbito sociológico e político, de entre os quais se referem os dos autores José Manuel Viegas e Pedro Moura Ferreira (Ferreira, 2008; Viegas, 2004, 2011, 2014; 2010), que vêm apresentar o estado atual do associativismo em Portugal comparativamente a alguns outros países europeus.

Estes tiveram por base dados de inquéritos realizados no contexto nacional e europeu. Agregando ambos, abrangem o período de 1990 a 2008.

O primeiro autor, efetua a análise num panorama diversificado da Europa, englobando países do Sul, do Norte, do Ocidente e do Leste: Portugal, Espanha, Noruega, Dinamarca, Holanda, Alemanha, Moldávia e Roménia. Verifica-se que, em 2001, à semelhança de Portugal, os países que adquiriram a democracia mais tardiamente, nomeadamente a Moldávia e a Roménia, detêm valores de pertença a associações, inferiores aos restantes países europeus. Espanha e Portugal apresentam uma situação análoga na maioria dos aspetos (Anexo C – Tabela 2).

É possível também averiguar que, de uma forma geral no contexto europeu, as associações que se destacam com maior envolvimento são as desportivas, culturais e recreativas. Ainda na generalidade europeia, as associações de defesa de interesses e ideologias de grupos registam valores baixos, à exceção dos países nórdicos que registam valores bastante elevados, especialmente nos sindicatos e associações socioprofissionais. Neste setor, Portugal encontra-se ao mesmo nível que os países do leste europeu, cuja participação global associativa é a mais baixa de todos os países tidos em consideração. A situação assemelha-se nas associações de movimentos sociais, registando os valores mais baixos, à exceção, novamente, dos países mais desenvolvidos, os países nórdicos (Anexo C – Tabela 3).

Com base na análise evolutiva, desde 1990 a 2008, verifica-se que, em Portugal, os valores de não associação sempre foram superiores aos de pertença a associações. Até 2006 os valores mantêm-se relativamente constantes, com subidas e descidas, registando um maior crescimento do número de envolvidos em associações em 2001, ainda que ligeiro. O ano de 2008 destaca-se por um mais acentuado desinvestimento na vida associativa (Anexo C – Tabela 4).

Depreende-se, então, que, ao longo das épocas, Portugal ostentou uma fraca expressão associativa que deriva, primeiramente, do demorado regime ditatorial, da tardia instalação do sistema democrático e das conseqüentes repercussões que teve sobre a sociedade portuguesa, tornando-a menos ligada e ativa no respeitante aos problemas públicos e sociais. Também o extenso período de crise que se viveu no país e a decorrente insuficiência de recursos subjacentes, incapacitou a continuação de atividades associativas. Por isso se regista, em 2008, um abatimento do número de associados. É certo, também, que o valor das associações perante as instituições ditas formais foi controverso, pois o processo de reconhecimento como legítimas foi demorado, e por vezes ainda não é bem-sucedido, por terem uma estrutura e formação informal e livre, ou seja, fora do sistema.

Não obstante, ainda que reduzidos, Portugal apresenta valores de participação associativa. Caracteriza-se, predominantemente, pelas associações de integração social, como as culturais e desportivas e apresenta uma grande capacidade de integração, seja pelas políticas sociais do Estado ou pela solidariedade característica das associações, como se pode comprovar com a receção dos fluxos de imigração que continuam até aos dias de hoje. Contribuem também para a partilha destes problemas para o meio público através da comunicação (Viegas, 2011, p. 55).

Num estudo mais atual, desenvolvido pela INFORMA D&B, empresa que disponibiliza informação e conhecimento sobre o tecido empresarial na Península Ibérica, é possível confirmar que, das 53217 associações ativas em Portugal em 2015, a predominância mantém-se nas associações culturais e desportivas (INFORMA D&B, 2015).

1.2 – Processos Contemporâneos de Associativismo Com Impacto Urbano

Os valores das associações convencionam-se no trabalho voluntário e coletivo, na democracia e autonomia (Martins, sem data, p. 4), visto que o seu conceito assenta na partilha de conhecimentos teóricos e práticos, de um conjunto de pessoas que se agrupou independente e informalmente, fora do âmbito governamental (Viegas, 2004, p. 34). Além disso, detêm uma organização e estrutura que estimula o convívio, inclusão e discussão social em função da resolução de um problema ou interesse comum aos intervenientes ou da transformação de algum aspeto social (Vicente, 2014, pp. 106–107).

Neste sentido, as associações conferem aos participantes e à sociedade várias contribuições benéficas que, segundo Mark Warren (Viegas, 2004, p. 37), podem ser categorizadas em três níveis: individual, da esfera pública e institucional.

Primeiramente, ao nível individual, através da participação em assuntos da sociedade, os indivíduos são incutidos de valores cívicos e sociais compatíveis com a vida democrática, tais como a cooperação, confiança e respeito mútuo, pela lei e pelo bem comum. (Ferreira, 2008). Fomentam também a prática do discurso crítico e a própria formação dos indivíduos, ajudando-os nas suas carreiras e educação (Martins, sem data, p. 4).

Ao nível da esfera pública, a participação social contribui para uma maior e melhor comunicação pública e deliberação política (Viegas, 2004, p. 37). As associações estabelecem um meio de regulação social através da criação de novas formas de socialização, formando espaços que permitem a discussão e representação de grupos específicos (Coelho, 2008, p. 5). O espaço associativo é também um bom meio de democratização da cultura, desporto e recreio, ou seja, é um espaço onde se “exercem e reclamam direitos” de criação de condições de acesso facilitado a toda a população a estas áreas (Martins, sem data, p. 4).

Ao nível institucional, os benefícios estabelecem-se na mediação entre sociedade e Estado (Coelho, 2008, p. 5). As associações representam e defendem interesses e identidades públicas perante o poder estatal, facultam o sustento necessário ao protesto e resistência, por vezes posto em prática por parte da população, no sentido de se impor e se apresentar ao Estado, de uma forma legítima e ordenada. São também meios de auxiliar e equilibrar com o Estado a implementação de políticas públicas (Viegas, 2004, p. 37).

Contudo, estes contributos não se aplicam a todas as associações, pois variam de acordo com um conjunto de critérios diversificados que presidem à criação e ao desenvolvimento das associações. Os interesses e ideais, o modo dos indivíduos se associarem e o tipo de envolvimento solicitado pela associação difere de uma para outra, gerando uma pluralidade de efeitos nos seus campos de intervenção.

Vários autores tentaram estabelecer tipos de associações, porém, esta pluralidade de fatores que as difere em funcionamento e conceção, impossibilita a chegada a um consenso (Morais & Sousa, 2012, p. 6). Segundo Albert Meister (Coelho, 2008, p. 9), alguns dos critérios que contribuem para a categorização dos tipos de associações são: a sua dimensão – pois influencia a comunicação dentro do coletivo, uma associação de maior dimensão pode requerer uma estrutura específica ou plataforma de meio de comunicação entre todos os elementos; o modo de recrutamento destes elementos – que pode ser condicionado por fatores como a idade, o estatuto económico, socioprofissional e escolar, pois podem influenciar o modo de participação; a sua duração – se é finita ou não; e as suas ideologias e valores a seguir. Também o modo como os indivíduos se podem envolver nas associações é um fator importante, podendo desempenhar papéis mais ou menos ativos nas atividades das mesmas. Um envolvimento passivo possibilita menos oportunidades de ação e socialização, como apenas usufruir de serviços, espaços e eventos, ao par que, quando o envolvimento é ativo, intervindo nas decisões, discussões ou participando nas atividades das associações, há um maior debate e,

consequentemente, mais progressos e contributos (Cardoso, 2014, pp. 65–66; Ferreira, 2008, pp. 110–111).

Baseando-se num método generalizado e estatístico, tendo em conta apenas as semelhanças entre associações, Bernard Wessel (Viegas, 2004, p. 38) define três tipos de associações: as associações políticas (que englobam as associações socioprofissionais), as associações que expressam novos movimentos sociais e as associações socioculturais. Jan W. van Deth e Frauke Kreuter (idem, p. 38) estabelecem uma tipologia semelhante: as associações de nova agenda política, as associações de carácter social e as associações de interesses tradicionais (que englobam partidos políticos e associações socioprofissionais).

José Manuel Viegas (Viegas, 2004, pp. 38–40) concebe uma classificação de associações segundo um conjunto de critérios por ele estabelecido, com fundamento nos níveis de contribuições de Mark Warren acima referidos. Estes critérios não têm em consideração a caracterização dos indivíduos pertencentes às associações, pois o seu intuito é entender a relação da associação com o meio envolvente e o seu funcionamento interno. Assim, os três critérios assentam no grau de voluntariado de uma associação, nos recursos utilizados que têm influência no meio, como as ideologias e valores sociais, de poder ou de mercado que seguem, e os seus próprios objetivos. Através destes, Viegas conclui haver: associações de Integração Social – abrangendo as de solidariedade, as religiosas, as desportivas, as culturais e recreativas e as de apoio (de pais, moradores, etc.); associações de Interesses de Grupo – abrangendo sindicatos, as profissionais, as empresariais e financeiras; por último, as associações que procuram os objetivos dos Novos Movimentos Sociais – de defesa de direitos, de consumidores, ecologistas, ambientais e de defesa de animais (Viegas et al., 2010, p. 164). As primeiras, de integração social, caracterizam-se pela sua natureza comunitária e pelas suas atividades de inclusão de grupos que tenham algum aspeto ou objetivo em comum. Valorizam a identidade e as tradições, sejam de um clube desportivo ou de um conjunto artístico, de modo que o grupo de

peças envolvidas se encontra, geralmente, em consenso. Não atuam exclusivamente ao nível do enquadramento dos indivíduos, mas este é o contributo que se revela com mais impacto, resultando numa expressão pouco relevante ao nível da esfera pública. Por outro lado, as associações dos Novos Movimentos Sociais, que promovem a cooperação e ação coletiva, bem como a discussão de problemas sociais e políticos, têm uma maior potencialidade de contribuição e participação no meio público. As associações de Interesses de Grupo assentam nas competências profissionais e empresariais (Viegas, 2004, pp. 39–40; 2010, p. 166).

Assim sendo, cada uma destas vertentes associativas toma uma posição interveniente no espaço social e urbano, mais ou menos assertiva, tendo em conta as suas atividades e capacidades. É, porém, possível confirmar que o associativismo, no seu sentido base de participação social, é essencial à resolução de problemas da esfera cívica e urbana, podendo mesmo ser uma “chave para definir e entender o espaço urbano.” (Rosa, 2011, p. 20).

Assim, para a análise da atividade associativa desta investigação, com vista no impacto urbano que possibilitem propiciar, é estabelecida uma categorização das associações que, à semelhança de José Manuel Viegas, não tem em conta a caracterização dos indivíduos pertencentes às associações, mas sim à sua área geral de influência e às suas competências interventivas. São assim classificadas como laborais, culturais e urbanas.

1.2.1 – Ações Associativas de Âmbito Laboral

Por associações de âmbito laborais entendem-se as associações cujo ímpeto primário se foca no contexto social. Segundo a categorização anteriormente referida de José Manuel Viegas, abrangem as três classificações de Integração Social, Interesses de Grupo e de Novos Movimentos Sociais, pois ostentam valores de inclusão social, de ação coletiva e de competências específicas (Viegas et al., 2010, pp. 164–166).

A associação Chapitô é um exemplo de associação laboral. Instalada na Costa do Castelo em Lisboa, trata-se de uma casa e um projeto multidisciplinar cujas áreas principais de intervenção se articulam continuamente: cultura, formação e ação social. Constituiu-se como Coletividade Cultural e Recreativa de Santa Catarina em 1981 e destaca-se, na atualidade, como uma das instituições com mais impacto positivo no âmbito social, tendo recebido diversos prémios a esse respeito (Chapitô, 2019).

Surgiu numa fase de ausência de apoio político social e da conseqüente ambição da fundadora da associação, Teresa Ricou, de renovar os espaços social e cultural através de novos meios de expressão social, cuja resposta encontrou através das artes circenses, tornando-se este o conceito primário do Chapitô (Chapitô, 2019).

A narrativa de responsabilidade social incorporada nas linhas de ação do Chapitô, abrange um leque diversificado de atividades e eventos multidisciplinares e interculturais (Fig. 1). No campo da cultura, apresenta e recebe projetos das mais variadas áreas, desde a dança, o circo e o teatro, até conferências, exposições e apresentações. A Casa Chapitô dispõe de diferentes espaços propensos a estas atividades, como a Tenda, o bar Bartô, a Biblioteca e a Esplanada. Para além destes, é recorrente realizar espetáculos e animações em espaços



Fig. 1 Apresentação pública do Chapitô no desfile de Carnaval de 2019



Fig. 2 Evento público na Câmara Municipal de Lisboa no âmbito das comemorações do 25 de abril, 2019

públicos, muitas vezes em datas e eventos comemorativos cruzando-se, assim, com a história da cidade onde se localiza e do país (Fig. 2). Realizam ainda uma série de Residências Artísticas que envolvem artistas nacionais e internacionais, promovendo e possibilitando espaços para a criação e produção artística, mas também incluindo uma vertente formativa e pedagógica, englobando as dinâmicas que desenvolvem no campo da formação e ação social (Chapitô, 2019).

No campo da formação, o Chapitô oferece três campos: a Escola Profissional de Artes e Ofícios do Espectáculo (EPAOE) – que dota os jovens de formação profissional no âmbito da Interpretação e Animação Circense ou das componentes da Cenografia, Figurinos e Encenação (Fig. 3); cursos livres em formato pós-laboral e Ateliers para Crianças – que desenvolvem as competências de interpretação, circenses e comunicativas das crianças, jovens e adultos que despertem interesse, sem propósito profissional (Chapitô, 2019).

O objetivo fundamental da vertente social do Chapitô é a inclusão social, sobretudo dos jovens, pois a crença base estabelece que “(...) o desenvolvimento de competências de expressão artística e de comunicação ajuda a reduzir a marginalização, a exclusão social e a prevenir o crime, e aumenta a vontade de construir futuros socialmente reconhecidos e com significado pessoal.” (Chapitô, 2019)

Dispõem de vários serviços de ação social como um Centro Comunitário, Centro Educativo e uma Trupe Sénior, que, através de diversas atividades, promovem a integração e interação de várias faixas sociais e culturais. O Centro Comunitário engloba cinco meios de inclusão. São estes, a Casa do Castelo – destinada ao acolhimento temporário de jovens em alguma situação de instabilidade social, aos quais se oferece estadia, apoio, formação e integração no mercado de trabalho; o Centro de Apoio e Animação Infantil João dos Santos – meio de resposta a situações de emergência social, facultando atividades de ocupação diárias a



Fig. 3 Curso Profissional de Cenografia, Figurinos e Encenação



Fig. 4 Atelier de Expressão Artística

crianças; o ATL Porta Aberta – engloba os Ateliers para crianças (Fig. 4), os cursos pós-laborais e workshops; e Animações Sociais e Acompanhamento social (Chapitô, 2019).

O Centro Educativo apoia-se de dois projetos de práticas artísticas para inclusão social: por um lado, a Mala Mágica – destinada à criação e interpretação de animações pelos jovens envolvidos, em parceria com instituições e bairros que se envolvem e recebem estas atividades através de espetáculos e workshops que englobam as áreas artísticas da música, artes plásticas, artes performativas como o malabarismo, os aéreos e a capoeira, e, ainda, contos e tradição oral. Por outro lado, a Forças Combinadas – que apoia jovens em instabilidades sociais e faz uso das artes circenses como meio de apropriação de territórios, culturas e cidadania para integração e indução de valores comunitários, cooperativos e artísticos (Chapitô, 2019).

De facto, há um grande sentido de inclusão e instrução social coletiva nas ações do Chapitô, atingidas, neste caso, através da formação artística. Estas atividades, e as de outras associações laborais, impulsionam movimentos de inovação do meio social, mas também do meio territorial. Incutem capacidades afirmativas e expressivas que suscitam o reconhecimento público de comunidades e grupos e despertam para problemas e intenções levantados por estes grupos, formando uma questão pública a ser deliberada publicamente. Despoletam movimentos e discussão, uma reação pública que suscita a transformação urbana, mas não a modifica fisicamente (Ferreira, 2008, pp. 113–115).

Assim, a posição que as associações laborais têm no meio urbano reflete-se essencialmente na ação social e nos processos de discussão e decisão coletiva.

1.2.2 – Ações Associativas de Âmbito Cultural

São inúmeras as associações com intenções culturais existentes no contexto nacional, ocupando, como anteriormente referido, 84% da totalidade de associações ativas em 2015 (INFORMA D&B, 2015). Seguindo a prévia lógica de análise de José Manuel Viegas, as associações culturais integram-se na classificação de Integração Social. Impulsionadoras de atividades culturais, artísticas, desportivas e de objetivos e conceitos comuns a um grupo de indivíduos, proporcionam meios de afirmação de identidades e tradições (Viegas et al., 2010, p. 166).

A cultura, nas suas mais variadas vertentes, ocupa uma posição interventiva na sociedade e no espaço, pois trata-se de um meio e de um fim em si mesma de formação de dinamismo de emprego e inclusão social (P. Costa et al., 2017, p. 46). As atividades e práticas culturais ostentam e concedem uma capacidade expressiva, performativa e reivindicadora de valores, identidades e ideologias de um grupo ou de uma população que, interligados os espaços a que se associam, são capazes de gerar processos e movimentos potenciais ao desenvolvimento social e urbano (P. Costa et al., 2017, pp. 45–47).

“As atividades e práticas culturais têm sido recorrentemente reconhecidas como fundamentais nos processos de desenvolvimento.” (P. Costa et al., 2017, p. 45) Este crescimento e reconhecimento advém do gradual aumento das novas formas de associativismo e do maior envolvimento social que se apresenta desde a revolução da década de 70, do século XX. Novas práticas e programas públicos surgiram envolvendo mais agentes artísticos e profissionais, bem como uma maior intervenção cívica, a escalas menores e mais localizadas (P. Costa et al., 2017, p. 90). Assim:

“(...) as associações têm-se revelado importantes agentes do setor cultural e artístico da cidade. Fazem-no contribuindo, igualmente, para o desenvolvimento de uma cultura de mobilização cívica, assumindo o papel de fecundadores de laços de solidariedade, união e pertença entre as comunidades locais que, por sua vez, se assumem enquanto fatores essenciais para o enraizamento e manutenção de dinâmicas culturais na cidade. Seja de base mais territorial (...), seja mais focado em vertentes especificamente culturais (...), este tecido associativo tem surgido como importante motor da grande vitalidade e criatividade de certas zonas da cidade.”(P. Costa et al., 2017, p. 159)

É certo que são inúmeras as vertentes culturais e artísticas promovidas pelas várias associações existentes, porém, salientam-se as artísticas com maior potencial em relação ao meio urbano.

Desde 2013, data da sua formação, a associação Rés do Chão tem desenvolvido projetos e iniciativas com o intuito primário de dinamizar os pisos térreos desocupados e o espaço público. Compondo-se de uma equipa multidisciplinar de arquitetos, um sociólogo, um antropólogo e um pedagogo, e em parceria com agentes locais e com inúmeras entidades públicas, privadas, de construção e de integração, dispõem de cinco campos de ação (diagnóstico, reabilitação, ativação, sensibilização e consultoria) para a produção destes projetos. A sua motivação principal prende-se com a desocupação de pisos térreos e espaços públicos nos centros urbanos provocada pelo afastamento dos moradores para as periferias e com a consequente perda de cultura e economia local. Assim, os projetos focam-se na renovação e reocupação destes espaços para a retoma de uma imagem e identidade de um lugar e de uma cidade, recuperando o comércio, o convívio, o encontro e as dinâmicas sociais (Rés do Chão 119 Associação, 2019).

O projeto de arquitetura de requalificação e reabilitação dos espaços abandonados é uma das vertentes de ação centrais da associação, cuja principal preocupação é garantir a



Fig. 5 Ação de dinamização: Conversas Lisboa, na Rua Poço dos Negros



Fig. 6 Festival MANPOWER, na Rua Poço dos Negros



Fig. 7 Loja pop-up no âmbito do DEMO15

qualidade e adaptabilidade destes espaços a novas ocupações e atividades. O projeto desenvolve-se sempre com base na comunicação com os agentes e comunidades locais, integrando-os no pensamento, de modo a responder às suas necessidades e utilizar os seus recursos disponíveis garantindo, assim, uma maior aproximação e relação de identidade e memória com as intervenções. Outra vertente principal da associação trata-se da promoção e criação de iniciativas de ativação, dinamização e ocupação destes espaços que, em grande parte, partiam do estabelecimento de ciclos de ocupação e de plataformas digitais de divulgação dos mesmos. Estas iniciativas passam pela realização de eventos culturais como concertos, festivais de arte, conferências, workshops e lojas *pop-up* de artistas e comerciantes locais, promovendo a atratividade e economia local (Rés do Chão 119 Associação, 2019).

A Rua Poço dos Negros é alvo frequente destas intervenções. Recebeu o festival internacional de arte *Manpower* em 2014 e em 2016, que promoveu um enorme encontro social inclusivo e multicultural (Fig. 6); recebeu o evento Demo15 dos alunos do mestrado de design de moda da Faculdade de Arquitetura de Lisboa, em 2015, para o qual se ocuparam vários lojas e montras dos pisos térreos para mostra do processo de trabalho, bem como a criação de uma loja pop-up para venda das peças (Fig. 7); e, entre muitos outros eventos, fez parte de um projeto de parcerias de entidades denominado Triângulo Aberto, que consistia na união de um triângulo estratégico de varias ruas da baixa de Lisboa, através de um conjunto de eventos de música, arte, workshops e um prolongamento do horário dos comércio locais que ocupavam espaços como os reabilitados pela Rés do Chão. O intuito era unir as ruas e, conseqüentemente, as pessoas e os comércio através desta rede de eventos, de forma a estimular o crescimento do comércio local e os próprios espaços em que se inseriam (Pais, 2016).

Numa vertente mais acentuada no conceito artístico, a associação Anda & Fala, responsável pelo Festival *Walk & Talk* – Festival de Artes dos Açores, que se realiza na ilha de São Miguel desde 2011, promove um circuito de arte anual, num roteiro que se foi expandindo



Fig. 8 Intervenção de Vhils na Galeria Arco8, edição de 2011 do Festival Walk&Talk

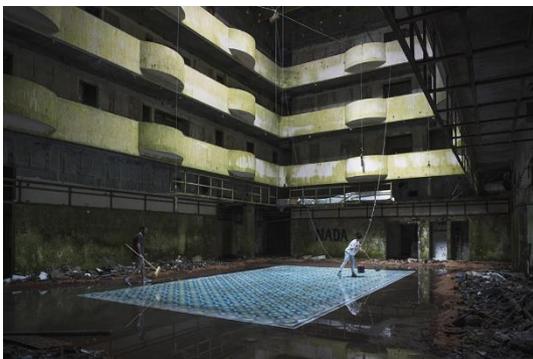


Fig. 9 Acabamentos de *Isatis Tinctoria* de Javier de Riba

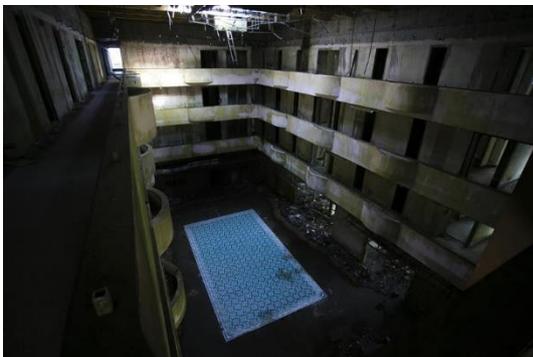


Fig. 10 *Isatis Tinctoria* de Javier de Riba, edição de 2016 do Festival Walk&Talk

por toda a ilha, acabando por extravasar os próprios limites insulares, por meio de intervenções urbanas e rurais, em espaços públicos, de carácter mais ou menos efémero. Com projetos que abrangem as áreas da arquitetura, artesanato, concertos, performances, espetáculos, exposições, conferências e workshops, em parceria com os espaços culturais locais e com artistas e produtores locais e internacionais, apresentam um programa aberto à participação pública com o enfoque principal na partilha e produção de cultura e conhecimento. O festival assume o espaço público como local para discussão e confluência de artes e ideias para, em comunidade, promoverem o interesse e validação pública destes espaços transformados e dos benefícios sociais, culturais, artísticos ou económicos criados por estas ações (Anda & Fala, sem data).

Os projetos mais iniciais baseavam-se em peças de arte urbana, como grafitis e esculturas efémeras, posicionadas estrategicamente em espaços sem destaque ou grande importância. Chamavam a atenção para estes murais e vistas triviais, atribuindo-lhes um significado artístico e uma identidade. A continuação e aumento destas intervenções desenvolveu um reconhecimento do público e das entidades públicas regionais que, cada vez mais, mostravam interesse e envolvimento (Anda & Fala, sem data).

É visível o fenómeno explosivo de estruturas culturais oficiais e independentes no arquipélago, despoletado pelo aparecimento deste festival, bem como uma maior abertura e participação do público local (Franco, 2019).

Intervenções como *Isatis Tinctoria* do artista Javier de Riba, na edição de 2016, demonstram esta apropriação e ocupação do espaço através da arte (Fig. 9 e Fig. 10). Tratava-se de uma pintura de mosaico em representação da planta ísatis tinctoria, planta em tempos muito produzida nos Açores para exportação, no chão do grande hall do antigo e abandonado Hotel Monte Palace. O hotel foi um grande insucesso financeiro e caiu rapidamente no abandono. Tornou-se num marco do obsoleto. A intervenção de Javier incrementou a sua significância.



Fig. 11 Pavilhão Walk&Talk, edição 2018, projeto de Mezzo Atelier



Fig. 12 Construção de mobiliário para os pavilhões por voluntárias



Fig. 13 Pavilhão Walk&Talk, edição 2018, convívio e brunch



Fig. 14 Pavilhão Walk&Talk, edição 2018, atividade com crianças



Fig. 15 Pavilhão Walk&Talk, edição 2018, convívio noturno



Fig. 16 Pavilhão Walk&Talk, edição 2018, concerto

Incitou um aumento das visitas ao hotel, pela observação do seu estado de degradação, pela peça de arte que agora albergava no interior dos seus espaços vazios (Anda & Fala, sem data).

Um dos projetos que demonstrou de facto esta integração e apropriação da população, foi o pavilhão projetado pelo Mezzo Atelier, para a 8ª edição do festival, em 2018 (Fig. 11). O pavilhão tornou-se um manifesto dos ideais do festival, integrando-se na praça pouco aproveitada do teatro, numa lógica construtiva permeável, translúcida e multifuncional, adaptável a diversos eventos, refeições ou mesmo apenas como espaço de convívio e abrigo. Construído com madeira local de criptoméria e com proporções inspiradas nas tradicionais estufas de ananases, a estrutura construída mantém-se aberta e interligada com a praça, permitindo uma transição contínua no espaço para uma ocupação e interação maior com o espaço e entre a população (Mezzo Atelier, 2018).

De facto, as associações culturais detêm uma posição ativa no meio urbano, posição esta de nível mais ou menos interventivo sujeito ao tipo de atividades que efetuam. É certo que muitas destas ações não têm um poder transformador físico no espaço em que decorrem, porém, como refere Olga Roriz (2018, Anexo A, p. 85), a intervenção cultural deixa uma memória no espaço ou no edifício que a recebe. Há uma imposição ou exaltação de valores e vivências motivada pela implementação da arte na organização das cidades, que contribuem para a caracterização do sítio e das pessoas que o integram, esclarecendo o significado que os cruza e relaciona (Jacobs, 2007, Capítulo 415).

O desenvolvimento das formas urbanas assenta na premissa de continuidade de valores e vivências, que se sobrepõem umas às outras ao longo dos tempos, resultando numa relação entre o público e o lugar, fundamentada na memória coletiva que é progressivamente criada (Lopes, 2016, pp. 142–143). Assim, é possível entender que as atividades culturais assumem um papel importante no desenvolvimento urbano e na diversidade cultural e social dos espaços (P. Costa & Lopes, 2015, p. 41; P. Costa, Magalhães, Vasconcelos, & Sugahara, 2006, p. 5).



Fig. 17 Protesto de moradores pela habitação

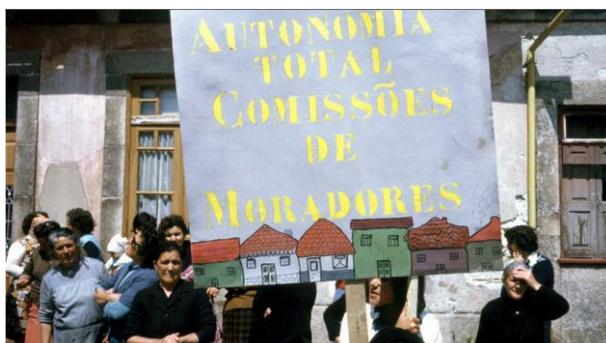


Fig. 18 Protesto de moradores em 1975

1.2.3 – Ações Associativas de Âmbito Urbano

As associações e os coletivos de impulso urbano têm aumentado as suas ações no meio urbano cada vez mais, desde o momento da Revolução do 25 de abril. Com o passar dos anos, têm demonstrado a sua capacidade de exaltação das necessidades específicas das populações locais com as quais trabalham diretamente, opondo-se às lógicas de intervenção *top-down* sobre o território. Na classificação de José Manuel Viegas, integram-se nos Novos Movimentos Sociais mas também na Integração Social, pois atuam segundo fundamentos de cooperação e ação coletiva, promovendo uma maior discussão e contribuição social e política para os problemas da esfera pública, enunciando valores identitários e de inclusão (Viegas et al., 2010).

Um dos momentos mais fortes e influenciadores desta valorização e afirmação das necessidades da população, decorreu na década de setenta do século XX, como já referido, na fase pós-Revolução do 25 de Abril, através do Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL). Partindo do descontentamento geral da população portuguesa e de uma elevada necessidade de mais e melhores habitações (Fig. 17), surgem grupos de pessoas, ainda antes da revolução, que, através da discussão e partilha de ideias, começaram a analisar formas de produção habitacional que, mais tarde, se tornaram o fundamento do SAAL (Portas, 1986, p. 636).

O processo SAAL surgiu num contexto político instável, provocado pela Revolução do 25 de Abril de 1974, que se organizava segundo uma sequência de Governos Provisórios até à formação de um governo civil. Fez parte destes Governos Provisórios, desde o 1º ao 4º, o arquiteto Nuno Portas, que introduziu no governo a iniciativa experimental que era o SAAL. Formalizada, inicialmente, através de um mero despacho, partiu da intenção de desbloquear e descentralizar a construção habitacional e de gerar uma aproximação aos utilizadores (Bandeirinha, 2007, p. 117). É certo que esta fase se tratava da época ideal para a implementação de um programa deste género, pois estavam em vigor as condições propícias ao



Fig. 19 Reunião para a criação da Associação de Moradores 18 de Maio em 1975



Fig. 20 Mostra de projetos aos habitantes

afastamento dos entraves burocráticos e centralizadores que dominavam a intervenção urbanística e arquitetónica do território. No entanto, o fator principal do qual dependia e ao qual servia o programa eram as populações. A revolução fomentou um estado social novo e livre, onde estas eram capazes de reivindicar os seus direitos e condições de vida e de trabalho, e de afirmar os seus problemas e desejos perante a sociedade e a política. O interesse das populações e o seu empenho em participar nos processos era um princípio fundamental do programa (Bandeirinha, 2007, pp. 121–122). Ao tomar consciência da sua liberdade e da sua capacidade de afirmação, certamente, os movimentos sociais das populações em más condições habitacionais enfatizaram-se, tanto pelas manifestações, como pelos surtos de ocupações de fogos abandonados ou recém-construídos (Bandeirinha, 2007, p. 110).

Assim, na presença de uma forte necessidade de resposta às populações em luta e de uma abertura maior do contexto político, o SAAL iniciou-se rapidamente e expectavam-se resultados com celeridade. À partida, as ações manifestavam-se na aproximação às Câmaras responsáveis pelos terrenos a intervir, no estabelecimento de planos de financiamento e na constituição das equipas a fazer parte do processo construtivo (Bandeirinha, 2007, p. 117). O carácter experimental do programa provocava uma indefinição geral do mesmo, que só seria contrariada com a prática e desenvolvimento dos processos, no entanto, assentava num conjunto de princípios que delineavam as ações. Estes princípios base fundamentavam-se na procura e iniciativa social, no direito à permanência, na capacidade de auto-organização e autonomia, na incorporação de recursos próprios e na descentralização (Bandeirinha, 2007, pp. 121–122). Essencialmente, a iniciativa experimental que era o SAAL revolucionou o modo como se pensava o espaço urbano, pois colocava, pela primeira vez, o papel do arquiteto numa posição social de direta relação com a sociedade (Paio, 2019, Anexo B, p. 88).

As intervenções adotaram uma lógica *bottom-up*, intimamente relacionadas com, destinadas à e dependentes da população, num processo multidisciplinar que envolvia equipas

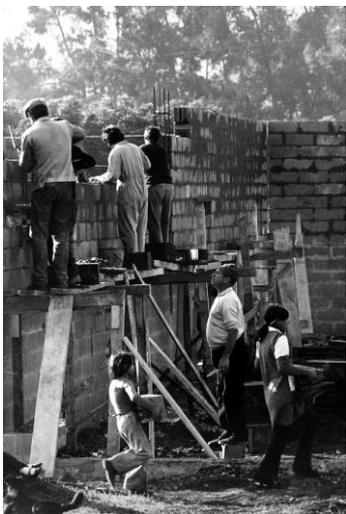


Fig. 21 Construção da sede da Associação de moradores com participação da população local



Fig. 22 Construção das habitações.

de técnicos e serviços, arquitetos, engenheiros, sectores do Estado e os moradores organizados em associações. Procedeu-se de uma forma instável e inconsistente, por ser um processo novo, experimental e por não ter uma clara definição de projeto à partida, causando algumas controvérsias nas relações políticas e entre as entidades envolvidas (Portas, 1986, pp. 637, 644). Porém, inúmeros foram os projetos concretizados e os movimentos cooperativos despoletados pelo programa SAAL numa extensão de norte a sul do país.

Estas incongruências levaram à paralisação do processo SAAL em 1976, com apenas dois anos de operações urbanas. Todavia, as ações já iniciadas pelo programa e a influência que se espalhou pela população, pelas associações e agentes de poder local não cessaram, dando algum prosseguimento às lutas e ideologias do SAAL. Assim, a partir da dissolução do SAAL, as operações planeadas no programa foram-se concretizando de acordo com o empenho e continuidade das populações e entidades locais (Portas, 1986, pp. 642–644).

Mesmo após o encerramento do programa, as conclusões retiradas sobre os progressos e transformações que promoveu, não eram coincidentes. Vários dos arquitetos envolvidos no programa e na discussão, do mesmo questionam as consequências do SAAL para a profissão em Portugal e a efetividade das metodologias adotadas e da aproximação do exercício com a população. É, no entanto, uma comum conclusão de que as ações efetuadas não foram suficientes para enraizar esta nova abordagem nos modelos de planeamento existentes e que é necessária uma evolução política e social para tal. Porém, é certamente visto como uma tentativa de desenvoltura “dos modelos convencionais de planeamento” (Bandeirinha, 2007, p. 259). O processo SAAL foi alvo de destaque na época em que decorreu e uma fonte primária de investigação e experimentação para os exercícios urbanos que se sucederam até à atualidade (Bandeirinha, 2007, pp. 221–224, 259–260).

A partir do momento de tomada de posição ativa das populações sobre os lugares que habitam, a participação passa a ser uma ferramenta de poder da população sobre esses espaços

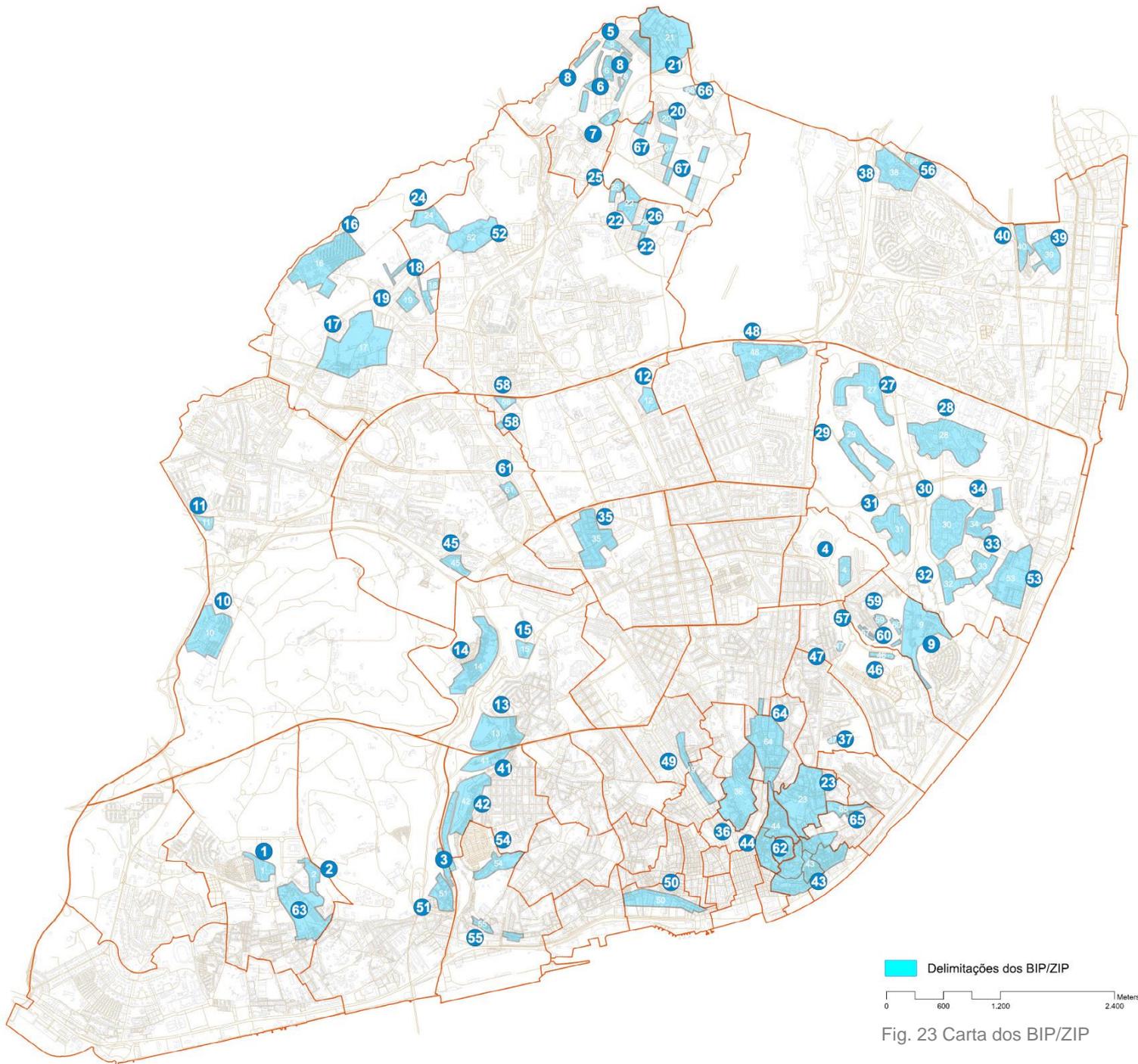


Fig. 23 Carta dos BIP/ZIP

e, conseqüentemente, sobre as cidades. A inclusão da participação social nas metodologias de planeamento, induz a uma mudança de escala de intervenção mais localizada e acessível à intervenção das próprias pessoas. Segundo Marcos Leite Rosa, o *microplaneamento* assenta, exatamente, nesta abordagem local do espaço urbano, através de práticas e apropriações sociais e coletivas de iniciativas *bottom-up*, elegendo, assim, a cidade como um “campo de experimentação” de novas intervenções e valorizações do mesmo (Rosa, 2011, p. 14).

De igual forma, num cenário de planeamento *top-down*, gerador de muita instabilidade e desigualdade habitacional e urbana, o programa BIP/ZIP surge como um meio de resposta rápida a este problema com novas estratégias para habitação, novos programas e políticas desenvolvidos sempre com base numa lógica *bottom-up*. Para além destas razões, a base de pensamento que despoletou o programa foi o facto dos planos de grande escala, como o Plano Diretor Municipal (PDM), não prestarem atenção à desigualdade social e da cidade (Roseta, 2015). Assim, o primeiro passo tratou-se de uma recolha e análise de variáveis urbanísticas, sociais, económicas e ambientes, sobre os quarteirões de Lisboa no sentido de encontrar os bairros e zonas problemáticas e em necessidade de resposta urgente. Aos 67 territórios descobertos em parceria com as pessoas locais que opinavam sobre necessidade destas intervenções, chamaram-se de Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária, nome escolhido de forma a romper o estigma de desigualdade e de bairros problemáticos, e a promover uma visão emergente dos mesmos (A. Costa, Roseta, Coutinho, & Jacobetty, 2013, p. 13; Roseta, 2015). A partir deste, foi criada a Carta dos BIP/ZIP, a qual foi inserida no PDM em 2010.

A primeira edição decorreu em 2011 e desde então é anualmente lançado um concurso, com 1 milhão de euros disponibilizados pela Câmara, para apresentação de candidaturas de projetos de intervenção nestas zonas. Estes projetos podem abranger as mais variadas vertentes, cultural, social, construtiva, etc.; contam com um valor máximo de 50.000euros e um ano para o seu desenvolvimento. Têm apenas de cumprir dois requisitos: delinear e explicitar o



Fig. 24 Espaço correspondente à área de intervenção do projeto "Somos Todos Bensaúde"



Fig. 25 Arraial no Bairro Bensaúde no âmbito do projeto "Somos Todos Bensaúde"

projeto e o modo como irá melhorar o bairro, sendo este sempre o objetivo principal, e integrar no mínimo duas entidades, sejam estas locais, privadas ou informais, de modo a fomentar a participação coletiva e a dinamização dos fundos fornecidos. A adesão ao programa superou as expectativas iniciais, pois por todas as zonas BIP/ZIP identificadas, surgiram inesperadas parcerias diversas e numerosas de associações, paróquias, instituições, grupos de cidadãos e de escolas focadas no melhoramento das suas zonas (Roseta, 2015). Até à data, já foram aprovados e financiados mais de 300 projetos (Anexo C – Tabela 5).

Os projetos desenvolvidos são pequenos projetos (Roseta, 2015), são micro ações que qualificam e valorizam os espaços, tornando-os apelativos e abertos a novos usos e ocupações da população (Rosa, 2011, pp. 16–18). Apesar da sua pequena escala, os projetos mostram-se capazes de incorporar valores de inclusão social e cidadania, promover competências e empreendedorismo e de ter, efetivamente, uma posição interventiva no espaço e na sociedade (A. Costa et al., 2013, p. 13).

O caso do BIP/ZIP “Somos todos Bensaúde” no Bairro Alfredo Bensaúde, correspondente à zona 56 da Carta, referido pela professora Alexandra Paio (2019, Anexo B, p.102), visava o reaproveitamento do espaço público degradado e mal aproveitado, o qual abrangia um polidesportivo a céu aberto. Segundo a ficha de candidatura do projeto ao programa na edição de 2017, a reabilitação do espaço seria feita através da inicial limpeza deste e da promoção de atividades culturais e desportivas. Tais atividades seriam um meio de melhoramento da imagem do bairro, da criação de tradições e da estimulação de práticas sociais inclusivas e coesas. O projeto proponha ainda a criação de uma Associação de Moradores para garantir a continuidade e sustentabilidade do projeto. O espaço renovado resultante alberga atualmente, em si, outros projetos BIP/ZIP.

De acordo com a sua ficha de candidatura, também o projeto “Liga-te ao Bairro” na Quinta do Lavrado, constituído de várias fases, começando na edição de 2015 do programa,



Fig. 26 Projeto "Liga-te ao Bairro" Estado inicial



Fig. 27 Projeto "Liga-te ao Bairro" Reformulação do espaço através de pinturas



Fig. 28 Projeto "Liga-te ao Bairro" Instalação de hortas e reocupação do espaço

correspondente à zona 46 da Carta, visava, mais uma vez, o reaproveitamento e requalificação de espaços vazios e devolutos. Neste caso, o espaço apresentava qualidades e potencialidades físicas à sua transformação em praça de encontro e convívio. Era, porém, ocupado por toxicodependentes, o que incapacitava a utilização e apropriação por parte da população. O objetivo do projeto era, evidentemente, a regeneração deste espaço para a promoção de atividades económicas, culturais e lúdicas, acessíveis a toda a população. Assim, como refere a professora Alexandra Paio (2019, Anexo B, pp.106-107), o primeiro passo foi demonstrar à população a sua capacidade e possibilidade de reivindicação deste espaço, através da execução de pequenos eventos e atividades e, em parceria com associações de apoio a toxicodependentes, foi possível terminar esta ocupação e este rótulo de conotação negativa. Após esta primeira conquista, procedeu-se ao desenho do espaço em consulta constante com a população e à construção de soluções modulares adaptáveis às atividades e ocupações a desenvolver, direcionando a uma lógica empreendedora e coletiva.

O carácter social e participativo do programa BIP/ZIP permite que os projetos desenvolvidos sejam continuamente ajustados a cada realidade que integram. Com pequenas ações de cariz social, cultural, ambiental, económico, político e urbano, tornam a apropriação e intervenção de edifícios e espaços públicos abandonados ou mal aproveitados mais fácil e adequada às populações e às suas necessidades.

Fundado em 2013, o Coletivo Warehouse é um coletivo dedicado à arquitetura e à arte que procura testar e questionar o papel da arquitetura e do arquiteto na atualidade. Fundamentam as suas atividades na experimentação e participação, incutindo sempre valores

culturais e sociais, pois defendem que “estes processos conduzem a resultados mais impactantes na paisagem urbana emergente”³ (Coletivo Warehouse, 2018a).

Para o Warehouse, o arquiteto é um agente mediador do espaço urbano que se assume responsável pela construção do espaço público e privado, consciente do impacto que as iniciativas e intervenções sociais têm no meio urbano. Assim, os seus projetos não se dissociam da constante colaboração multidisciplinar da equipa com as populações locais e com as entidades parceiras, para o desenvolver destas intervenções físicas de projeto e construção dos próprios (Coletivo Warehouse, 2018a).

A lógica de projeto do Coletivo ultrapassa o convencional processo de linha reta entre briefing e execução. Transforma-o numa rede colaborativa e participativa, com uma prática “*hands-on*” transversal a todos os momentos de projeto e a todos os participantes. Os projetos fundamentam-se na participação das comunidades afetadas às intervenções e na posição de igualdade que lhes oferece, através da partilha de saberes e experiências entre estas e as equipas envolvidas, de modo a aprofundar o conhecimento do espaço e enriquecer e adaptar mais adequadamente o projeto à realidade em que se encontra. Do conhecimento passa à experimentação por autoconstrução. Uma capacidade que o Coletivo consegue sustentar por ter competências de conceção e concretização dos seus projetos. O método da experimentação é para o Coletivo um meio de alcançar resultados e processos inovadores e criativos, capazes de tirar o máximo proveito dos recursos e *inputs* disponibilizados, no processo da cocriação, por todos os participantes, em especial das comunidades locais (Coletivo Warehouse, 2018a).

Assim, à semelhança dos casos anteriores, os processos do Coletivo seguem uma lógica bottom-up, cujo objetivo é fomentar o envolvimento da população e entidades locais na

³ Do original: “These processes lead to results with greater impact in the emerging urban landscape.” (Coletivo Warehouse, 2018a).

revitalização de espaços abandonados ou mal aproveitados, onde o papel do arquiteto é o de mediador entre o espaço urbano, as comunidades e as entidades envolvidas no projeto. “Esta posição revela um papel mais participativo e activo do arquitecto na sociedade.” (Coletivo Warehouse, 2018a).

As ações das associações seguem inicialmente uma direção relacionada com o seu ímpeto primário, mas o seu trabalho e intervenção atingem mais do que só o nível inicial intencionado. Sejam, primeiramente, de apoio à cultura ou de intenção interventiva no espaço urbano construído, acabam por relacionar-se sempre com o lado social, laboral, pois a colaboração, o apoio e a participação social fundamentam o conceito primário daquilo que é uma associação. Esta multiplicidade de relações e usos é, segundo Jane Jacobs e referida também por Gilles Deleuze, a base fundamental da estrutura urbana. As dinâmicas das cidades geram diversidade que fundamenta o próprio funcionamento das cidades(1995, pp. 15–16; 2007, p. 419). As atividades associativas fomentam esta diversidade, pois promovem a cooperação entre populações, entidades locais e exteriores e outras associações.

Conclui-se que qualquer um dos tipos de associação estabelecidos detêm efetivamente um impacto no meio urbano, seja pela melhoria física e construtiva de espaços ou edifícios, ou pela atribuição de um significado e de uma memória, através de ações sociais ou artísticas, contribuindo, assim, para a dinâmica de multiplicidades do espaço urbano e, como refere Giancarlo De Carlo, para uma arquitetura mais humana e relacionada com os habitantes (1980, p. 74).

02 – A ATIVIDADE ASSOCIATIVA NA TRAFARIA



Fig. 29 Planta do lugar da Trafaria - levantamento e desenho produzido pela Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, 1793

2.1 – Enquadramento Geográfico e Histórico da Trafaria

A freguesia da Trafaria, agora parte da União das Freguesias de Caparica e Trafaria, pertence ao concelho de Almada e alberga, segundo os Censos de 2011, uma população de 5696 habitantes. Delimitada pelo encontro do rio Tejo com o mar, a sua posição estratégica facultou uma fonte de proteção para o país e de desenvolvimento para a própria freguesia.

Em tempos primórdios, Trafaria era apenas significado de areal e vegetação selvagem, somente recebendo propósito aquando da instalação de quarentenas, denominada de Lazareto, na parte baixa da encosta de Murfacém, para receção de embarcações, tripulações e mercadorias provindas de terras estrangeiras antes de entrarem em Lisboa, em 1565. Assim, a função incipiente da Trafaria consistia no depósito do que era indesejável entrar na capital portuguesa, pela sua proximidade a esta (Leal, 2014, p. 8).

A freguesia desenvolveu-se face ao crescimento das zonas de quarentenas e aos consequentes assentamentos de populações que surgiam pela procura de proximidade aos seus familiares presos nestas instalações, mas também aos agrupamentos de pescadores que aqui se instalavam pela relação imediata com o mar. As condições de salubridade eram, porém, precárias, não existindo sistemas de escoamento, propiciando a inundações e acumulações de águas pluviais e marítimas. Também as más condições habitacionais e a presença do Lazareto constituíam um perigo elevado à saúde pública (Leal, 2014, p. 12). O deslocamento do Lazareto para uma zona mais distante da população não foi substancial para a resolução do problema; apenas a partir da década de 50 do século XIX, decorreram obras de aberturas de valas para escoamento de águas e de drenagem, secagem e florestação de modo a extinguir os motivos de insalubridade (Leal, 2014, p. 16).



Fig. 30 Vista dos Moinhos e atividade piscatória



Fig. 31 Praia da Trafaria - atividade piscatória e banhar



Fig. 32 Casa na Cova do Vapor, 1949

No fim do século XIX, a Trafaria encontrava-se em processo de desenvolvimento. Tornara-se num porto de pesca da margem oposta à capital com mais movimento e atividade social, proporcionando zonas balneares, de lazer e cultura, bem como um crescimento construtivo a nível militar e fabril que propiciava o aumento de emprego e de população local (Leal, 2014, p. 17). Associado à atividade piscatória, começaram a surgir aglomerados habitacionais informais, no areal que se estendia da Cova do Vapor ao Bugio, de pescadores que sazonalmente lá desenvolviam a sua atividade. As atividades fabris existentes à data constavam da emblemática fábrica de dinamite e de fábricas de conservas (Câmara Municipal de Almada & Parque Expo 98 SA, 2005, Capítulo 3 páginas4–5). No entanto, persistia uma reputação de pobreza e exílio e um modo de vida rural suportado por uma economia rural local, essencialmente agrícola, com atividades principais como a produção da vinha, mas também subsistindo os moinhos de cereais à beira-rio (Leal, 2014, pp. 26, 34–35).

A pesca tornou-se numa das principais atividades da freguesia, constituindo a base essencial económica das populações residentes, mantendo-se relevante até à atualidade. Associado a este desenvolvimento, os aglomerados piscatórios existentes na Cova do Vapor e mais recentes no Torrão foram crescendo de forma informal, com habitações de construção precária e outras mais capacitadas à permanência, e foram surgindo estruturas de apoio à atividade, de armazenamento de materiais, embarcações e do produto pescado, as quais, no seu conjunto, formularam a imagem da frente ribeirinha. A par do crescimento desta atividade, também o uso balnear protagonizou a frente ribeirinha (Câmara Municipal de Almada & Parque Expo 98 SA, 2005, Capítulo 3 páginas5–6; Leal, 2014, p. 70).

Durante o século XX deram-se operações de mobilidade na Trafaria, tais como a abertura de vias entre esta e a Costa da Caparica e a criação de ligações fluviais diárias a Lisboa, e foi reconhecida pela Delegação Marítima da Trafaria como um local importante ao tráfego marítimo. Em 1926 foi oficialmente criada a freguesia da Trafaria e, uns anos mais tarde,

efetuaram-se investimentos nas redes de iluminação elétrica, de esgotos e de canalização de água, nos transportes públicos e nas ligações rodoviárias (Leal, 2014, pp. 18–19). Estas novas ligações e melhoramentos de acessos tornaram a Trafaria num meio de ligação à Costa da Caparica e às suas praias, alheando a localidade do seu protagonismo balnear e consolidando a Costa da Caparica como o fim turístico deste percurso (Câmara Municipal de Almada & Parque Expo 98 SA, 2005, Capítulo 3 página7).

Face à presente dinâmica balnear e aproximação à Costa da Caparica, ambas as localidades notaram um crescimento turístico e, associado a este, surgiram soluções urbanísticas de desenvolvimento e renovação para a Costa da Caparica. Afeta também à freguesia da Trafaria, uma das primeiras soluções, à data de 1930, foi a proposta de Cassiano Branco (Fig. 33). O plano visava a requalificação e transformação da área num lugar de veraneio, ligando e aproveitando o mar, dotando a área de variados serviços de lazer e cultura, de modo a servir todas as populações. Tratava-se de um plano de visão progressista e otimista, muito associada a esta expectante vontade de desenvolvimento numa área tão propícia, porém, o país não se encontrava a par deste crescimento e o plano mais não passou que de um estudo (Pinto, 2015, pp. 129–130).

Outro plano afeto às localidades da Trafaria, Cova do Vapor e Costa da Caparica foi o plano de autoria de Faria da Costa de 1946 (Fig. 34, Fig. 35). Ao invés da proposta anterior, este plano visava uma zona balnear de baixa densidade na faixa da Cova do Vapor à Costa da Caparica e uma aposta maior na consolidação e ordenamento da malha urbana residencial da Trafaria. Um meio principal deste plano para atingir estes objetivos consistia do melhoramento dos acessos fluviais e viários, bem como a construção de equipamentos de apoio (Câmara Municipal de Almada & Parque Expo 98 SA, 2005, Capítulo 7 páginas7–8).

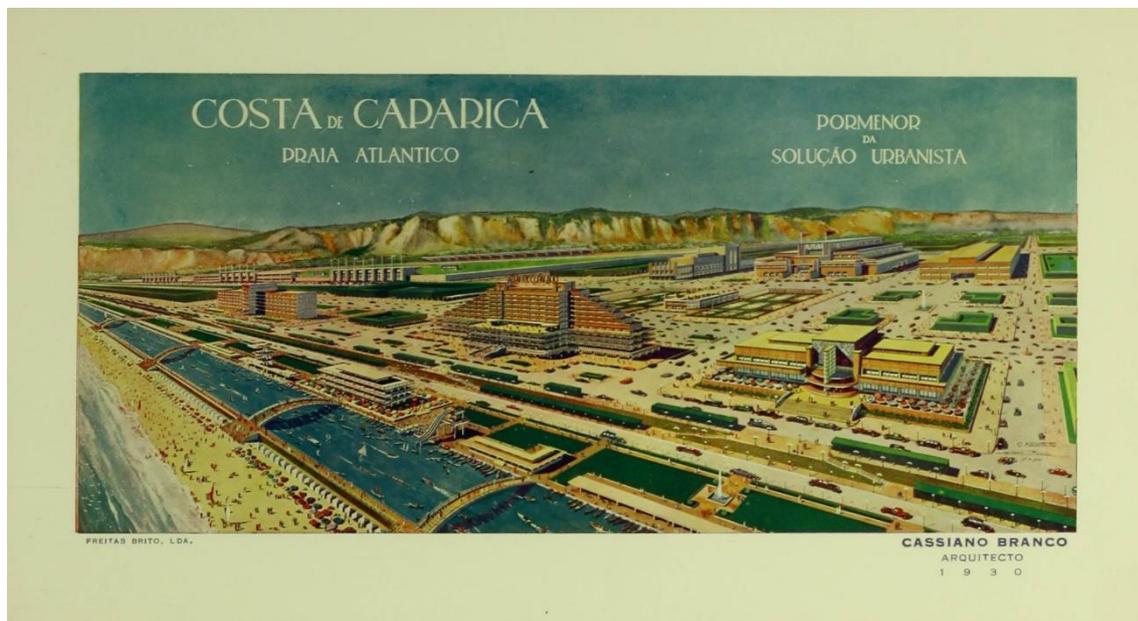


Fig. 33 Plano da Costa da Caparica de Cassiano Branco, 1930

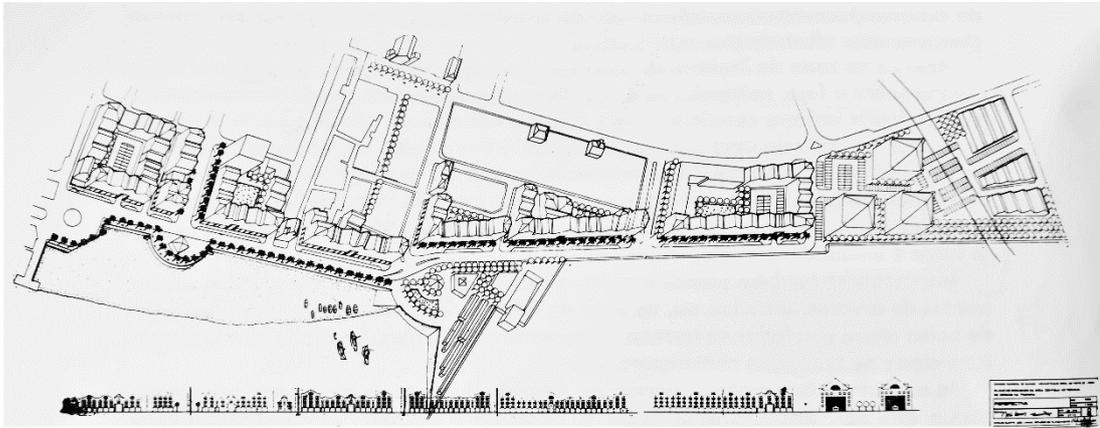


Fig. 34 Perspectiva axonométrica do Plano de Pormenor da Frente Urbana sobre o Tejo na Trafaria de Faria da Costa, 1987

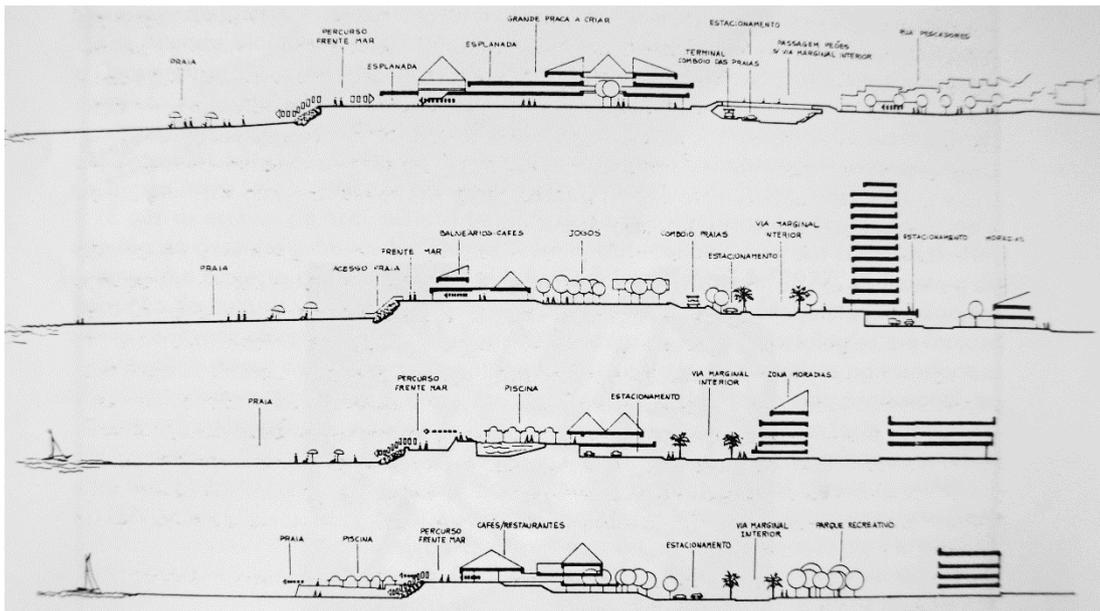


Fig. 35 Cortes esquemáticos de hipóteses de organização do espaço urbano da frente mar e equipamentos associados do Plano da Área da Trafaria-Costa da Caparica de Faria da Costa

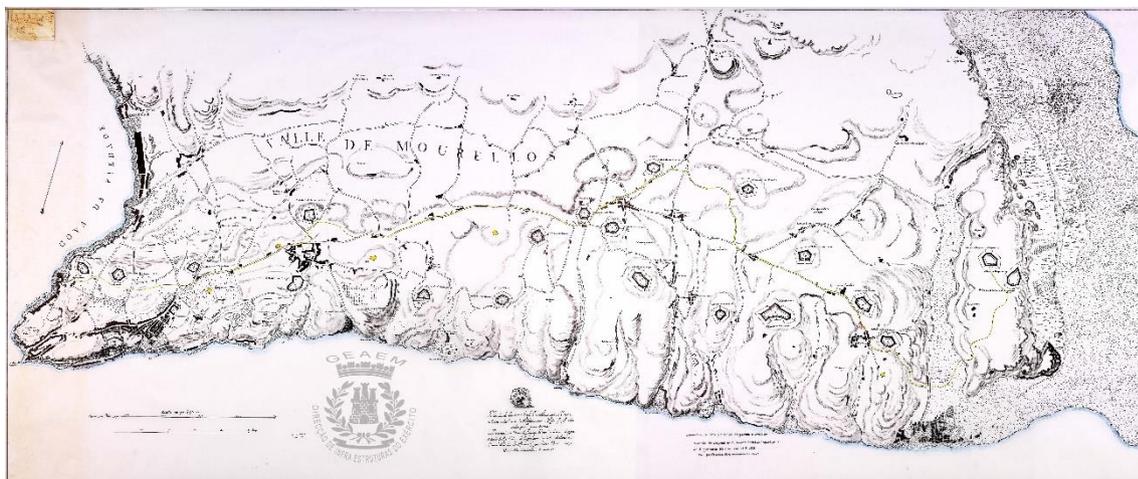


Fig. 36 Planta do terreno desde Cacilhas até a costa a oeste e sudoeste da Trafaria da linha fortificada de redutos, 1813



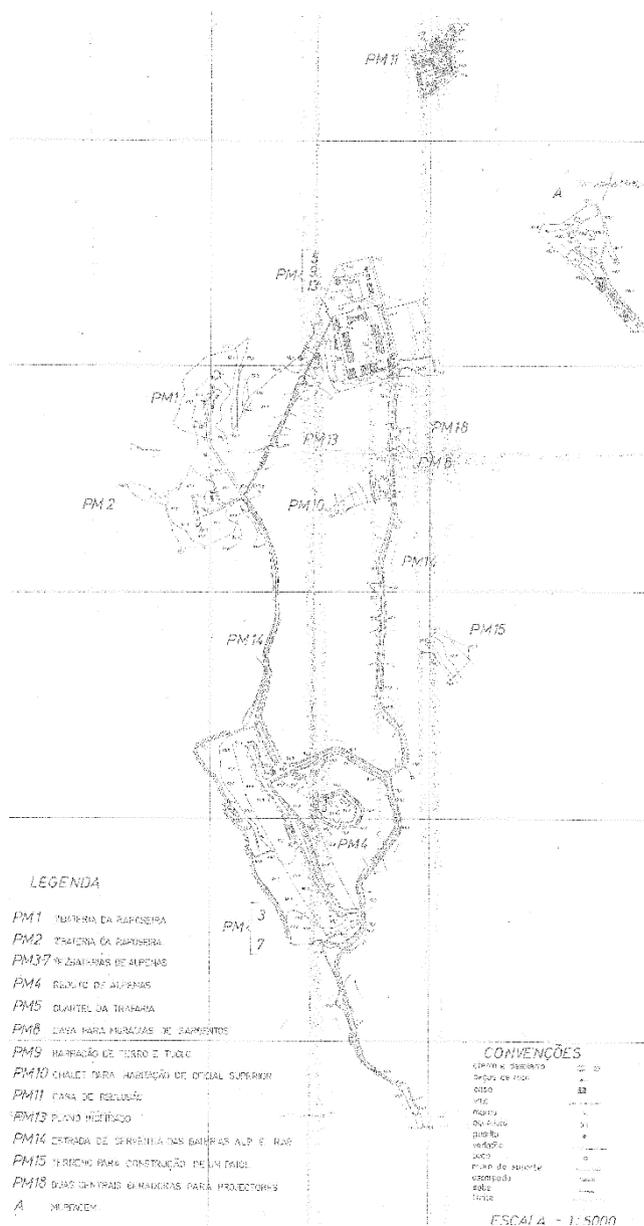
Fig. 37 Reduto da Raposeira - remanescente forma hexagonal, 2019



Fig. 38 Gravura da Torre do Bugio

De facto, a posição geográfica da Trafaria, no extremo oposto a Almada, na margem oposta a Lisboa, impôs um cariz isolador e distante à localidade, propício, como referido anteriormente, à inicial instalação de quarentenas. No entanto, propiciou também um estatuto militar muito forte e importante para o país. A sua posição estratégica face ao rio permitia, do ponto de vista militar, a vigilância do canal e da capital. Assim, construiu-se um conjunto de fortificações, desde o século XVII, umas substituídas, outras permanentes até à atualidade, que se ocuparam da defesa terrestre de ataques provenientes de sul e da defesa marítima (Leal, 2014, p. 76).

Este conjunto fortificado teve início no final do século XVII, com a construção do Forte Militar junto ao antigo Lazareto para a criação de um sistema de vigia marítima de Lisboa, em conjunto com fortificações já existentes como o Farol do Bugio e o Forte da Caparica. Mais tarde, a meados do século XVIII, aquando da transformação do Lazareto junto do Forte no Presídio, surgiu uma proposta, por parte do Marquês de Pombal, de implantação de uma linha de fortificações desde Almada até à Raposeira que garantisse a defesa de eventuais invasões provenientes de Sul. No entanto, o plano não se concretizou nesta época, pois a preocupação principal residia na defesa marítima e, com este fim, instalou-se no Presídio, no final do século, uma brigada real da marinha (Leal, 2014, p. 76). No início do século XIX, no ano de 1807, realizou-se a construção de um reduto entre a Trafaria e Murfacém, na zona alta, a qual teve apenas uso aquando da invasão francesa em 1808; após este acontecimento, foi desmontada e transferida. Dois anos mais tarde, reaveu-se a proposta inicial de Marquês de Pombal e iniciou-se a construção da linha defensora terrestre de redutos, dos quais quatro foram construídos na zona da Trafaria: o Forte do Guedes, o Forte de Murfacém, o Forte da Raposeira Pequena, em Alpena e dirigido a defesa marítima, e o Forte da Raposeira Grande, localizado a 200 metros para sudeste da anterior. Nenhum destes fortes sofreu qualquer ataque, não tendo, assim, cumprido a sua utilidade (Leal, 2014, pp. 76–78).



Legenda:

- PM1 1ª Bateria da Raposeira
- PM2 2ª Bateria da Raposeira
- PM3-7 1ª e 2ª Baterias de Alpena
- PM4 Reduto de Alpena
- PM5 Quartel da Trafaria
- PM8 Casa para moradia de sargentos
- PM9 Barracão de ferro e tijolo
- PM10 Chalet para habitação de oficial superior
- PM11 Casa de Reclusão
- PM13 Plano inclinado
- PM14 Estrada de serventia das baterias de Alpena e Raposeira
- PM15 Terreno para construção de um paiol
- PM18 Duas centrais seradoras para projetores

Fig. 39 Ligação das infraestruturas militares pela Estrada Militar, 1967-68

Durante as décadas de 20 e 30 do século XIX, associado à Guerra Civil em Portugal, a Trafaria e zonas envolventes continuaram a sofrer um processo de militarização, procedendo-se a obras de requalificação dos fortes da Raposeira e do Presídio e a obras de construção de novas baterias localizadas nas zonas do Torrão, Vigia e no areal de ligação ao Bugio. Este último não passou de uma mera tentativa, não tendo sido concretizado. A Bateria do Torrão situava-se entre a Raposeira e o rio e a pouca utilidade que teve destinou-se à defesa da praia; a Bateria da Vigia situava-se na localidade de Pica Galo e intencionava-se que servisse também à defesa da praia e do areal, no entanto, apenas serviu de base às patrulhas. O Forte da Raposeira Pequena também foi alvo de recuperação: foi armada e construída uma cobertura para proteção da guarnição e obteve a função de defender a costa marítima da Caparica. Todo este sistema era organizado e comandado a partir do Forte do Presídio, tendo sido abandonado aquando do término da guerra (Leal, 2014, pp. 78–79).

Retomando este movimento de militarização da Trafaria no final do século, em 1890 surgiu um novo projeto de um enorme complexo militar na Trafaria que consistia na construção de duas baterias, a de Alpena (Fig. 44) e a da Raposeira (Fig. 45), ambas viradas para o mar. Posteriormente construíram-se outras duas a estas associadas. Assim, a primeira a ser concluída, em 1901, foi a 1ª Bateria de Alpena, construída junto dos redutos da Raposeira Grande e Pequena, seguida da 1ª Bateria da Raposeira, no topo mais a norte desta zona, em 1902. Iniciou-se, neste ano, a construção da 2ª Bateria da Raposeira, a 200 metros a sul da 1ª, sendo concluída em 1909. A 2ª Bateria de Alpena, concluída em 1911, trata-se de uma extensão a sul da 1ª, não sendo separadamente identificadas e constituindo a maior bateria de todas (Leal, 2014, pp. 80–81). Este conjunto de três baterias encontram-se, nos tempos decorrentes, maioritariamente intactas em termos estruturais, podendo ainda encontrar-se, no local, peças de artilharia, como canhões. Estão, porém, deixadas ao abandono, desprovidas de classificação, manutenção ou salvaguarda.



Fig. 40 Vista da Trafaria, década de 1900



Fig. 41 Quartel do grupo de artilheria n.º 4, 1909

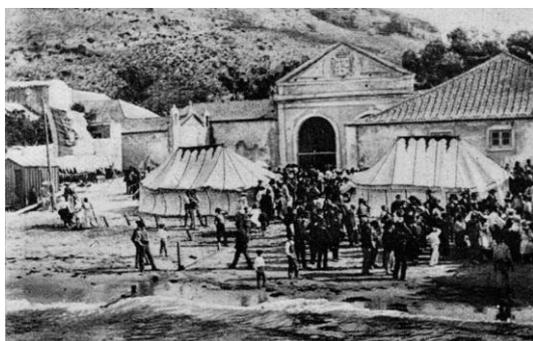


Fig. 42 Fachada do Presídio no século XX



Fig. 43 Presídio no século XXI



Fig. 44 1ª Bateria da Raposeira, 2018



Fig. 45 Bateria de Alpena, 2018

Para apoio do funcionamento deste sistema de defesa foram construídas infraestruturas complementares. Para o transporte das peças de artilharia e munições até às Baterias, foi construída uma linha férrea de ligação da costa à Raposeira (Fig. 40). Foi também construída uma estrada militar de ligação da Trafaria a estas baterias, em circuito circular, a qual ainda hoje existe (Leal, 2014, pp. 81–82). Com projeto concluído em 1902, em 1905 inaugurou-se o Quartel do grupo de artilharia n.º 4, posteriormente denominado de Quartel do Regimento de Artilharia de Costa n.º 1 (RAC) da Trafaria, o qual alojava os soldados em serviço nestas Baterias. O Quartel ocupou várias áreas e variou de funções ao longo dos anos após o término de atividade das Baterias a meados do século XX (Leal, 2014, p. 83). Em 1965, foi instalado no Quartel o Batalhão de Reconhecimento de Transmissões (BRT), de apoio ao Serviço de Reconhecimento das Transmissões em questões de formação e de componentes territoriais e operacionais. De seguida, em 1982, adquiriu funções informativas e passou a ser o Batalhão de Informações e Reconhecimento das Transmissões (BIRT). Mais tarde, aquando da reestruturação do Exército em 1993, extinguiram-se as funções anteriores e criou-se o Batalhão de Informações e Segurança Militar (BISM). Em 2006, foi substituído pelo Centro de Informações e Segurança Militar (CISM), o qual foi transferido para outro aquartelamento, significando o começo da inatividade do Quartel da Trafaria («Centro de Segurança Militar e de Informações do Exército», sem data). Ainda neste ano o Quartel foi vendido e encontra-se até à atualidade afeto à empresa de participações imobiliárias ESTAMO. O espaço e os edifícios atualmente correspondentes ao Quartel são alvo de intervenção na vertente prática deste trabalho.

Atualmente, a identidade da Trafaria não representa este cariz militar ativo. Caracteriza-se principalmente pela sua localização perto de Lisboa, da zona de Belém, no entanto separada pelo plano de água do Rio Tejo. Apesar desta proximidade e das potencialidades daí provindas, o desenvolvimento da Trafaria não se aproxima das transformações urbanísticas apresentadas na capital. A sua localização à entrada do rio, no cruzamento com o oceano atlântico, fomentou a instalação de equipamentos industriais ao longo da costa trafariense, as quais se misturam



Fig. 46 Vista da praia da Trafaria para o Terminal Cerealífero da Silopor, 2018



Fig. 47 Vista do Alto da Raposeira, da 1ª Bateria da Raposeira para a frente ribeirinha, 2018

com as zonas portuárias e habitacionais, provocando confrontos entre a atividade piscatória e a afluente atividade de veraneio, condicionada pelas consequências das atividades fabris.

Destaca-se o Terminal Cerealífero, construído em 1980, a uma escala desproporcional e comprometedor à Trafaria. Constituído por quatro aglomerados de peças cilíndricas com uma altura de 72 metros, uma torre de 82 metros, uma torre de expedição, os tapetes de transporte de cargas e outros edifícios mais pequenos associados, o projeto do Terminal instalou-se num grande artificial terraplano na frente ribeirinha, entre o aglomerado habitacional da Trafaria centro e do 2º Torrão. Instalou-se nesta zona pela sua localização de fácil distribuição e de características de profundidade propícias a terminais desta escala, capazes de receber graneleiros de grande porte, dos maiores do mundo, e com capacidade para armazenar e distribuir 200mil toneladas de cereais (Malty, 2017, pp. 130–132). É certo, a sua instalação na Trafaria trouxe interesses empresariais, económicos e alguns empregos, porém, as consequências que acarreta são negativas, pois trouxeram riscos à saúde e bem-estar da população, pelo ruído e pó que produzem, e uma instabilidade visual e ambiental à frente ribeirinha, à praia do Torrão, provocou novos movimentos de areias que alteram as dinâmicas naturais do areal e o grande movimentos de transportes viários pesados que originou.

A este cenário acrescentam-se os aglomerados habitacionais informais do Torrão, onde atualmente vivem cerca de 3000 pessoas, e da Cova do Vapor, onde atualmente vivem não mais de 200 pessoas, em confronto com a ortogonalidade do núcleo urbano central da Trafaria. Surgiram, como já mencionado, tangentes à linha da costa dada a fixação inicial de pescadores e de indivíduos provindos de outros pontos do país que nestas zonas se estabeleciam como segunda residência para lazer e desfruto balnear. Apesar desta aproximação física e social inicial, a estrutura populacional diferenciou-se aquando dos fluxos migratórios dos PALOP, entre os anos 1940 e 1970, se começaram a fixar permanentemente no bairro do 2º Torrão. O núcleo central da urbanização da Trafaria é habitado por uma população envelhecida de trafarienses de



Fig. 48 Localização das várias zonas e destaque sobre os bairros informais referidos

origem e pescadores, apresentando uma crescente ocupação turística (Câmara Municipal de Almada & Parque Expo 98 SA, 2005, Capítulo 3 páginas27, 45).

Separados pelo depósito Pol-Nato, construído na década de 60 do século XX, e pela Mata de São João da Caparica, o contacto entre os bairros da Cova do Vapor e do 2º Torrão resume-se ao percurso que os liga no acesso à escola primária. (Câmara Municipal de Almada & Parque Expo 98 SA, 2005, Capítulo 3 página10; Mateus, 2010, p. 36). Apresentam alguns conflitos sociais que impossibilitam uma relação entre si, porém, são visíveis semelhanças em vários aspetos. Ambos surgiram de ocupações clandestinas efémeras e “Às duas por três, a tenda virou casa de madeira e depois de tijolo.” (Paulo Faísca, Presidente da Associação de Moradores do Segundo Torrão em Silva & Rocha, 2019). Ocupando terrenos privados, terrenos do Porto de Lisboa e terrenos pertencentes a reservas protegidas, estes aglomerados enfrentam situações precárias, falta de condições essenciais de vida, maus ou inexistentes acessos viários e ausência de organização e planeamento. Enfrentaram também, em vários momentos, alterações, deslocações e perdas de habitações provocadas por incêndios, pelo processo de assoreamento do rio e por tempestades e exposição a fortes ondulações próprias desta grande proximidade ao mar; a Cova do Vapor mais afetada pelos assoreamentos, para os quais se procedeu à construção de esporões como medida de prevenção, e o 2º Torrão mais afetado pela proximidade ao mar e dependente da segurança que as dunas fornecem (Câmara Municipal de Almada & Parque Expo 98 SA, 2005, Capítulo 3 página12; Mateus, 2010, p. 15; Silva & Rocha, 2019a).

Ainda que apresentem situações sociais dissemelhantes, os modos de vida e as vivências nos espaços sociais dos bairros são semelhantes. Há um estatuto muito forte de vizinhança e comunidade, notório nos princípios da entreatajuda e cooperação. A proximidade ao mar e as atividades que se associam são um dos fatores que contribuem para esta natureza, pois são comuns a toda a população local e geram redes de relações e de partilhas. A própria



Fig. 49 Construções habitacionais informais e casal em direção à zona balnear na Cova do Vapor



Fig. 50 Vista aérea do bairro da Cova do Vapor



Fig. 51 Vista da frente ribeirinha do 2º Torrão para o Terminal da Silopor



Fig. 52 Vista da mata para o Bairro do 2º Torrão

configuração do bairro, as habitações térreas, as ruas maioritariamente pedonais e os espaços intersticiais sociais gerados, conduz a esta proximidade e união dos habitantes. Estes fatores permitem uma maior e melhor apropriação do bairro pela população que, independentemente das más condições, vêem o bairro como a sua casa, o seu bairro (Mateus, 2010, pp. 7–8; Silva & Rocha, 2019c).

Face às condições precárias de vida presenciadas nestes bairros e ao seu estatuto de ilegalidade perante as entidades do Estado, destaca-se outro fator comum: a criação de comissões de moradores que lutam pela manutenção dos bairros. Em 1976 foi criada a Associação de Moradores da Cova do Vapor e em 1998 foi criada a Associação de Moradores do Bairro do 2º Torrão. Estas associações tomam um papel ativo na intervenção e melhoramento dos bairros, tornando-se um meio de comunicação e negociação entre a população e o município de Almada (Mateus, 2010, pp. 18–19; Silva & Rocha, 2019a).

Pode dizer-se que parte das transformações que decorreram na Trafaria sucederam de forma informal e espontânea, tal como se procedem as atividades associativas. De facto, o concelho de Almada, onde se insere a Trafaria, apresenta uma forte tradição associativa desde cedo, procurando, nas suas mais variadas áreas, os atributos da entreatajuda, convívio, cultura e resistência (Associação Semear para Unir, 1984, p. 7).

2.2 – As Associações na Trafaria

A atividade associativa na freguesia manifesta-se desde o século XIX, acompanhando as transformações políticas e sociais que se sucederam até aos tempos decorrentes. Surgiram, primeiramente, com fins de beneficência, pela urgência de apoiar as necessidades humanas essenciais, abrangendo desde o ensino ao recreio, promovendo as filarmónicas, o desporto e o convívio (Associação Semear para Unir, 1984, p. 28). Estas associações foram-se adaptando, ao longo dos anos, às transformações decorrentes das políticas instauradas e das atividades desenvolvidas: suspendendo as suas atividades aquando da ditadura, crescendo com a fase industrial e associado crescimento populacional, promovendo novas atividades e espaços de cultura, desporto e recreio em resposta às necessidades das diferentes classes sociais, até à data do 25 de abril, provocador de indefinição e proliferação das associações (Associação Semear para Unir, 1984, pp. 32–35).

Desde o século XX que o associativismo na Trafaria se encontra maioritariamente relacionado com a cultura e o convívio, numa tentativa de resposta à ausência de momentos de lazer e recreios local, ao invés do grande número existente na capital (Câmara Municipal de Almada & Parque Expo 98 SA, 2005, Capítulo 3 página73).

Das mais antigas e ainda ativas, que mais se relacionam com a localidade e as suas tradições, destacam-se a Sociedade Recreativa Musical Trafariense, fundada em 1900, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trafaria, fundada em 1931, o Clube de Futebol da Trafaria, fundado em 1937 e o Casino – Recreios Desportivos da Trafaria, fundado em 1940 (Associação Semear para Unir, 1984, p. 327; Câmara Municipal de Almada & Parque Expo 98 SA, 2005, Capítulo 3 páginas73–74).

São várias as associações existentes na Trafaria, salientando-se com maior incidência as de cariz cultural, como por exemplo o Grupo de Iniciação Teatral da Trafaria, A Tarrafa (Associação Cultural e Recreativa da Trafaria cuja atividade principal é a dança), Saltapocinhas BTT Atalho D'Aventura (Associação de Cicloturismo), o Grupo Desportivo Os Pescadores do 2º Torrão, a Associação Margem de Coragem, EDA (Ensaios e Diálogos Associação), entre algumas outras (1984, p. 327; Câmara Municipal de Almada & Parque Expo 98 SA, 2005, Capítulo 3 páginas73–74).

É certo que estas associações de incidência cultural referidas têm um impacto sociocultural local importante, na medida que os eventos que promovem, eventos desportivos, artísticos e até tradicionais, estimulam o encontro populacional e a ocupação e apropriação de espaços privados e públicos, gerando espaços de confraternização à sociedade para a realização e continuidade de atividades de interesses comuns. Acresce o benefício de criarem redes de partilha e cooperação com outras entidades e instituições locais que extravasam os seus limites “(...) afirmando-se como locais de polarização social e de difusão de valores num território sujeito a manifestos constrangimentos e desafios de ordem social e económica.” (Câmara Municipal de Almada & Parque Expo 98 SA, 2005, Capítulo 3 página74).

Porém, também existem associações de âmbito laboral na Trafaria, como várias associações de pais e, com maior relevo, as já mencionadas Associações de Moradores da Cova do Vapor e do 2º Torrão. Estas detêm uma ação imperativa na intervenção física no espaço, mais capacitada a impor-se perante as entidades superiores, para expor os problemas dos bairros e necessidades exaltadas pelas populações. Conseguem estabelecer acordos e protocolos de melhoramento do bairro, de luta pelas necessidades básicas como água e luz, mas também promover iniciativas solidárias e de limpeza urbana com as entidades, com outras associações e com a população (Silva & Rocha, 2019a).

Todas estas associações mencionadas, bem como os programas públicos aludidos previamente e as associações referidas no subcapítulo seguinte, encontram-se categoricamente agregadas na tabela abaixo apresentada.

Data de formação	Data de extinção	Cariz primário	Objetivos e atividades	Sede
Programas Públicos				
SAAL				
1974	1976	Urbano	<ul style="list-style-type: none"> - Desbloqueio e descentralização dos métodos de construção habitacional - Aproximação entre moradores e equipas de técnicos de construção e projeto - Promoveu respostas mais rápidas à enorme insuficiência de habitações 	Não se aplica
BIP/ZIP				
2011	Ativo	Urbano	<ul style="list-style-type: none"> - Promove projetos e programas, de pequena escala, de resposta rápida à desigualdade habitacional, social e urbana de zonas estabelecidas e apresentadas na Carta dos BIP/ZIP, face aos planos de grande escala 	Não se aplica
Associações				
Chapitô				
1981	Ativa	Laboral	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades e eventos multidisciplinares e interculturais - Atividades no campo da cultura, ensino e apoio social através de artes performativas, expressivas e teatrais 	Sede própria - Costa do Castelo, 1 / 7 Lisboa

Anda e Fala				
2011	Ativa	Cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolve a circulação do conhecimento, de artistas e projetos - Promove a cocriação e estruturas de parcerias entre artistas e agentes - Promove a criação de centralidades de criação contemporânea artística e performativa 	Rua Cardeal Dom Humberto De Medeiros, S/N Ponta Delgada
Rés do Chão				
2013	Ativa	Cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolve projetos de regeneração de pisos térreos e espaços urbanos com impacto social 	Rua Poiais de São Bento, 52 Lisboa
ConstructLab				
1997	Ativa	Urbana	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de projetos efémeros e permanentes, efetuando todo o processo, desde o momento de projeto até à própria construção - Aproximação do projeto ao local e aos materiais para a atribuição de um sentido de lugar 	Inh. Alexander Römer 2. HH links, 3.Etage Urbanstr. 64 Berlim
EXYZT				
2003	2015	Urbana	<ul style="list-style-type: none"> - Promoveu atividades de criação multidisciplinar com o objetivo de desafiar o estigma de independência da arquitetura 	(desconhecido) Paris
Ateliermob				
2005	Ativa	Urbana	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de ideias, investigação e projetos multidisciplinares nas áreas do urbanismo, arquitetura e design 	Sede própria - Rua dos Fanqueiros, 235 Lisboa
Likearchitects				

2010	2014	Urbana	- Desenvolvimento de projetos experimentais e desafiantes à arquitetura, ligados aos contextos socioeconómicos em que se inseriam	Não se aplica
In Situ				
2012	Ativa	Urbana	- Laboratórios de Intervenção em Arquitetura de ligação entre o meio académico e a comunidade - Desenvolvimento e construção de projetos reais para os estudantes em parceria com as comunidades dos espaços a intervir	Não se aplica
Frame Coletivo				
2013	Ativa	Urbana	- Desenvolvimento de projetos colaborativos interdisciplinares de promoção da participação e de integração de novas metodologias de comunicação na arquitetura	Espaço da Penha Travessa do Calado, 26B Lisboa
Warehouse				
2013	Ativa	Urbana	- Desenvolvimento de projetos de arquitetura participativa de cariz cultural e social	Sede própria - Ateliers da Penha Alto do Varejão, 10ª Lisboa
PZZL				
2014	Ativa	Urbana	- Composto de uma equipa multidisciplinar, desenvolve projetos que transformam o espaço urbano quotidiano orientando-o ao utilizador e visitante	99 avenue Jean Lolive França
Associações na Trafaria				

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trafaria				
1931	Ativa	Laboral	- Prestação de serviços de socorro	Sede própria - Praceta dos Bombeiros Voluntários da Trafaria
Associações de Moradores da Cova do Vapor				
1976	Ativa	Laboral	- Prestação de serviços de apoio à população - Intermédio entre a população e entidades estatais	Sede própria - Avenida António Martins Correia
Associações de Moradores do 2º Torrão				
1998	Ativa	Laboral	- Prestação de serviços de apoio à população - Intermédio entre a população e entidades estatais	Sede própria - Largo da Associação, 179 Trafaria
Associação Margem de Coragem				
2015	Ativa	Laboral	- Apoio social e a outras associações, como no caso do projeto Biblioteca do Vapor	Rua Manuel Furtado Leite, 110 Cova do Vapor
Sociedade Recreativa Musical Trafariense				
1900	Ativa	Cultural	- Cultura musical através de atuação e ensino musical	Sede própria - Avenida Liberdade, 20 Trafaria
Clube de Futebol da Trafaria				
1937	Ativa	Cultural	- Atividades desportivas: futebol	Sede própria - Avenida Bulhão Pato, 33 Trafaria
Casino – Recreios Desportivos da Trafaria				
1940	Ativa	Cultural	- Eventos festivos - Aulas decorativas - Atividades desportivas: basquetebol infantil e ioga - Oficinas de teatro - Aulas de música	Sede Própria - Rua Guedes Coelho, 7 Trafaria
Grupo de Iniciação Teatral da Trafaria				

1972	Ativa	Cultural	- Atividades e atuações teatrais	Casino – Recreios Desportivos da Trafaria
Grupo Desportivo Os Pescadores do 2º Torrão				
1998	Ativa	Cultural	- Atividades piscatórias	Rua do 2º Torrão, 400C Trafaria
A Tarrafa				
2007	Desconhecido	Cultural	- Atividades culturais: marchas populares	Presídio da Trafaria
Saltapocinhas BTT Atalho D'Aventura				
2010	Ativa	Cultural	- Atividades desportivas: bicicleta todo o terreno	Junto ao campo jogos da Escola EB1 N3 Trafaria
Ensaios e Diálogos Associação				
2013	Ativa	Cultural	- Atividades de exploração de formas interventivas urbanas através da arte, cultura e arquitetura	Sede própria - Avenida Bulhão Pato, 1 Trafaria Sede administrativa - Rua 1º de Maio, 5 São Pedro da Trafaria

Tabela 1 Tabela dos programas públicos analisados, das associações previamente analisadas e posteriormente mencionadas, e das associações da Trafaria

Casa do Vapor

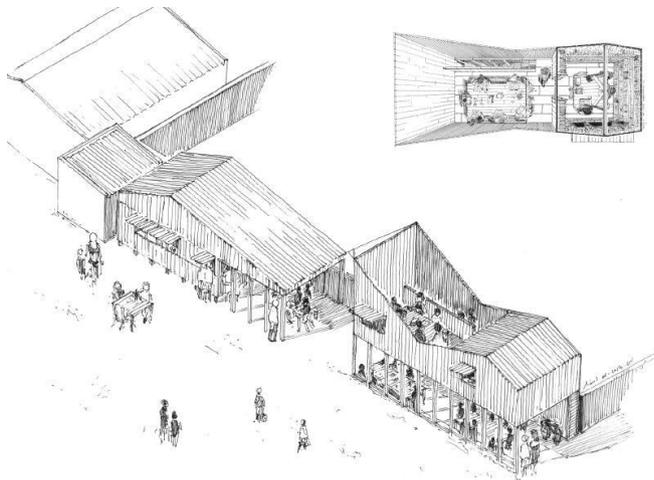


Fig. 53 Desenho perspectivado do projeto da Casa do Vapor

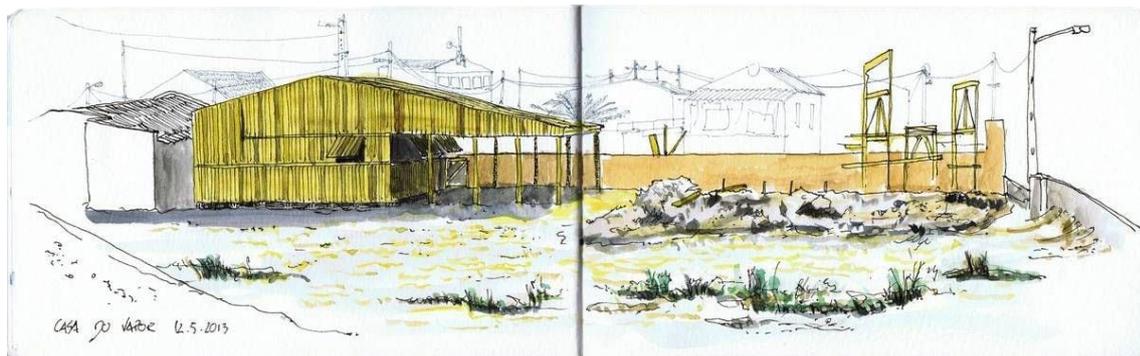


Fig. 54 Desenho em vista da Casa do Vapor

2.3 – Ações de Ímpeto Urbano e Associativo na Trafaria

À parte das associações locais, outras associações exteriores desenvolveram projetos e ocupações de espaços na Trafaria. As problemáticas sociais e urbanas, em especial nos dois bairros de autoconstrução referidos, a Cova do Vapor e o 2º Torrão, mas também o núcleo urbano central da Trafaria, despoletam necessidades e vontades de intervenções de conjuntos de pessoas e associações, que têm por objetivo melhorar os espaços com a participação e em prol da população local.

Dos projetos reconhecidos nesta realidade, nota-se um começo na primeira década do século XXI a par do desenvolvimento que se constata desde o início do século na freguesia. Verifica-se um crescimento demográfico provocado pelas deslocações migratórias associadas ao turismo, à atração pelas condições ambientais e paisagísticas do território, à proximidade ou melhoria de condições económico-profissionais, e à fixação habitacional permanente e ocupação sazonal por motivos de gentrificação, procura de alojamentos mais rentáveis ou turismo (Câmara Municipal de Almada & Parque Expo 98 SA, 2005, Capítulo 3 página57). Assim, o melhoramento dos espaços e a reocupação e reconversão de edifícios sem uso, torna-se uma das preocupações principais da população e das associações que refletem sobre o local.

Em 2013 desenvolvem-se dois projetos associativos e colaborativos, um no bairro da Cova do Vapor e o outro no bairro do 2º Torrão.

Intitulado de Casa do Vapor, este projeto localizado no bairro da Cova do Vapor foi iniciado pela associação EDA, desenvolvido em parceria com os coletivos ConstructLab e EXYZT, com o envolvimento do Coletivo Warehouse e o apoio, entre outras associações e participantes que se foram juntando, da associação local Associação de Moradores da Cova do Vapor. Dadas as restrições construtivas implicadas pela localização deste bairro, o projeto consistiu da criação de uma estrutura efémera de suporte à Associação local. Entre abril e

Casa do Vapor



Fig. 55 Processo construtivo da Casa do Vapor



Fig. 56 Atividade de entretenimento na Casa do Vapor



Fig. 57 Caracterização da Casa do Vapor com os moradores



Fig. 58 Skate-park e mobiliário urbano da Casa do Vapor



Fig. 59 Ocupação da Casa do Vapor ao anoitecer



Fig. 60 Refeições da cozinha comunitária da Casa do Vapor

outubro de 2013 as entidades referidas, em constante colaboração com os moradores, procederam à construção, desenvolvimento de atividades e desconstrução da estrutura que, durante este tempo, serviu de centro cultural, incubadora de projetos e ponto de encontro da comunidade. Construída no espaço contíguo das instalações da Associação de Moradores com madeira local, que posteriormente foi reutilizada noutros projetos colaborativos de apoio a populações, o projeto seguia a lógica construtiva já apresentada pelas habitações. A estrutura mantinha a comunicação constante com as habitações e com os espaços por entre estas criados. Assim, começou por se compor de duas estruturas que serviam de uso a uma cozinha comunitária, dedicando, ao longo dos tempos, também lugar à Biblioteca do Vapor (uma biblioteca pública de uso e manutenção comunitária que, em 2014, se autonomizou e prosseguiu com as suas atividades sob orientação da Associação Margem de Coragem), a uma ciclo-oficina, a um espaço de escola e residências artísticas. Foram acrescentados mobiliário urbano e um skate-park (Fig. 58), e inúmeras foram as atividades e eventos lá desenvolvidos como workshops, concertos e atividades performativas (Fig. 56), cinema ao ar livre e reuniões da Associação (Coletivo Warehouse, 2018b; ConstructLab, sem data-a; Ensaios e Diálogos Associação, 2019b, 2019a; Ramos, 2013).

O projeto teve a capacidade de despertar o interesse da população por um espaço desaproveitado, transformando-o numa continuidade dos espaços e edifícios pela população criados e, conseqüentemente, integrando-o na identidade e carácter do bairro. As associações promotoras deste processo tiveram um papel essencial ao mesmo, pois dispõem dos meios necessários para analisar o local, entender as necessidades da população, desenvolver com esta uma intervenção pertinente e alcançar a atenção e o apoio das entidades habilitadas a permitir ou financiar o projeto, como foi o caso da Câmara Municipal de Almada.

No Bairro do 2º Torrão, o projeto desenvolvido, no âmbito dos Laboratórios de Intervenção em Arquitetura do In Situ, ocorreu durante os anos 2013 e 2014. Contou com o



Fig. 61 Estruturas de marcação dos pontos de recolha de lixo



Fig. 62 Mobiliário infantil



Fig. 63 Construção de hortas urbanas



Fig. 64 Equipamento urbano



Fig. 65 Construção de estruturas de apoio às hortas



envolvimento das associações Atelier Base, Ateliermob e Likearchitects, os alunos da Universidade Autónoma de Lisboa, com o Vitruvius FabLab do ISCTE e, claro, com a Associação de Moradores do 2º Torrão e respetivos moradores. O projeto incidiu nas problemáticas do território encontradas em conjunto com os moradores e com os técnicos do município. Observaram problemas de recolha de resíduos, insuficiência de espaços de estar públicos qualificados para crianças, degradação dos espaços e insuficiência de equipamentos públicos. Em parceria com a população desenvolveram soluções em pequena escala para todos estes problemas. Com o material de preferência sendo OSB, construíram estruturas de proteção e marcação dos pontos de recolha de lixo (Fig. 61), um parque infantil (com maior desenvolvimento na ocorrência de 2014) (Fig. 62), equipamento urbano para criação de zonas de estar exteriores (Fig. 64), procederam à requalificação do edifício da Associação de Moradores e investiram na construção de zonas de implantação de hortas urbanas (Fig. 63) e estruturas de apoio (Fig. 65) (Baratto, 2014; In Situ - Laboratório de Intervenção em Arquitetura, 2013, 2014).

A implementação destes novos equipamentos urbanos permitiu a criação de novos momentos de encontro e convívio da comunidade residente, acrescentando as novas zonas de cultivo que fomentavam uma ocupação e preocupação em manter e cuidar os espaços que agora ainda mais lhes pertenciam.

No núcleo urbano central da Trafaria, no coração do espaço social central, desenvolveu-se, em 2015, outro projeto do Coletivo Warehouse. Com o apoio financeiro da Junta de Freguesia da Trafaria e com o envolvimento do projeto Pátio Ambulante do coletivo Frame e da EDA, desenvolveram uma intervenção na pequena biblioteca da Trafaria, que se localiza na praça central da freguesia, ocupando o espaço de um escritório no primeiro piso do edifício do mercado. Ainda que para uma população pequena, tratava-se de um espaço pequeno, sem capacidade para albergar alguns eventos de interesse da biblioteca. Assim, este projeto promoveu a



Fig. 66 Construção do mobiliário do Espaço de Leitura e Atividades da Biblioteca da Trafaria



Fig. 67 Suporte de revistas



Fig. 68 Instalação de cordas no mobiliário com apoio dos pescadores locais



Fig. 69 Novo mobiliário: bancos empilhados, cadeiras e mesa



Fig. 70 Ocupação do espaço com atividades lúdicas e exposições



Fig. 71 Novo Espaço de Leitura e Atividades da Biblioteca da Trafaria

ocupação do espaço de um antigo talho no rés-do-chão deste edifício, orientado à integração de um Espaço de Leitura e Atividades. Equipado de uma receção, sector de revistas, sector de coleção permanente e mobiliário de apoio, o espaço oferece uma sala de leitura, mas também se encontra capacitado à receção de conferências e apresentações, de atividades de lazer, de atividade de ocupação e apoio a crianças e idosos (Coletivo Warehouse, 2015c).

Os coletivos em conjunto com voluntários portugueses e estrangeiros e com os moradores locais construíram todo o mobiliário deste novo espaço, bem como do espaço já existente, que se compunha de bancos, cadeiras, mesas e uma estrutura de apoio à arrumação das peças e suporte dos livros e revistas. Este mobiliário foi criado de modo a ser facilmente arrumado e empilhado para libertar o espaço em que se encontra. Os materiais usados foram a madeira e corda azul, remetendo para a identidade piscatória do local. Para além da integração de voluntários e dos moradores na conceção e concretização das peças, dispuseram do apoio de pescadores na execução dos nós das cordas (Coletivo Warehouse, 2015a, 2015b, 2015d).

O projeto permitiu a ocupação de um espaço desaproveitado e extensão de um serviço utilizado pela população e carente de amplificação. A construção, parceria com a população, do espaço e do mobiliário permitiu criar um lugar integrado no ambiente já existente e relacionado com as características e tradições do local e da população, facilitando a apropriação do mesmo.

Nascido da parceria do Coletivo Warehouse e do artista e construtor Samuel Boche, surgiu, em 2017, o projeto TransforMar que incidiu na realidade da Cova do Vapor. Surge com o intuito de construir um ponto de encontro inter-geracional na comunidade no espaço contíguo à Biblioteca do Vapor. O projeto consistiu da construção de um percurso, um espaço multifuncional, de um parque infantil e de mobiliário urbano, usando madeira e tinta para personalização das peças. Para cada tarefa foi destacada uma equipa composta por voluntários, participantes locais e intervenientes das associações envolvidas. O percurso foi demarcado com módulos pedonais



Fig. 72 Passadiços pela praia



Fig. 73 Parque infantil e mobiliário urbano



Fig. 74 Espaço multifuncional



Fig. 75 Sinalética de percursos e proteção das dunas

em madeira, como passadiços e escadas (Fig. 72), adaptáveis às movimentações das areias e de ligação da praia com este espaço e com o bairro. O espaço multifuncional aproveitou-se do que restava da antiga efémera Casa do Vapor (Fig. 74), como referido anteriormente, destruída no mesmo ano da sua construção, 2013. Este espaço mais não se tratava que de uma estrutura permeável em madeira que marcava um lugar e um momento de convívio. O parque infantil (Fig. 73) englobava diversos elementos lúdicos como um barco pirata, baloiços, escorregas e uma parede de escalada, e o mobiliário constava de dois grandes bancos de diferentes formatos que desenhavam o contorno do espaço de encontro (Coletivo Warehouse, 2017; Ensaios e Diálogos Associação, 2018b).

Esta intervenção reocupa e requalifica um espaço esquecido e dota-o de equipamentos para dinamizar o convívio e atividades de lazer, culturais e desportivas, em direta relação com o bairro e com a comunidade.

O projeto TransforMar teve seguimento no ano 2018, aquando do apoio financeiro do programa Mar2020, durante o qual desenvolveram um projeto de conservação ambiental que visava o reforço e proteção das dunas da localidade. Delimitaram-se zonas de proteção e plantou-se vegetação autóctone, importante à preservação e estabilização das dunas (Fig. 75). Ainda no seguimento deste projeto, no âmbito do In Situ de 2018, procedeu-se ao desenho e construção de passadiços de acesso à praia e ao areal (Ensaios e Diálogos Associação, 2018b; In Situ - Laboratório de Intervenção em Arquitetura, 2018).

Fora estas operações associativas, um outro local favorito da Trafaria à intervenção e instalação de associações é o Presídio. Em tempos servindo funções presidiárias e militares, deixado à obsolescência em 1980, após ser adquirido pela Câmara Municipal de Almada, em 2000, com o intuito de readaptação a fins turísticos, o Presídio foi reinaugurado como Espaço Cultural em 2016. Desde então, tem sido alvo de ações de voluntariado e participação social



Fig. 76 Construção do equipamento do projeto Halle: Plataforma Trafaria



Fig. 77 Instalação de hortas no Presídio ao abrigo do Projeto Jardim



Fig. 78 Plataforma Trafaria: atividades sociais



Fig. 79 Utilização da matéria vegetal produzida nas hortas para a cozinha reativada do Presídio



Fig. 81 Plataforma Trafaria: atividades culturais



Fig. 80 Refeições da cozinha comunitária do Presídio

para o melhoramento dos seus espaços e planeamento da sua utilização (Malty, 2017, pp. 119–120).

Uma das primeiras ocupações ocorreu em 2014, promovida pela EDA, e prolongou-se com diversas atividades ao longo dos anos. Tratava-se de um projeto participativo de programação de ocupações e atividades assentes na liberdade criativa, denominado Prisão Paraíso, para a ativação do Presídio e o desenvolvimento social e ambiental local. O processo iniciou-se com uma performance colaborativa do espetáculo musical *Opereta A~Mar* que dotou os habitantes de capacidade afirmativa e expressiva, seguido do projeto Hallo: Plataforma Trafaria, em 2016. Este surge da fusão da EDA com o projeto Hallo Festspiele, um festival multidisciplinar que promove o desenvolvimento urbano através de um formato de laboratório artístico, participativo e auto construtivo (Fig. 76, Fig. 78, Fig. 81), junção esta que se fixa nas instalações do Presídio, com uma equipa de entidades e habitantes locais e de convidados internacionais que, durante duas semanas, desenvolveram atividades de reativação das instalações do edifício. Estas atividades, com enfoque principal no envolvimento social e resolução das problemáticas da comunidade através da arte, instrução e participação, promoveram uma extensão das áreas ocupadas do Presídio com a instalação de diversos workshops e oficinas (ConstructLab, sem data-b; Ensaios e Diálogos Associação, 2014; Malty, 2017, p. 122).

Destes projetos iniciais resultaram diversos outros projetos, operações e atividades de permanência no espaço. Instalou-se uma oficina de carpintaria, espaços de trabalho, reativou-se o espaço da cozinha para desenvolvimento de uma cozinha comunitária e implantaram-se hortas (Fig. 77), ao abrigo do Projeto Jardim em 2017, instaladas em caixas próprias produzidas na oficina de carpintaria e cujo produto vegetal serviria à cozinha comunitária (Fig. 79, Fig. 80) e aos restantes projetos desenvolvidos no Presídio (Ensaios e Diálogos Associação, 2014, 2017).



Fig. 82 Estrutura metálica amarela condutora da circulação no Presídio

Fig. 83 Cadeira metálica vermelha transformadora do cariz vigilante do miradouro do Presídio

Os projetos que aqui se foram desenvolvendo dotaram o espaço de equipamentos e instalações multifuncionais e amovíveis que permitiram a continuidade das ocupações artísticas, associativas e de co-working. O Laboratório de Intervenção In Situ desenvolveu, em 2016, uma estrutura de guia visual de apoio à circulação dos visitantes no espaço. Consistia de um tubo metálico pintado com tinta amarela que serpenteava os espaços, bloqueava passagens proibidas e, em certos momentos, formava estruturas expositivas em continuidade com a circulação (Fig. 82) (In Situ - Laboratório de Intervenção em Arquitetura, 2016).

Outra instalação artística como a *Prisão Break* do coletivo PZZL, foi construída em 2018 a convite da oficina de carpintaria do Presídio, consistia de uma escada, uma cadeira e um guarda-sol, construídos em metal vermelho, posicionados num antigo miradouro de vigia (Fig. 83). A instalação pretendia chamar a atenção do potencial de transformar o cariz obsoleto do Presídio ao mesmo tempo que preservar a memória do lugar (PZZL, 2018).

Decorreram também variadas exposições nas instalações do Presídio, como a exposição *Objeto/Projeto* no âmbito da Trienal de Arquitetura de Lisboa em 2016, e outras exposições como *O Vinho: Antigo Presídio da Trafaria* e *O Presídio e a Trafaria: 450 anos de História* que exaltavam a origem, os valores e as memórias do local, também decorrentes no ano de 2016. Estas faziam uso das instalações já melhoradas e construídas por outros projetos. Outras, como o cinema móvel Cinemar (Fig. 84), que produziu mostras de filmes gratuitos e com temas direcionados à população piscatória e ribeirinha, tanto no Presídio como na Praça do Mercado da Trafaria, construíram o seu mobiliário na oficina de carpintaria do Presídio em parceria com outros coletivos e transportaram-no para os locais pretendidos (Ensaio e Diálogos Associação, 2018a; Maly, 2017, pp. 120–121).



Fig. 84 Mobiliário do projeto Cinemar em construção e em diferentes utilizações

Estas atividades participativas e associativas no Presídio tornaram-no mais afável à aproximação da população local. Tornou-se um local de encontro e de realização das atividades da comunidade e das associações. Além de ser um ponto de desenvolvimento de atividades culturais e de co-working, bem como um ponto de interesse turístico, o Presídio deixou de ser apenas uma memória, um equipamento histórico devoluto, e passou a ser parte integrante da vida dos habitantes.



Trafaria. Centro e Periferia da Grande Lisboa | Proposta de Grupo

A vertente prática do Projeto Final de Arquitetura do ano letivo 2018/2019 elegeu a freguesia da Trafaria como território de estudo. Dividida entre duas realidades de intervenção, a zona de frente ribeirinha e a zona de frente terra, a proposta de grupo deste trabalho ocupou-se da zona da Trafaria frente Terra.

Parte do objetivo aborda a consolidação de “uma condição de lugar para este território”, sem que isso represente necessariamente o crescimento e a transformação urbana contínua, mas sim o princípio de regeneração e correção paisagística, territorial, urbana e arquitetónica. Para tal, este projeto deve considerar as várias problemáticas que existem em torno deste local, desde logo as condicionalidades a nível económico e social, mas procurando, também, o reaproveitamento e a regeneração do esquecido património arquitetónico, urbanístico, histórico e militar.

Considerando a pressão urbanística resultante da expansão do turismo na capital, e que este fator se tem alargado às zonas adjacentes, é altamente provável que, num futuro próximo, surjam transformações com o objetivo de satisfazer as necessidades criadas pelas atividades turísticas. Assim, é pretensão deste trabalho a procura de uma conexão entre todos estes valores no território existentes: o carácter da paisagem e a sobrevivência do variado património, através da regeneração que deve aliar a “racionalidade construtiva” com a “poética arquitetónica”.

Os elementos gráficos apresentados nesta parte são de autoria do grupo de trabalho.



2



A zona terra da Trafaria, historicamente ocupada por instalações militares, encontra-se desocupada. Os terrenos do antigo Quartel Militar da Trafaria, assim como as instalações militares no topo da arriba, no local da Raposeira, estão fechadas e/ou abandonadas. Esta situação constitui simultaneamente um problema e uma oportunidade: problema pelo abandono, degradação e perda de património e memória, e oportunidade pela disponibilidade de terreno e pelo potencial valor patrimonial.

A par desta situação, os antigos terrenos pertencentes ao Quartel Militar, adjacentes a este, e do Quartel dos Bombeiros encontram-se igualmente desaproveitados e restritos pelas estradas que os circundam e pelo posicionamento do próprio Quartel dos Bombeiros.

Identificam-se, assim, três zonas de intervenção:

- Zona do Quartel da Trafaria (1)
- Zona do Alto da Raposeira (2)
- Estrada Militar (ligação Trafaria-Raposeira - sinalizada com uma linha pontilhada)

Para a primeira zona, intenciona-se a demarcação de uma entrada via terra da Trafaria e a densificação da malha urbana. Iniciou-se por assumir a recolocação do Quartel dos Bombeiros para a entrada desta extensão urbana desocupada, fazendo, assim, a sinalização da mesma, e permeabilizando estes terrenos à extensão da malha urbana da localidade a sul. Uma primeira ocupação deste novo espaço compõe-se de um novo bairro habitacional no prolongamento da Estrada Militar, criando uma frente de rua em parceria com o já existente Quartel Militar.



Ainda nesta área se propõe a instalação de uma nova biblioteca, dado que a Biblioteca da Trafaria, mencionada anteriormente neste trabalho, ocupa um pequeno espaço na praça da Trafaria, recebendo apenas pequenos eventos e atividades e apresentando uma reduzida área de leitura.

Toda a área do Quartel Militar é reconvertida em espaço urbano utilizável por toda a população e, admitindo a sugestão da CMA de promoção de emprego, é transformado numa incubadora de empresas, apostando numa visão expectante e de crescimento da Trafaria.

Para a segunda zona, pretende-se aferir a possibilidade de recuperar as estruturas militares para uso cultural e turístico. Estabelece-se um circuito de ligação das estruturas, que assenta na pré-existente Estrada Militar, equipando-a para a receção de visitantes com um funicular de ligação da cota baixa da Trafaria à cota alta da Raposeira, facilitando, também, o acesso dos próprios moradores; e de um Centro Interpretativo das Baterias da Trafaria.

Para a terceira zona, subjacente às duas zonas anteriores como elemento de conexão de toda esta área urbana da Trafaria dotada de um carácter militar, pretende-se aferir a possibilidade de melhorar as condições de ligação entre a cota alta e a cota baixa, como já referido através da instalação de um funicular, bem como valorizar paisagisticamente o percurso.

Planta produzida pelo grupo indicando as zonas de intervenção e estruturas importantes interligadas pela Estrada Militar e associadas ao projeto

- | | |
|-----------------------------|-------------------------------|
| 1 – Reduto | 6 - Funicular |
| 2 - Bateria de Alpena | 7 - Quartel dos Bombeiros |
| 3 - Centro Interpretativo | 8 - Incubadora de Empresas |
| 4 - Bateria da Raposeira I | 9 - Biblioteca da Trafaria |
| 5 - Bateria da Raposeira II | 10 - Novo Bairro Habitacional |



Quartel dos Bombeiros Voluntários da Trafaria



Antigo Quartel de Artilharia nº4 da Trafaria



Edifício adjacente à localização da nova Biblioteca da Trafaria



Terreno pertencente ao Quartel Militar ocupado com anexos, futuro Novo Bairro Habitacional



Terreno que antecede o Quartel dos Bombeiros a ser ocupado pelo Novo Bairro Habitacional



Terreno pertencente ao Quartel Militar ocupado com anexos, futuro Novo Bairro Habitacional



Baterias da Raposeira



Bateria de Alpena



Incubadora de Empresas no antigo Quartel Militar | Proposta Individual

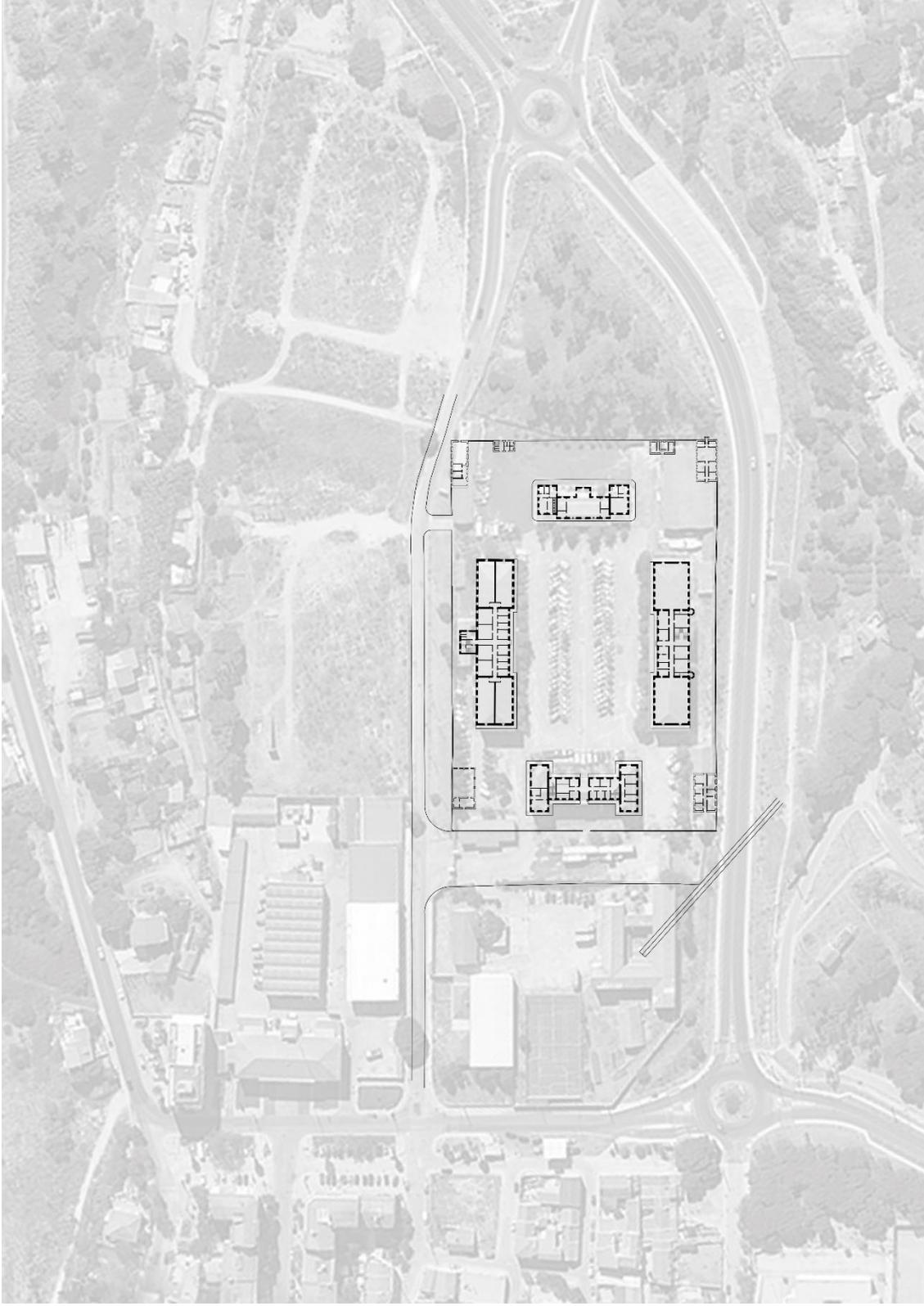
Deixado à obsolescência, o antigo Quartel Militar da Trafaria constituía-se de um conjunto de quatro edifícios principais primordiais e outros anexos construídos ao longo dos anos para apoio das atividades militares desenvolvidas.

Estendendo-se sobre uma extensa bolsa de entrada via terra na Trafaria, atualmente parcialmente ocupado pela GNR para armazenamento de material apreendido, o qual ocupa o grande pátio central com dezenas de veículos terrestres e barcos abandonados, o Quartel Militar apresenta uma potencial área de renovação para uso público e crescimento urbano e económico.

Observando as ocupações informais que decorrem no Presídio da Trafaria, previamente mencionadas na vertente teórica deste trabalho, as quais se tratavam de ocupações de espaços do edifício para desenvolvimento das atividades associativas ou mesmo como local de intervenção destas atividades, o projeto desenvolvido no Quartel Militar pretende responder a esta necessidade de espaços para o proceder das atividades das associações. Abordando também as motivações de investimento e prosperidade, exaltadas pelo Diretor do Departamento de Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal de Almada, o Arquiteto Paulo Pardelha, o programa deste projeto assenta numa Incubadora de Empresas.

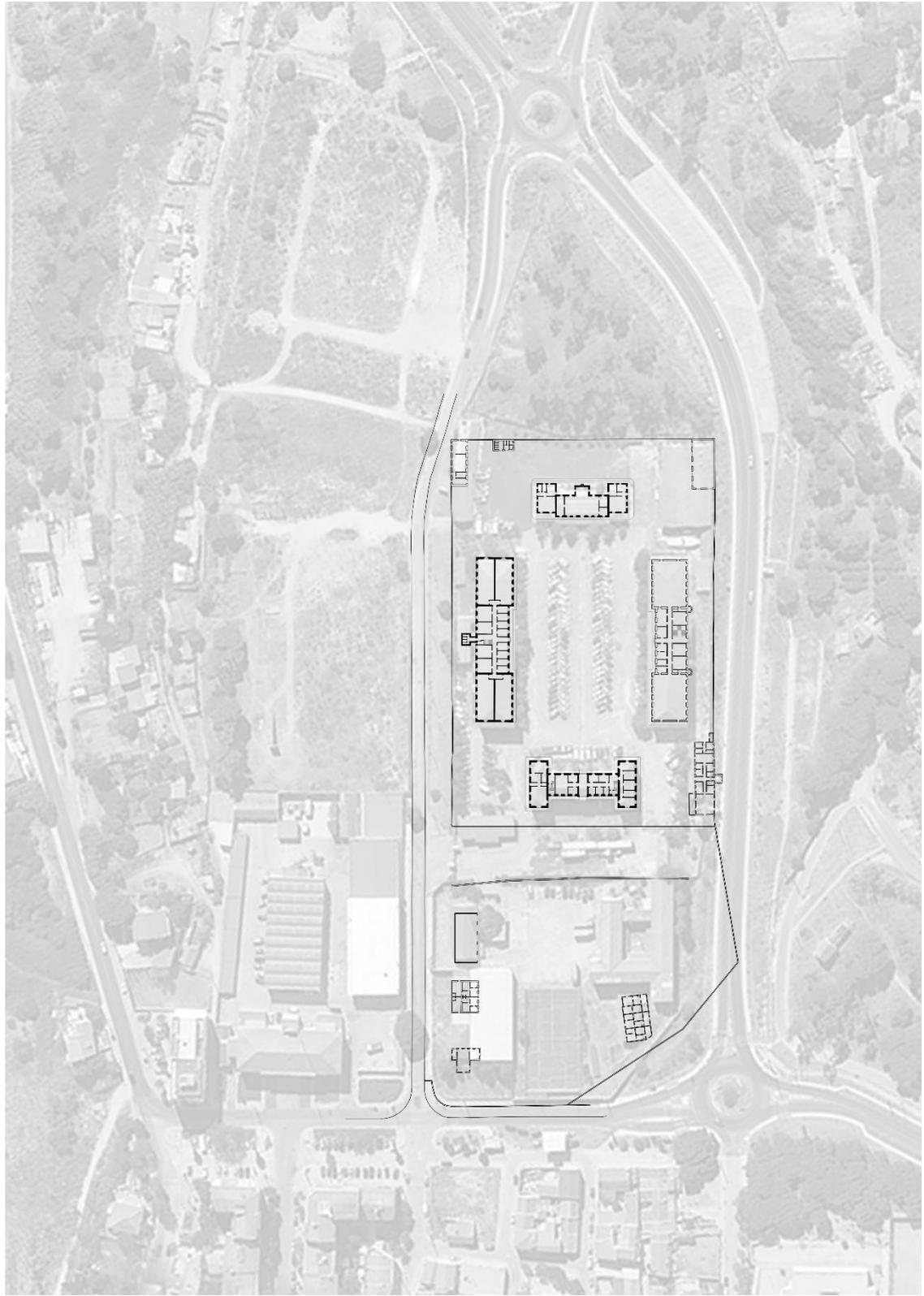
As fotografias e os desenhos apresentados nesta parte são de produzidos pela autora. Os desenhos históricos são facultados pela Direção de Infraestruturas do Exército.

O projeto inicia-se com a observação dos documentos gráficos fornecidos pela Direção de Infraestruturas do Exército, os quais datavam duas épocas. Os desenhos mais antigos, datavam 1902 e 1905, datas de construção e inauguração do Quartel. Os posteriores, datavam 1935-1957, nos quais constavam construções novas em relação aos prévios desenhos.



Sobreposição de ortofotomapa com planta da Direção de Infraestruturas do Exército do Quartel Militar de 1905

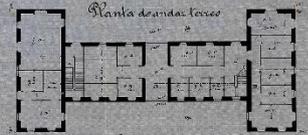
Sobreposição de ortofotomapa com planta de Infraestruturas do Exército do Quartel Militar de 1935



Quartel na Praaia para o grupo N. 4 de artilheria de guarniçao

Corpo do commando, corpo de serviço e
casa da guarda
Basta 1.ª

Planta da primeira torção



Alçado da frente



Alçado em P. L.



Planta do andar



Corte segundo N. 5.



Legenda

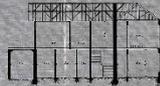
Corpo do Commando

1. Alameda de acesso
2. Gabinete do Director do Quartel
3. Alameda para o desembarque do Quartel
4. Cozinha
5. Cozinha de serviço
6. Cozinha de serviço
7. Cozinha de serviço
8. Cozinha de serviço
9. Cozinha de serviço
10. Cozinha de serviço
11. Cozinha de serviço
12. Cozinha de serviço
13. Cozinha de serviço
14. Cozinha de serviço
15. Cozinha de serviço
16. Cozinha de serviço
17. Cozinha de serviço
18. Cozinha de serviço
19. Cozinha de serviço
20. Cozinha de serviço
21. Cozinha de serviço
22. Cozinha de serviço
23. Cozinha de serviço
24. Cozinha de serviço
25. Cozinha de serviço
26. Cozinha de serviço
27. Cozinha de serviço
28. Cozinha de serviço
29. Cozinha de serviço
30. Cozinha de serviço
31. Cozinha de serviço
32. Cozinha de serviço
33. Cozinha de serviço
34. Cozinha de serviço
35. Cozinha de serviço
36. Cozinha de serviço
37. Cozinha de serviço
38. Cozinha de serviço
39. Cozinha de serviço
40. Cozinha de serviço
41. Cozinha de serviço
42. Cozinha de serviço
43. Cozinha de serviço
44. Cozinha de serviço
45. Cozinha de serviço
46. Cozinha de serviço
47. Cozinha de serviço
48. Cozinha de serviço
49. Cozinha de serviço
50. Cozinha de serviço

Alçado em N. 6.



Corte segundo A. B. C.



Legenda

Corpo do Commando

1. Alameda de acesso
2. Gabinete do Director do Quartel
3. Alameda para o desembarque do Quartel
4. Cozinha
5. Cozinha de serviço
6. Cozinha de serviço
7. Cozinha de serviço
8. Cozinha de serviço
9. Cozinha de serviço
10. Cozinha de serviço
11. Cozinha de serviço
12. Cozinha de serviço
13. Cozinha de serviço
14. Cozinha de serviço
15. Cozinha de serviço
16. Cozinha de serviço
17. Cozinha de serviço
18. Cozinha de serviço
19. Cozinha de serviço
20. Cozinha de serviço
21. Cozinha de serviço
22. Cozinha de serviço
23. Cozinha de serviço
24. Cozinha de serviço
25. Cozinha de serviço
26. Cozinha de serviço
27. Cozinha de serviço
28. Cozinha de serviço
29. Cozinha de serviço
30. Cozinha de serviço
31. Cozinha de serviço
32. Cozinha de serviço
33. Cozinha de serviço
34. Cozinha de serviço
35. Cozinha de serviço
36. Cozinha de serviço
37. Cozinha de serviço
38. Cozinha de serviço
39. Cozinha de serviço
40. Cozinha de serviço
41. Cozinha de serviço
42. Cozinha de serviço
43. Cozinha de serviço
44. Cozinha de serviço
45. Cozinha de serviço
46. Cozinha de serviço
47. Cozinha de serviço
48. Cozinha de serviço
49. Cozinha de serviço
50. Cozinha de serviço



Desenhado por
Francisco de Paula
1878

O Quartel sofreu várias transformações ao longo dos anos, com a construção de anexos de apoio e modificações nos interiores dos quatro edifícios principais. Estas intervenções não constavam nos documentos gráficos facultados pela Direção de Infraestruturas do Exército, pelo que o desenho dos edifícios se baseou nas plantas facultadas e na observação dos mesmos aquando de uma visita ao seu interior.

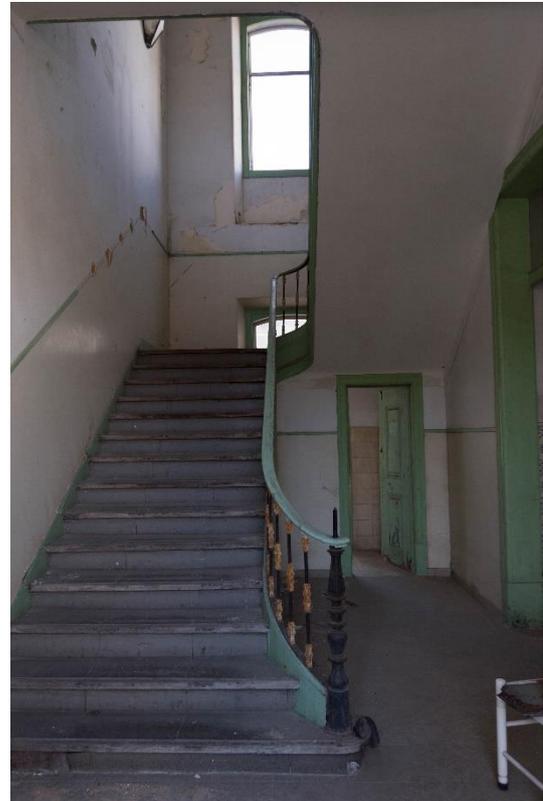
Os quatro edifícios principais apresentam distintos estados de degradação e transformação em relação à construção original. Tratam-se estes do frontal Edifício do Comando, dois laterais edifícios das Camaratas e um último colmatando o fundo do grande pátio, o edifício do Refeitório. Uma visita ao seu interior, com permissão da empresa detentora destes imóveis, a Estamo, e da entidade que parcialmente os ocupa, a GNR, permitiu observar o estado de degradação e as potencialidades de intervenção. Os métodos de ocupação de cada edifício partem desta visita e de uma análise entre o estado atual e as plantas históricas dos mesmos.

O primeiro edifício, que estabelece o primeiro contacto visual com o Quartel trata-se do antigo Edifício do Comando. Este destinava-se aos espaços de arquivo, secretarias, administração, gabinetes e quartos dos sargentos, comandantes e diretor da escola. Apresenta sinais de degradação e desgaste, face ao abandono e descuido, porém, apresenta-se, na sua maioria, fiel aos desenhos de 1902, ostentando, ainda, as cores e os azulejos que o caracterizam.

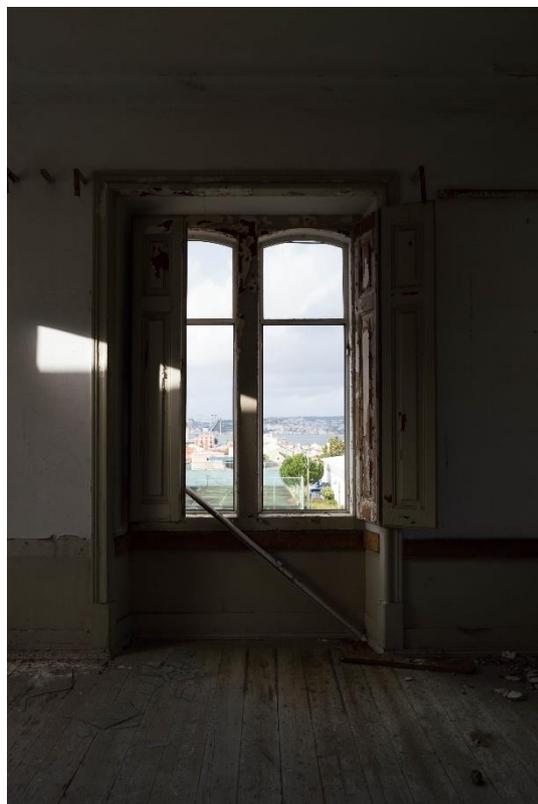
O critério de intervenção deste edifício estabeleceu-se no mantimento do mais aproximado ao original, apenas acrescentando elementos necessários ao funcionamento e segurança do mesmo.

Edifício do Comando

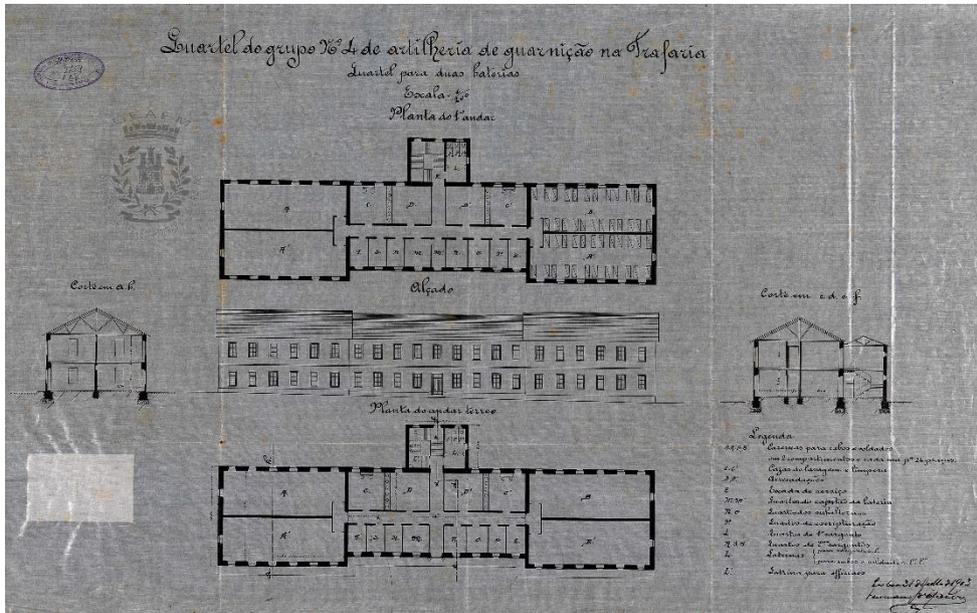
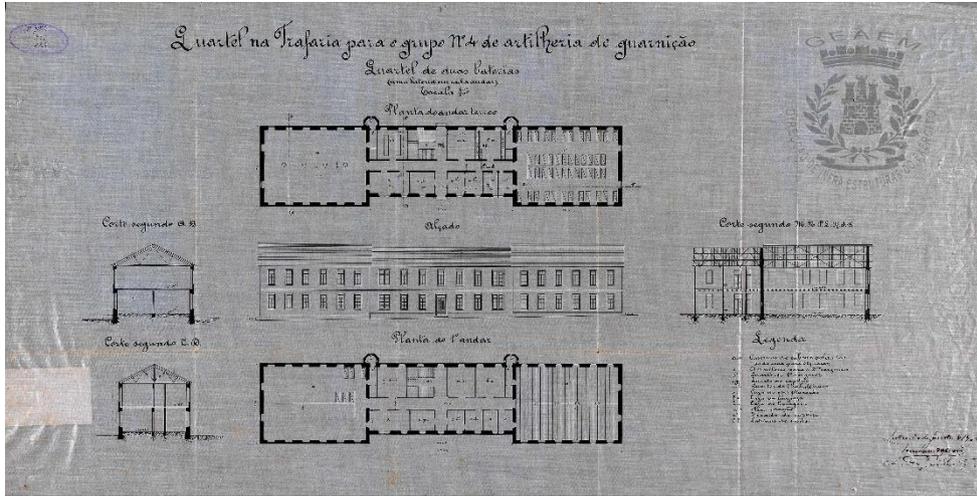




Edifício do Comando







Os edifícios laterais constavam dos edifícios das Camaratas. Albergavam grandes quartos amplos coletivos destinados aos soldados e cabos e quartos individuais destinados aos sargentos, capitães e subalternos. Também as instalações sanitárias, então denominadas de latrinas, separavam estes dois níveis militares.

A primeira planta, de 1902, corresponde ao edifício das Camaratas a poente. Este encontra-se renovado e sem grandes sinais de degradação. Em relação aos desenhos originais, apresenta-se totalmente alterado. Estas alterações não constam nos documentos gráficos facultados. Assim, o critério de intervenção foi mais livre.

A segunda planta, de 1903, corresponde ao edifício das Camaratas a nascente, o qual, do conjunto, é o que ostenta mais sinais de degradação. Apresenta vestígios de transformações, porém não aparentam concretizados. As treliças metálicas de suporte da cobertura encontram-se expostas pela ausência da laje de cobertura. Uma das paredes do primeiro piso encontra-se parcialmente destruída, expondo a alvenaria de tijolo das paredes secundárias. O critério de intervenção deste aproximou-se da retoma do original, propondo a reconstrução das paredes destruídas e modificando o menos possível.

Edifícios das Camaratas poente



Edifícios das Camaratas poente



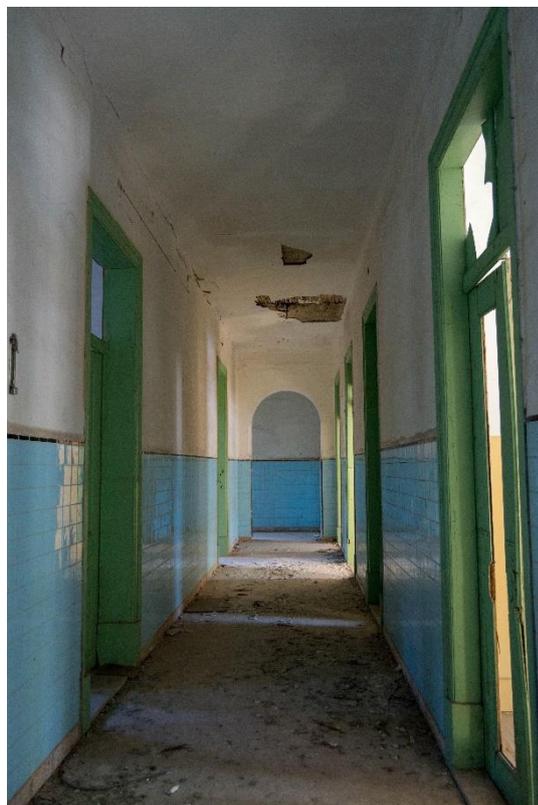
Edifícios das Camaratas nascente



Edifícios das Camaratas nascente

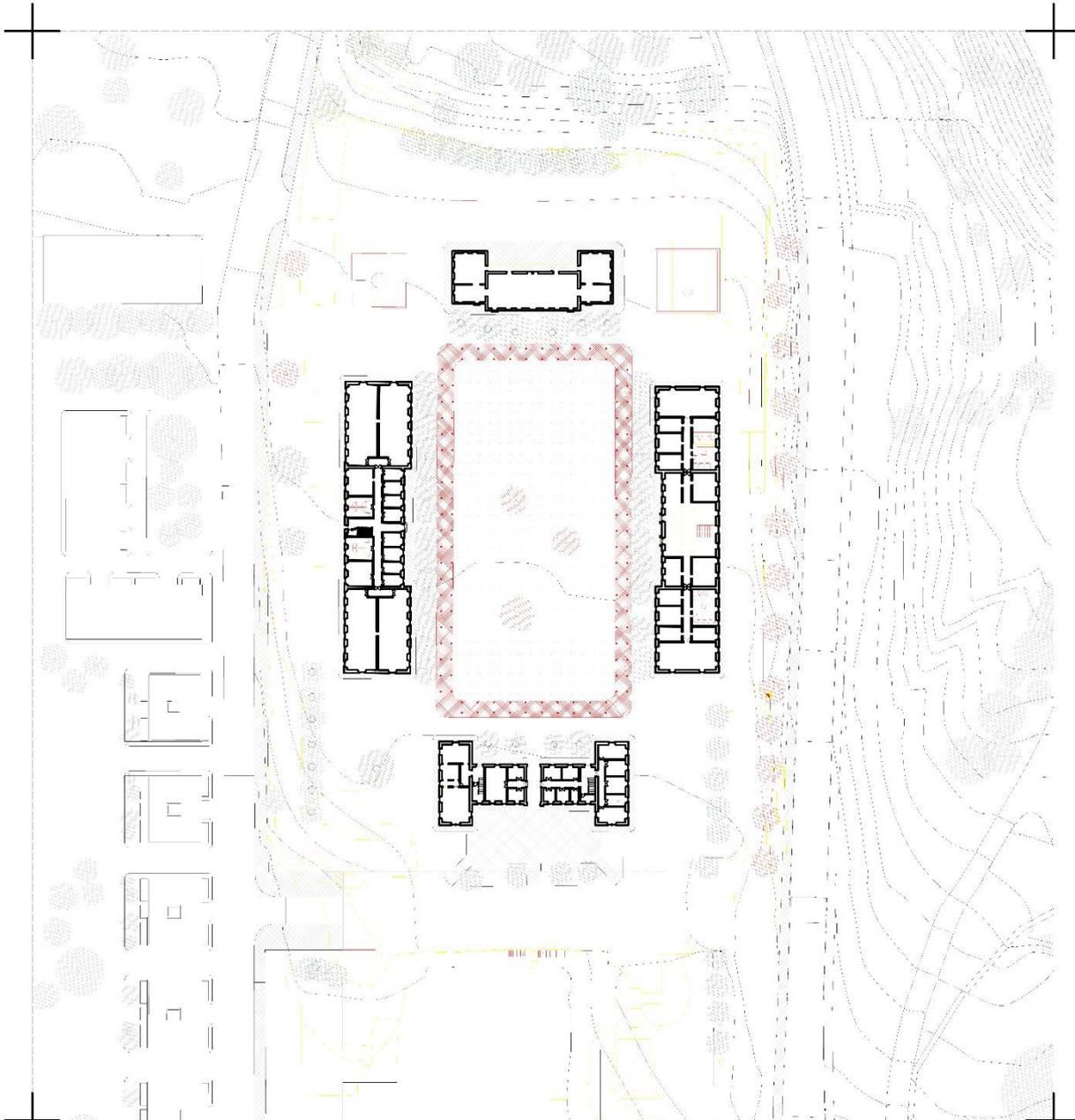


Edifícios das Camaratas ponte





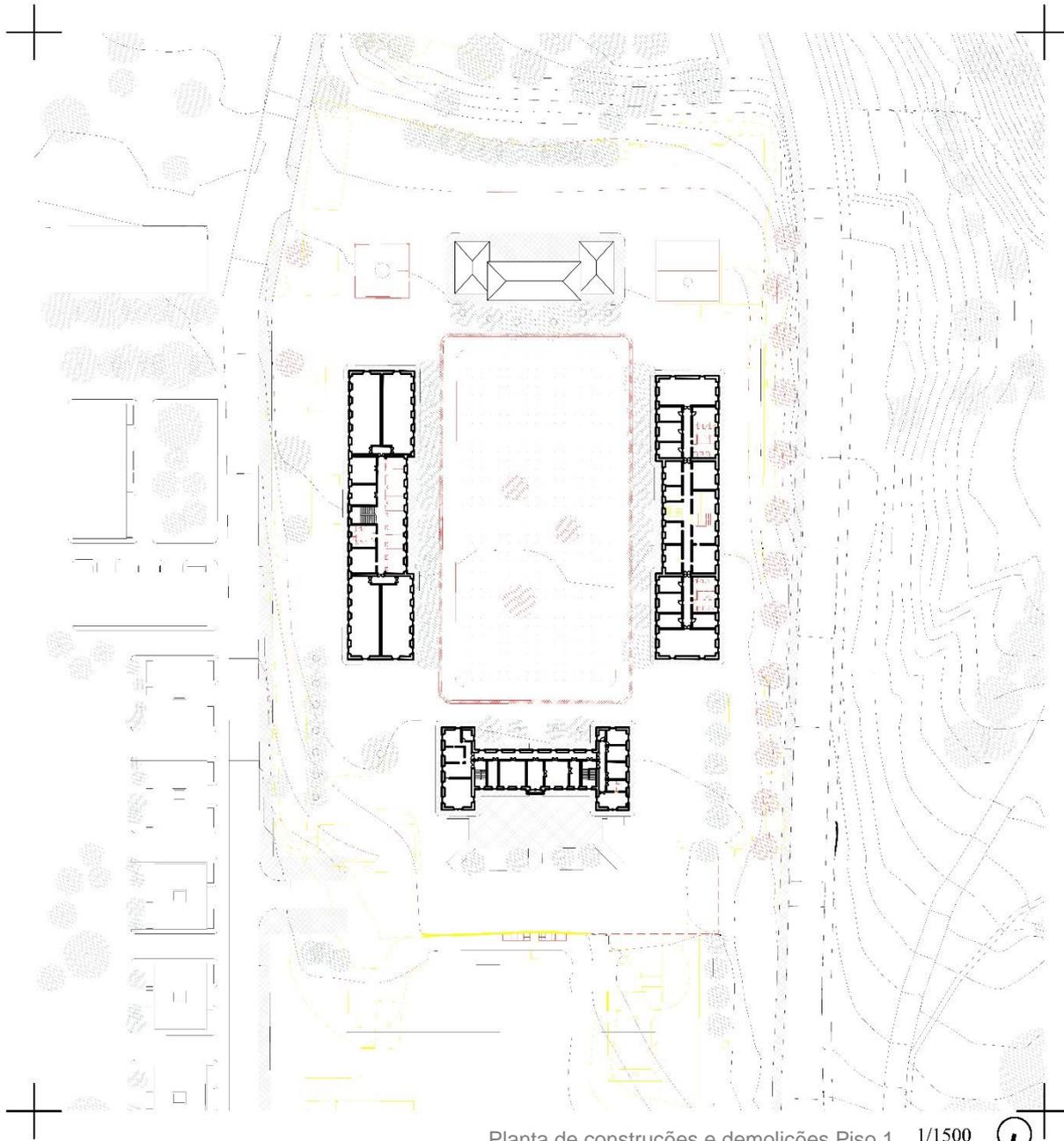
O último edifício, que fecha o fundo do pátio central, albergava os espaços de cozinha e refeitório. À semelhança das Camaratas poente, também se encontra renovado e em bom estado. À exceção de uma extensão de cobertura na fachada posterior, as modificações não são significativas. A ocupação do espaço tirou proveito do existente sem efetuar grandes transformações.



Planta de construções e demolições Piso 0

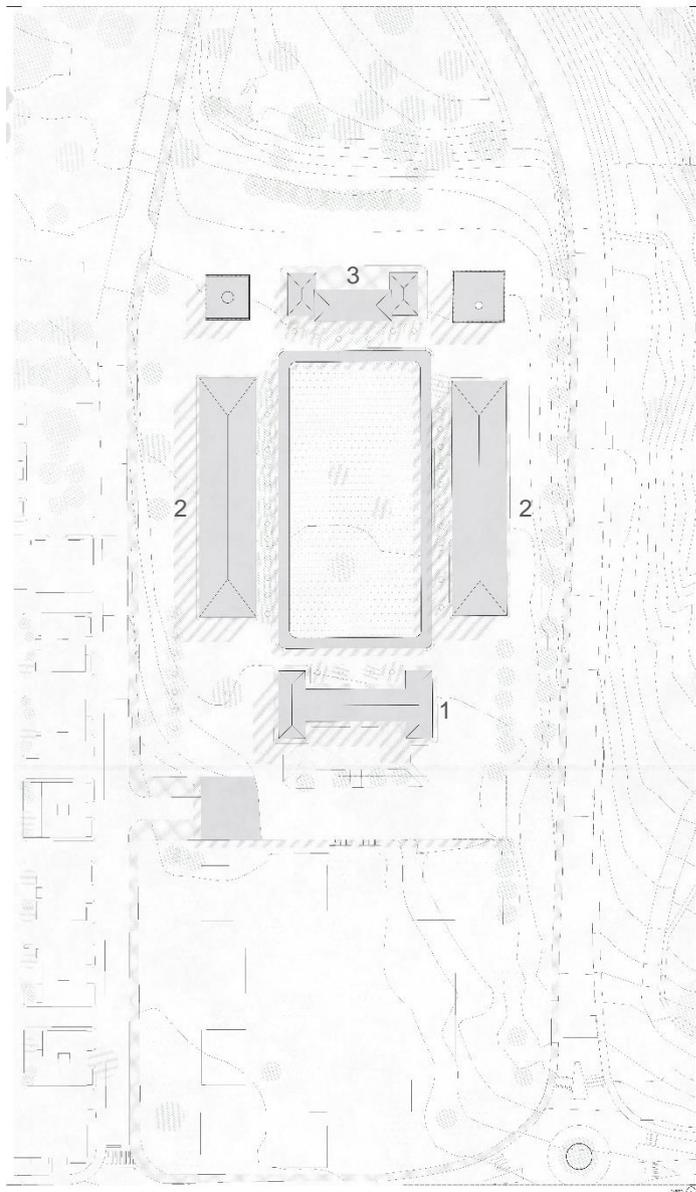
1/1500





Planta de construções e demolições Piso 1 1/1500





Planta de cobertura | Redução de 1/500

O espaço intervencionado ocupa uma extensão de cerca 140m por uma largura de cerca 130m. Foram mantidos apenas os quatros edifícios principais, limpando o espaço de todos os anexos, construções secundárias e muros. Este espaço encontra-se sobre uma plataforma elevada em relação à malha urbana da Trafaria e os terrenos vazios adjacentes. Esta característica acentua o seu carácter grandioso perante a envolvente, porém, a construção da nova estrada a poente do Quartel veio cortar este impacto. Assim, o Quartel encontra-se elevado perante a malha urbana e enterrado face à nova estrada e ao monte do Alto da Raposeira que desenha o cenário de fundo deste conjunto edificado.

A retirada dos muros que encerravam este espaço numa zona privada e desligada da população e da localidade permite uma permeabilidade física e visual entre espaços. Os desníveis mantêm-se, no entanto, suavizados com a modelagem do terreno verde circunda o conjunto do Quartel.

As novas ocupações integradas nos quatro edifícios existentes seguem a lógica de importância já neles incorporada. Assim, o Edifício do Comando (1) mantém o seu cariz de arquivo, para os processos das empresas, entidades e associações que passam a usufruir deste espaço, receção, espaços de trabalho associados a estes dois temas e, num dos braços laterais desta construção, quatro quartos-estúdio para indivíduos que venham para este lugar desenvolver investigações ou cujo trabalhos beneficie da persistência no lugar.

Ambos os edifícios das Camaratas (2) são dedicados aos espaços de trabalho. Apresentam 12 gabinetes individuais de trabalho, 18 gabinetes duplos, 18 salas de grupos, 8 salas comuns, 4 salas de apresentações e reuniões e um espaço de convívio em cada. Estima-se um total superior a 200 secretárias de trabalho.

O edifício do Refeitório (3) manteve a sua finalidade de zona de refeições.



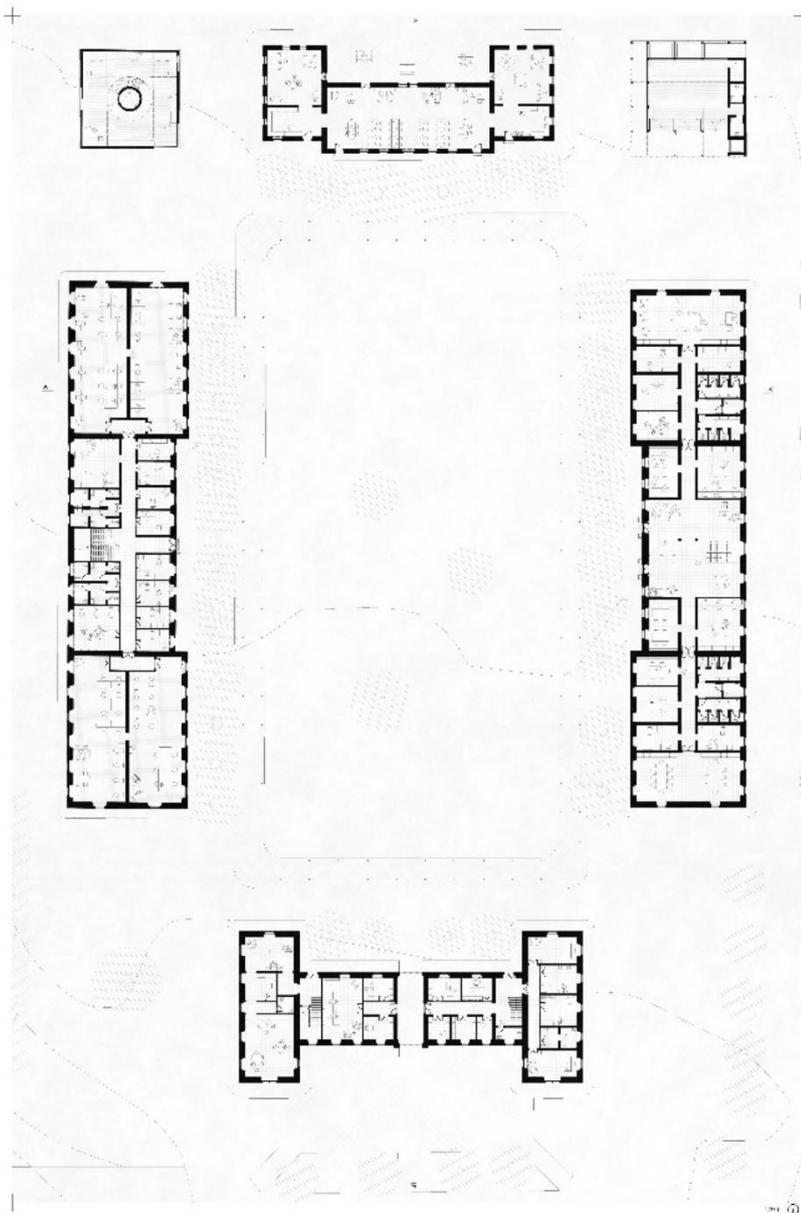
Axonometria | Redução de 1/300

A transformação do Quartel em Incubadora de Empresas não se limita apenas à ocupação dos espaços existentes com este novo programa. Foram adicionados três novos elementos metálicos construídos. Dois destes elementos surgem pela necessidade de espaços específicos ao programa, o terceiro elemento surge do pensamento do circuito pedonal efetuado neste lugar.

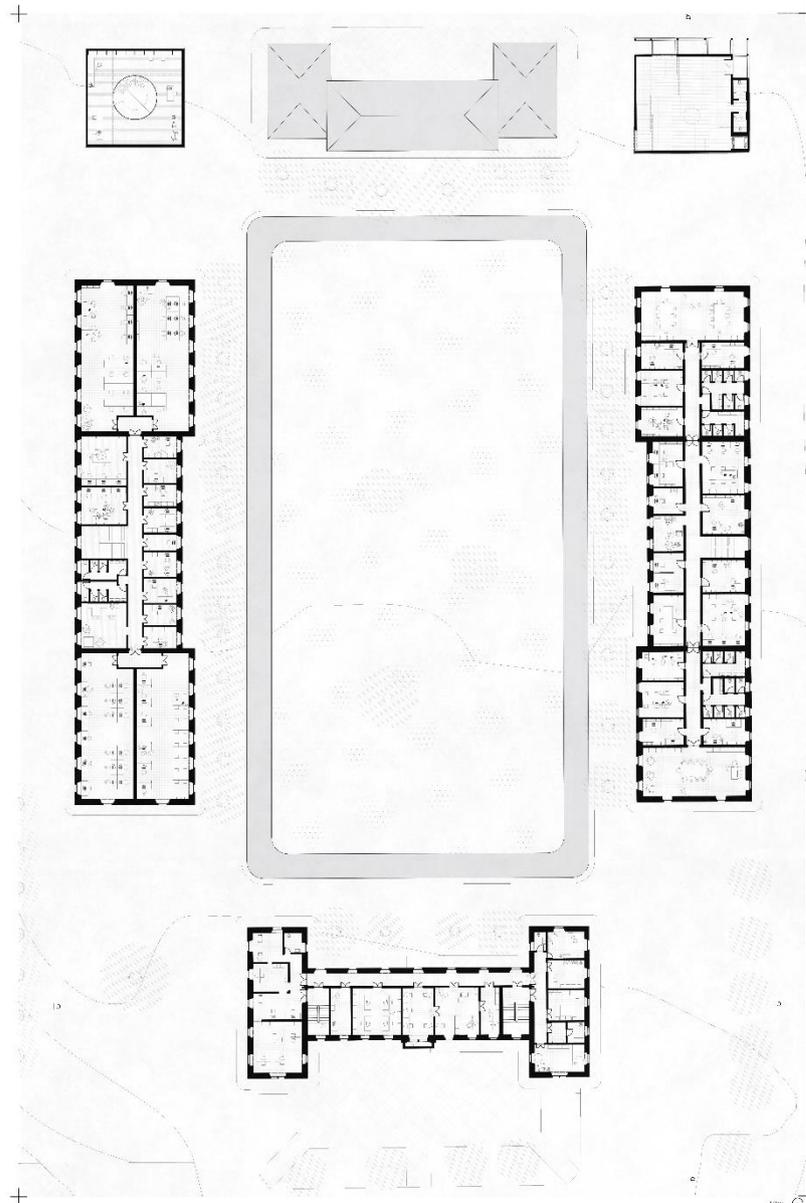
A escolha do metal provem da intenção de marcar a diferença entre os dois tipos de construção e contrapor os opostos da construção pesada, grandiosa e de cor clara do Quartel com a construção ligeira, quase modular e cinzenta dos novos edifícios propostos. Não se pretende, porém, que estes se sobreponham ao Quartel. Neste sentido, a localização dos dois quadrados construídos, ocupa uma posição, já em tempos ocupada por anexos então construídos, numa tentativa de colmatar o espaço amplo e aberto do Quartel face ao monte verde que o separa do tráfego automóvel, virando, então, o espaço para a frente e lateral urbana.

O terceiro elemento ocupa-se de uma pala metálica, tratando-se de uma aproximação aos pavilhões desenvolvidos no Serpentine Galleries, que surge da necessidade de humanizar a grande escala do pátio, da interligação dos edifícios do conjunto, no entanto sem quebrar nem ofuscar a beleza deste amplo enquadramento. O centro do pátio torna-se uma grande área verde de contemplação, convívio e realização de feiras, eventos e atividades.

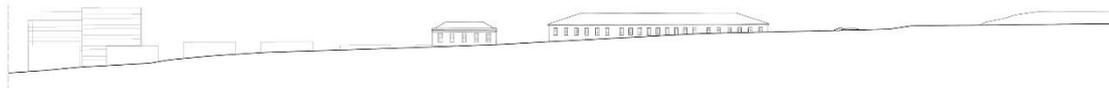
Para apoio a este novo programa, mas também às novas habitações construídas adjacientemente, projetou-se um parque de estacionamento subterrâneo que aproveita o desnível de 3 metros da plataforma elevada do Quartel, atualmente marcada por um muro de terra. A entrada e saída de veículos é feita pela Estrada Militar, e existe uma saída pedonal alinhada com o centro do Quartel e com o túnel do Edifício do Comando.



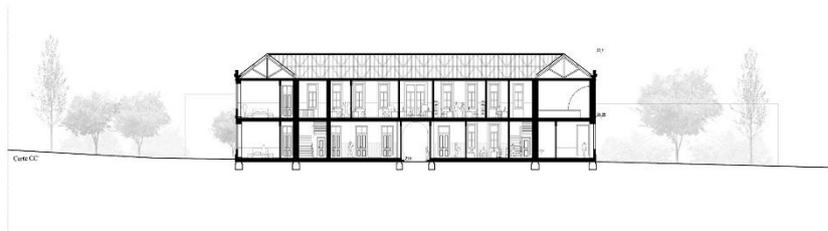
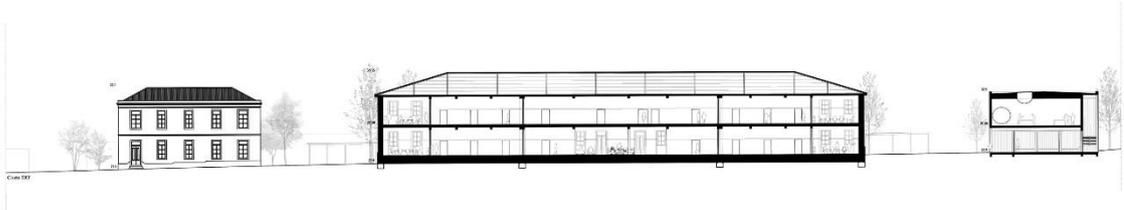
Planta de piso 0 | Redução de 1/250



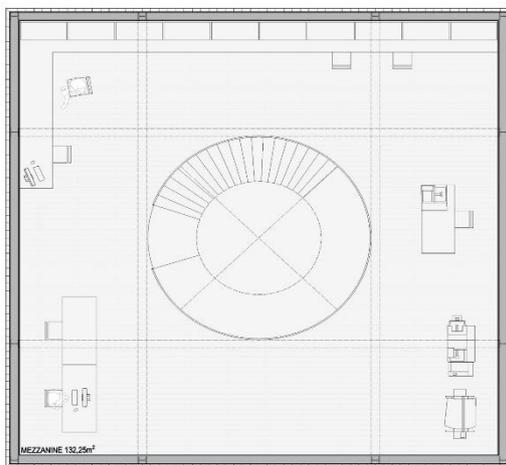
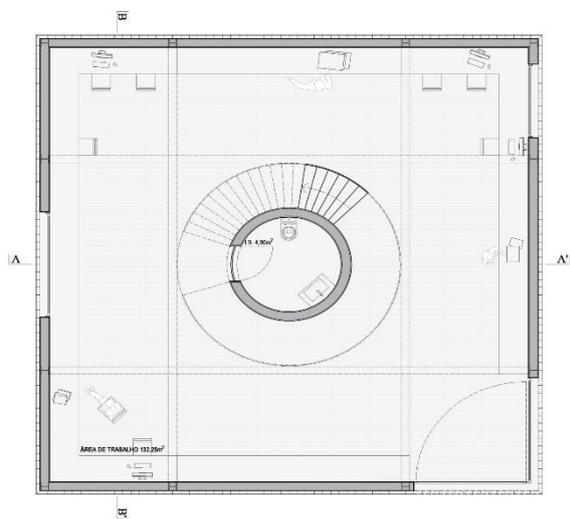
Planta de piso 1 | Redução de 1/250



Perfis | Redução de 1/500

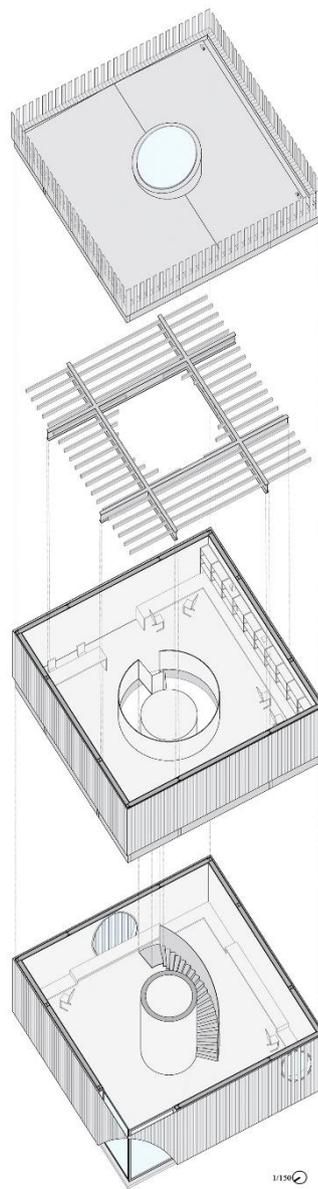


Cortes | Redução de 1/250



1/100

Planta de Piso 00 e 01 | Redução de 1/100



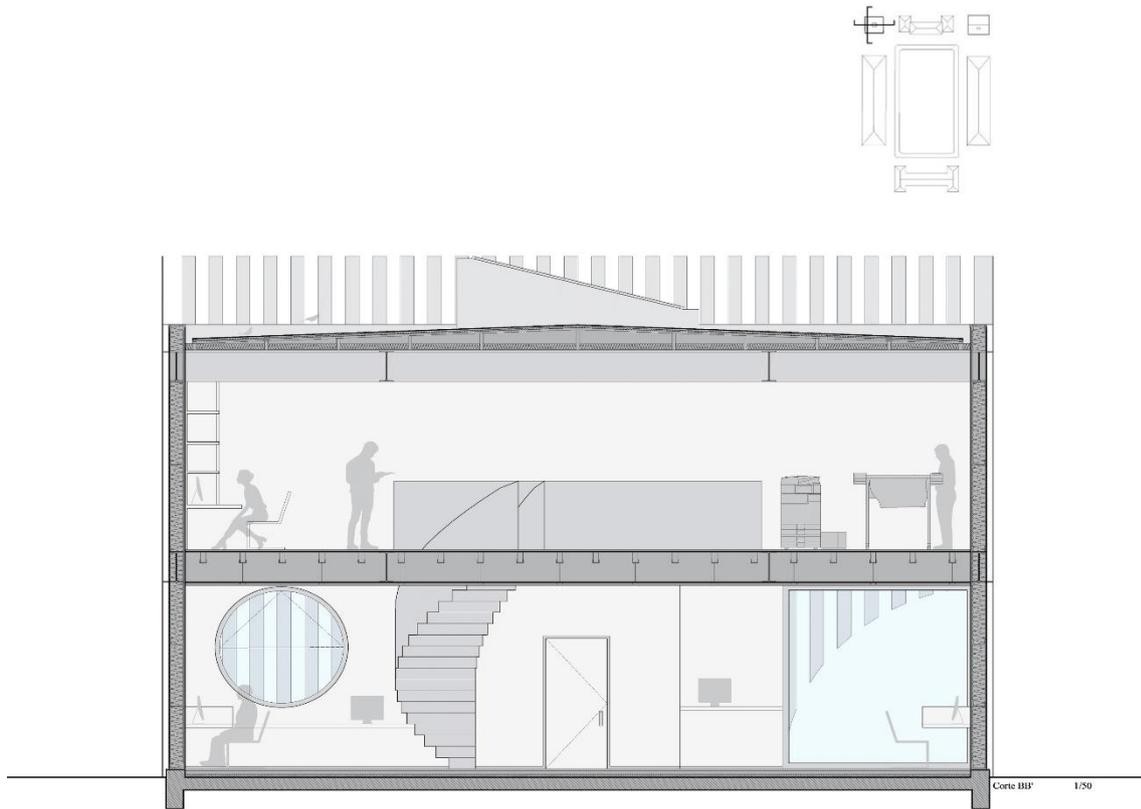
O edifício a nascente trata-se da Oficina. Oferece um espaço de apoio aos trabalhos desenvolvidos nas zonas de trabalho do Quartel, facultando um espaço de impressões em papel, a laser, arrumação de papeis e ou pequenos trabalhos manuais.

O conceito de arquitetura transcende de um módulo para o outro, apresentando momento oposto do mesmo conceito.

A caixa apresenta um ripado metálico opaco na base e permeável na cobertura. Este ripado trata-se de uma pele exterior destacada da estrutura, cuja intenção é fornecer ritmo e textura à construção.

O espaço interior desenvolve-se em torno de um cilindro central, que engloba uma instalação sanitária, em volta do qual se eleva uma escada metálica de acesso a um mezanino. No prolongamento visual do cilindro até à cobertura, surge, no meio de estrutura metálica de suporte, uma claraboia que ilumina ambos os pisos.

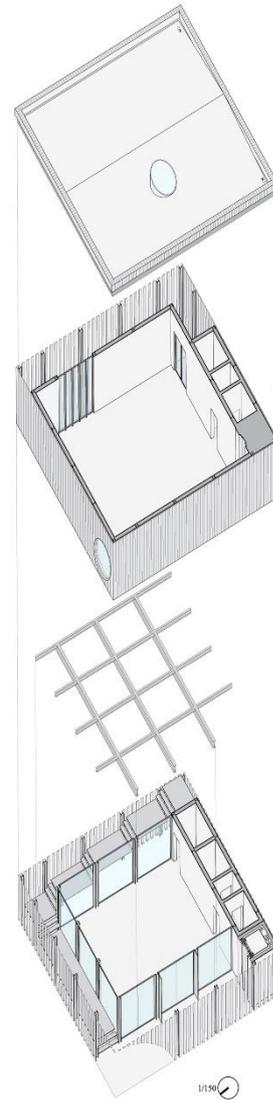
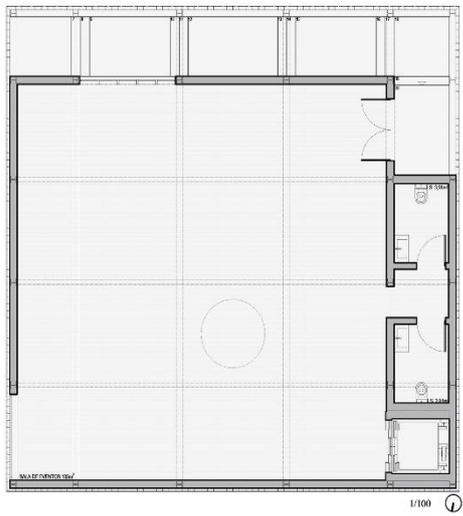
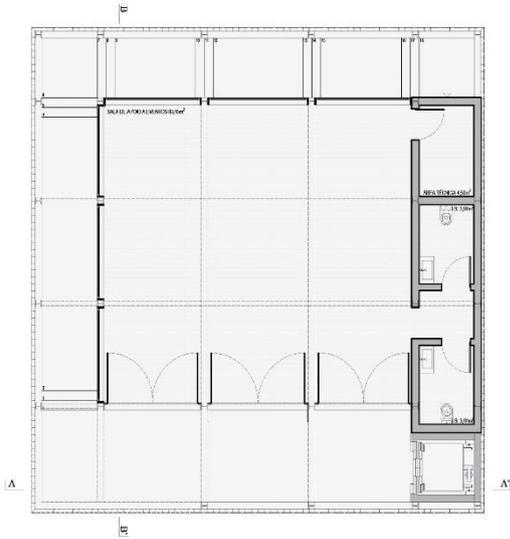
O material metálico é o elemento de ligação das construções propostas, mas também do interior dos edifícios, presente na estrutura por vezes aparente, como o caso da cobertura, nas escadas e guarda do mezanino e nos rodapés que serpenteiam os lados e o cilindro central.



Corte Construtivo | Redução de 1/50



Corte Construtivo Perspetivado | Redução de 1/50



Planta de Piso 00 e 01 | Redução de 1/100

Este edifício trata-se de uma Sala de Eventos. Ao inverso do anterior, a base apresenta uma pele permeável, um ripado que permite a passagem visual e luminosa em toda a volta. Esta permeabilidade expande-se para o interior o qual, num primeiro momento, apresenta uma caixa de vidro, de estrutura metálica aparente, intencionada ao apoio de atividades e eventos que se desenvolvam no exterior, no pátio, ou que englobem as duas zonas.

O acesso ao piso superior é feito através de escadas que contornam a caixa de vidro e sobem encostadas à pele metálica permitindo uma visão constante para o exterior e entrada de luz.

O piso superior compõe-se de uma sala multiusos para apresentações, exposições, palestras ou pequenos eventos performativos. O momento de luz zenital neste espaço é, novamente, o invés da Oficina. Apresenta-se como uma cúpula interior de vidro fosco que desce sobre a sala a cria um momento de contemplação e iluminação.



Corte Construtivo | Redução de 1/50



Corte Construtivo Perspetivado | Redução de 1/50

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades associativas, em Portugal, remontam o seu começo ao século XIX, como meio de entreatajuda e procura de soluções para as dificuldades e descontentamentos salientados pela população. Este carácter solidário, social e participativo, manifestou ser o fundamento das associações, independentemente do seu ímpeto principal ser laboral, cultural ou urbano.

A Revolução do 25 de Abril assegurou a liberdade e o espaço social necessários à intensificação do movimento associativo, surgindo diversas associações intencionadas à resolução direta de problemas das populações, como foi o caso do SAAL em resposta à crise habitacional à data verificada.

A partir desta altura, verifica-se um crescente número de associações, cada vez mais dedicadas à intervenção urbana, através das suas atividades sociais, artísticas ou arquitetónicas. Segundo autores como Jane Jacobs e Giancarlo De Carlo, este é um método fundamental às boas práticas sociais e urbanas e, conseqüentemente, ao bom funcionamento das cidades diversificadas.

Diversidade e multiplicidade são dois conceitos integrantes da atividade associativa. A sua capacidade de interação entre diferentes grupos de pessoas e diferentes áreas temáticas, permite o desenvolvimento de atividades e intervenções dinâmicas e flexíveis, capazes de se adaptarem a vontades e realidades distintas. A inter-relação das artes com a arquitetura, movimentos sociais e urbanos e as próprias populações por estes mobilizadas, promove ações que extravasam os limites e métodos sistemáticos da transformação urbana. Várias das ações associativas observadas neste trabalho, primam pela reocupação e reconversão de espaços obsoletos através e para as populações a estes sujeitas.

Através deste estudo, é possível observar que o cariz participativo e colaborativo das práticas associativas é benéfico à relação social-urbana, através da atribuição de força e voz às populações para se afirmarem e mobilizarem os seus descontentamentos e ambições. Fazem-no, como previamente ressaltado, através de uma associação que estabelece o intermédio perante as entidades responsáveis, como se verificou nos casos dos bairros do 2º Torrão e da Cova do Vapor na Trafaria.

Este empoderamento das populações e a ligação a diversas áreas culturais, performativas e manifestantes, são a grande mais valia da atividade associativa, integrada na atividade da arquitetura. Promovem uma maior relação, consciência e dedicação espacial das populações com os lugares e edifícios que ocupam ou refutam, e exaltam inovadoras e originais formas de dinamização e vivência destes espaços.

A investigação desenvolvida neste trabalho permitiu, para além da exploração deste tema de curiosidade pessoal, aprofundar o estudo do mesmo num território que se encontra em crescimento e que apresenta interesse e matéria associativa. A investigação presenteia uma visão do desenvolvimento e transformação da Trafaria, através das intervenções associativas e participativas locais observadas, e materializa esta visão na vertente prática, com um projeto de reocupação e reativação de um lugar abandonado, através da sua reconversão a um espaço qualificado à receção das associações, para desenvolvimento da sua organização, discussão e realização de atividades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRAFIA:

- Anda & Fala. (sem data). Walk&Talk Azores. Obtido 18 de Dezembro de 2018, de <https://walktalkazores.org/>
- Associação Semear para Unir. (1984). *O Associativismo Tradição e Arte do Povo de Almada*. Almada.
- Bandeirinha, J. A. (2007). *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. (Imprensa da Universidade de Coimbra, Ed.) (1ª). Coimbra.
<https://doi.org/https://doi.org/10.14195/978-989-26-1265-2>
- Baratto, R. (2014). Oficina «InSitu» promove a criação de hortas e jardins comunitários em Almada, Portugal. Obtido 18 de Julho de 2019, de <https://www.archdaily.com.br/br/756097/oficina-insitu-promove-a-criacao-de-hortas-e-jardins-comunitarios-em-almada-portugal>
- Câmara Municipal de Almada, & Parque Expo 98 SA. (2005). *Estudo de Enquadramento Estratégico da Costa da Trafaria*. Obtido de https://www.m-almada.pt/xportal/xmain?xpid=cnav2&xpgid=genericPage&genericContentPage_qry=BOUI=403469422&actualmenu=410825737
- Cardoso, C. (2014). 40 anos de democracia na história de uma associação popular: CRACS (Coletividade Recreativa e de Ação Cultural de Sousela). *Análise Associativa*, 1(2), 53–69.
- Carlo, G. De. (1980). An Architecture of Participation. *Perspecta*, 17, 74–79.
- Centro de Segurança Militar e de Informações do Exército. (sem data). Obtido de <https://www.exercito.pt/pt/quem-somos/organizacao/ceme/cft/csmie>
- Chapitô. (2019). Chapitô. Obtido 16 de Junho de 2019, de <http://chapito.org/>
- Coelho, S. L. (2008). *Participação social e associativismo em Portugal: breves apontamentos de um estudo de caso de uma associação de promoção do Comércio Justo. O Movimento Associativo em Portugal e na Galiza, Fórum Associativismo*. Obtido de <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/54835>
- Coletivo Warehouse. (2015a). Banco Trafaria. Obtido 19 de Julho de 2019, de <http://warehouse.pt/projectos/banco-trafaria/?lang=pt-pt>

- Coletivo Warehouse. (2015b). Cadeira Trafaria. Obtido 19 de Julho de 2019, de <http://warehouse.pt/projectos/cadeira-trafaria-2/?lang=pt-pt>
- Coletivo Warehouse. (2015c). Espaço de Leitura e Actividades, Biblioteca da Trafaria [Almada]. Obtido 19 de Julho de 2019, de <http://warehouse.pt/projectos/espaco-de-leitura-e-actividades-biblioteca-da-trafaria-almada/?lang=pt-pt>
- Coletivo Warehouse. (2015d). Mesa Trafaria. Obtido 19 de Julho de 2019, de <http://warehouse.pt/projectos/mesa-trafaria/?lang=pt-pt>
- Coletivo Warehouse. (2017). Workshop Transformar [Almada]. Obtido 19 de Julho de 2019, de <http://warehouse.pt/projectos/workshop-transformar-almada/?lang=pt-pt>
- Coletivo Warehouse. (2018a). Coletivo Warehouse. Obtido 18 de Julho de 2019, de <http://warehouse.pt/>
- Coletivo Warehouse. (2018b). Taking Down Casa do Vapor [Almada]. Obtido 18 de Julho de 2019, de <http://warehouse.pt/projectos/casa-do-vapor-almada/?lang=pt-pt>
- ConstructLab. (sem data-a). Casa do Vapor. Obtido 18 de Julho de 2019, de <https://www.constructlab.net/projects/casa-do-vapor/>
- ConstructLab. (sem data-b). Hallo: Plataforma Trafaria. Obtido 19 de Julho de 2019, de <https://www.constructlab.net/projects/hallo-plataforma-trafaria/>
- Costa, A., Roseta, H., Coutinho, B., & Jacobetty, L. (2013). *Catálogo Dentro de Ti ó Cidade, Energia BIP-ZIP*. Lisboa: Lisboa: CML, Pelouro da Habitação. Obtido de <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1372236607V3aCE0ce2Cd99EY7.pdf>
- Costa, P., & Lopes, R. (2015). Urban Design, Public Space and the Dynamics of Creative Milieux: A Photographic Approach to Bairro Alto (Lisbon), Gràcia (Barcelona) and Vila Madalena (São Paulo). *Journal of Urban Design*, 20(1), 28–51. <https://doi.org/10.1080/13574809.2014.991382>
- Costa, P., Magalhães, M., Vasconcelos, B., & Sugahara, G. (2006). *On 'Creative Cities' governance models: a comparative approach*.
- Costa, P., Oliveira, A., Magalhães, A., Sousa, F. A. de, Teixeira, G., Guerra, P., & Moreira, T. (2017). *Estratégias para a Cidade de Lisboa 2017*. DINÂMIA'CET-IUL. Obtido de <https://hdl.handle.net/10216/105819>
- CPCCRD. (2017). Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto. Obtido 29 de Maio de 2018, de <https://www.cpccrd.pt/#pbanner>

- Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). Introdução: Rizoma. Em *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia Vol.1* (1ª, pp. 10–36). Rio de Janeiro: Editora34.
- Ensaio e Diálogos Associação. (2014). Prisão Paraíso. Obtido 19 de Julho de 2019, de <http://e-da.pt/portfolio/prisao-paraiso/>
- Ensaio e Diálogos Associação. (2017). Projeto Jardim. Obtido 19 de Julho de 2019, de <http://e-da.pt/portfolio/projeto-jardim/>
- Ensaio e Diálogos Associação. (2018a). Cinemar. Obtido 19 de Julho de 2019, de <http://e-da.pt/portfolio/cinemar/>
- Ensaio e Diálogos Associação. (2018b). TransforMar. Obtido 19 de Julho de 2019, de <http://e-da.pt/portfolio/transformar/>
- Ensaio e Diálogos Associação. (2019a). Biblioteca do Vapor. Obtido 19 de Julho de 2019, de <http://e-da.pt/portfolio/biblioteca-do-vapor/>
- Ensaio e Diálogos Associação. (2019b). Casa do Vapor. Obtido 18 de Julho de 2019, de <http://e-da.pt/portfolio/casa-do-vapor/>
- Ferreira, P. M. (2008). Associações e democracia: Faz o associativismo alguma diferença na cultura cívica dos jovens Portugueses? *Sociologia, Problemas e Praticas*, 57(lii), 109–130.
- Franco, C. (2019). Entrevista a Jesse James e Sofia Carolina: “O Walk&Talk é um lugar de interesse e curiosidade que não era há 9 anos”. Obtido 5 de Junho de 2019, de <https://gerador.eu/entrevista-a-jesse-james-e-sofia-carolina-o-walktalk-e-um-lugar-de-interesse-e-curiosidade-que-nao-era-ha-9-anos/?fbclid=IwAR39BUDWiFSBxTuKQ0wQIFbIU-4A55X2IhKIJVWLTvFHgyfd2U2Gkm2UryA>
- In Situ - Laboratório de Intervenção em Arquitetura. (2013). 2º Torrão. Obtido 18 de Julho de 2019, de <http://insitu.autonoma.pt/interventions/segundo-torrao-2013/>
- In Situ - Laboratório de Intervenção em Arquitetura. (2014). 2º Torrão. Obtido 18 de Julho de 2019, de <http://insitu.autonoma.pt/interventions/segundo-torrao-2014/>
- In Situ - Laboratório de Intervenção em Arquitetura. (2016). Trafaria. Obtido 19 de Julho de 2019, de <http://insitu.autonoma.pt/interventions/trafaria-2016/>
- In Situ - Laboratório de Intervenção em Arquitetura. (2018). Cova do Vapor. Obtido 19 de Julho de 2019, de <http://insitu.autonoma.pt/interventions/cova-do-vapor-2018/>

- INATEL. (sem data). A Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. Obtido 29 de Maio de 2018, de <http://www.inatel.pt/Fundacao/i/Fundacao/Historia/FNAT/FNAT/A-Fundacao-Nacional-para-a-Alegria-no-Trabalho.aspx>
- INFORMA D&B. (2015). *O Setor Associativo em Portugal 2015*. Obtido de <https://www.informadb.pt/idbweb/>
- Jacobs, J. (2007). *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.
- Leal, C. B. (2014). *Outrafaria*. Trafaria: Centro de Arqueologia de Almada.
- Lopes, D. S. (2016). *Melancolia e Arquitetura em Aldo Rossi (1ª)*. Lisboa: Orfeu Negro.
- Loureiro, V. (2011). *Da Arquitetura Vernacular à Informalidade Contemporânea dos Assentamentos. Os Avieiros da Póvoa de Santa Iria, Projeto de Regeneração*. Universidade da Beira Interior.
- Malty, L. dos S. (2017). *Participação Social Decorrente da Implantação de Megaprojetos em Pequenas Comunidades: o caso da Trafaria, estuário do rio Tejo*. Universidade Nova de Lisboa.
- Marques, R. S. A. (2015). *A vida profissional de um casal das artes gráficas: Narrativa biográfica de Maria Laura Martins Lemos Araújo e Florêncio Cardoso de Araújo*. ISCTE-IUL.
- Martins, A. (sem data). O Movimento Associativo Popular e a Democracia. Obtido 30 de Abril de 2018, de https://pt.scribd.com/document/135377434/0210arturmartins#fullscreen&from_embed
- Mateus, B. M. A. (2010). *Como se organiza um bairro? Um estudo de caso sobre a Cova do Vapor (Trafaria)*. ISCTE-IUL.
- Mezzo Atelier. (2018). Walk&Talk Pavilion. Obtido 5 de Junho de 2019, de <https://mezzoatelier.com/2018/07/30/walktalk-pavilion/>
- Morais, R., & Sousa, J. C. de. (2012). *Do Envolvimento Associativo à Mobilização Cívica: O potencial das redes sociais*.
- Navarro, M. (2014). O Associativismo Popular na Resistência e na Democracia. *Análise Associativa*, 1(1), 19–27.
- Pais, T. (2016). Triângulo Aberto. Celebrar os vértices e as arestas do novo bairro de Lisboa. Obtido 15 de Julho de 2019, de <https://observador.pt/2016/03/18/triangulo-aberto->

celebrar-os-vertices-as-arestas-do-novo-bairro-lisboa/

- Pinheiro, R. (2014). Recensão Crítica. *Análise Associativa*, 1, 111–117.
- Pinto, P. T. (2015). *Cassiano Branco (1897-1970)*. Caleidoscópio.
- Portas, N. (1986). O Processo SAAL: Entre o Estado e o Poder Local. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20, 635–644.
- PZZL. (2018). Prisão Break. Obtido 19 de Julho de 2019, de <https://pzzl.fr/prisao-break>
- Ramos, F. (2013). Exyzt, ConstructLab: Casa do Vapor. Obtido 18 de Julho de 2019, de https://www.domusweb.it/en/architecture/2013/08/06/casa_do_vapor.html
- Rés do Chão 119 Associação. (2019). Rés do Chão. Obtido 15 de Julho de 2019, de <https://resdochao.org/>
- Rosa, M. L. (2011). *Micro Planejamento: práticas urbanas criativas* (1ª). São Paulo: Editora de Cultura.
- Roseta, H. (2015). Dos pecados urbanos à energia bip-zip. Em *Escutar a cidade*. Lisboa. Obtido de <https://www.youtube.com/watch?v=DVfzC3X6CRc>
- Santos, M. J. P. dos. (2014). Associativismo e Constituição. *Análise Associativa*, 1(3), 82–90.
- Silva, P. F., & Rocha, I. (2019a). Segundo Torrão: Viver num bairro de lata no século XXI - Água e luz: um penso rápido numa “ferida aberta”? Portugal: Rádio Renascença. Obtido de <https://rr.sapo.pt/2019/03/22/segundo-torrao/agua-e-luz-um-penso-rapido-numa-ferida-aberta/video/200704/>
- Silva, P. F., & Rocha, I. (2019b). Segundo Torrão: Viver num bairro de lata no século XXI - Como nasceu o maior bairro de lata de Almada? Portugal: Rádio Renascença. Obtido de <https://rr.sapo.pt/2019/03/22/segundo-torrao/como-nasceu-o-maior-bairro-de-lata-de-almada/video/200706/>
- Silva, P. F., & Rocha, I. (2019c). Segundo Torrão: Viver num bairro de lata no século XXI - Vou morrer aqui. Portugal: Rádio Renascença. Obtido de <https://rr.sapo.pt/2019/03/22/segundo-torrao/vou-morrer-aqui/video/200724/>
- União das Mutualidades Portuguesas. (sem data). *Mutualismo*. Obtido de http://www.zoom.org.pt/equalificacao/src_cdroms/novos_conceitos_praticas/recursos_complementares/Mutualismo.pdf

- Vicente, T. (2014). O poder local democrático, o movimento associativo e o desenvolvimento local. *Análise Associativa*, 1(4), 103–108.
- Viegas, J. M. L. (2004). Implicações democráticas das Associações Voluntárias: O caso português numa perspectiva comparativa europeia. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (1997), 33–50.
- Viegas, J. M. L. (2011). A participação associativa em Portugal: Que contribuição para uma sociedade civil forte? *Boletim Do Núcleo Cultural Da Horta*, N.º 19, 43–58.
- Viegas, J. M. L. (2014). Associativismo, Sociedade Civil e Democracia. *Análise Associativa*, 1(2), 37–49.
- Viegas, J. M. L., Faria, S., & Santos, S. (2010). Envolvimento associativo e mobilização cívica. O caso português em perspectiva comparativa e evolutiva. Em *A Qualidade da Democracia em Debate. Deliberação, representação e participação políticas em Portugal e Espanha* (1ª, pp. 157–180). Lisboa: Editora Mundos Sociais.

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig.1 Apresentação pública do Chapitô no desfile de Carnaval de 2019	45
Fotografia retirada da página oficial Chapitô https://chapito.org/areas-de-actuacao/formacao/epaoe/	
Fig.2 Evento público na Câmara Municipal de Lisboa no âmbito das comemorações do 25 de abril, 2019	45
Fotografia retirada da página oficial Chapitô https://chapito.org/o-chapito/os-cruzamentos/	
Fig.3 Curso Profissional de Cenografia, Figurinos e Encenação	47
Fotografia retirada da página oficial Chapitô https://chapito.org/areas-de-actuacao/formacao/epaoe/cenfa/	
Fig.4 Atelier de Expressão Artística	47
Fotografia retirada da página oficial Chapitô https://chapito.org/areas-de-actuacao/accao-social/centro-comunitario/atl-porta-aberta/	
Fig.5 Ação de dinamização: Conversas Lisboa, na Rua Poço dos Negros	53
Fotografia retirada da página oficial Rés do Chão http://www.resdochao.org/projectos/conversas-lisboa-na-poco-dos-negros/	
Fig.6 Festival MANPOWER, na Rua Poço dos Negros	53
Fotografia retirada da página oficial Rés do Chão http://www.resdochao.org/projectos/parcerias-em-eventos-de-rua/	
Fig.7 Loja pop-up no âmbito do DEMO15	53
Fotografia retirada da página oficial Rés do Chão http://www.resdochao.org/projectos/parcerias-em-eventos-de-rua/	
Fig.8 Intervenção de Vhils na Galeria Arco8, edição de 2011 do Festival Walk&Talk	55
Fotografia de Jesse James retirada da página oficial Vhils https://www.vhils.com/map/walk-talk-festival-2011/	
Fig.9 Acabamentos de Isatis Tintoria de Javier de Riba	55
Fotografia retirada da página oficial Walk&Talk https://walktalkazores.org/Isatis_Tintoria?Edicao=2016	
Fig.10 Isatis Tintoria de Javier de Riba, edição de 2016 do Festival Walk&Talk	55
Fotografia de Sara Pinheiro retirada da página oficial Javier de Riba http://www.javierderiba.com/works/montepalace	
Fig.11 Pavilhão Walk&Talk, edição 2018, projeto de Mezzo Atelier	57
Fotografia retirada da página oficial Walk&Talk https://walktalkazores.org/Uma_casa_nova_para_o_festival?Edicao=2018	
Fig.12 Construção de mobiliário para os pavilhões por voluntárias	57
Fotografia de Rui Soares. Fonte: https://www.facebook.com/walktalkazores/photos/a.961137347242888/961138357242787/?type=3&theater	
Fig.13 Pavilhão Walk&Talk, edição 2018, convívio e brunch	57

Fotografia de Filipa Couto. Fonte: https://www.facebook.com/walktalkazores/photos/a.1871687516187862/1879306742092606/?type=3&theater	
Fig.14 Pavilhão Walk&Talk, edição 2018, atividade com crianças	57
Fotografia de Álvaro Miranda. Fonte: https://www.facebook.com/walktalkazores/photos/a.1871687516187862/1882157358474211/?type=3&theater	
Fig.15 Pavilhão Walk&Talk, edição 2018, convívio noturno.	57
Fotografia retirada da página oficial Walk&Talk https://walktalkazores.org/WalkTalk_2018	
Fig.16 Pavilhão Walk&Talk, edição 2018, concerto	57
Fotografia de Filipa Couto. Fonte: https://www.facebook.com/walktalkazores/photos/a.1863924490297498/1886735401349740/?type=3&theater	
Fig.17 Protesto de moradores pela habitação	59
Fotografia de Alexandre Alves Costa. Retirado de Dossier Pedagógico: O Processo SAAL: Arquitetura e Participação 1974—1976	
Fig.18 Protesto de moradores em 1975	59
Fotografia de Alexandre Alves Costa. Fonte: https://www.disegnodaily.com/article/the-saal-process-housing-in-portugal-1974-76#slide-1	
Fig.19 Reunião para a criação da Associação de Moradores 18 de Maio em 1975	61
Fotografia retirada de <i>Portuguese Architecture and Identity. The SAAL Process: an (un)repeatable dream. Case study of Portela-Outurela, Oeiras</i> . Fonte: http://ricardosantos.net/investigacao/74-14-saal-and-architecture/	
Fig.20 Mostra de projetos aos habitantes	61
Imagem retirada de https://www.snpcultura.org/vol_operacoes_saal_um_dos_mais_importantes_documentarios_portugueses.html	
Fig.21 Construção da sede da Associação de moradores com participação da população local	63
Imagem retirada de <i>Portuguese Architecture and Identity. The SAAL Process: an (un)repeatable dream. Case study of Portela-Outurela, Oeiras</i> . Fonte: http://ricardosantos.net/investigacao/74-14-saal-and-architecture/	
Fig.22 Construção das habitações	63
Fotografia do cartaz do documentário <i>As Operações SAAL</i> (2009) de João Dias	
Fig.23 Carta dos BIP/ZIP	65
Aprovada pela Câmara Municipal de Lisboa em 2010. Fonte: http://www.cm-lisboa.pt/viver/habitar/patrimonio-habitacional-cartas/carta-dos-bip-zip	
Fig.24 Espaço correspondente à área de intervenção do projeto "Somos Todos Bensaúde"	67
Fotografia retirada da página oficial Somos Todos Bensaúde https://www.facebook.com/somostodosbensaude/photos/a.514791458888856/544814605886541/?type=3&theater	

Fig.25 Arraial no Bairro Bensaúde no âmbito do projeto BIP/ZIP “Somos Todos Bensaúde”	67
Fonte: https://expressodooriente.com/arraial-no-bairro-bensaude/	
Fig.26 Projeto "Liga-te ao Bairro" Estado inicial	69
Fotografia retirada da página oficial Liga-te ao Bairro https://www.facebook.com/434710710022553/photos/a.436788613148096/436789829814641/?type=3&theater	
Fig.27 Projeto "Liga-te ao Bairro" Reformulação do espaço através de pinturas	69
Fotografia retirada da página oficial Liga-te ao Bairro https://www.facebook.com/434710710022553/photos/a.581297342030555/581297558697200/?type=3&theater	
Fig.28 Projeto "Liga-te ao Bairro" Instalação de hortas e reocupação do espaço	69
Fotografia retirada da página oficial Liga-te ao Bairro https://www.facebook.com/434710710022553/photos/a.434753596684931/603424579817831/?type=3&theater	
Fig.29 Planta do lugar da Trafaria - levantamento e desenho produzido pela Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, 1793	77
Imagem disponibilizada por Portugal-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército. Cota 4678-2-22A-109	
Fig.30 Vista dos Moinhos e atividade piscatória	79
Fonte: https://mar-da-costa.blogspot.com/2016/06/o-juncal-da-trafaria.html	
Fig.31 Praia da Trafaria - atividade piscatória e banear	79
Fonte: https://mar-da-costa.blogspot.com/2017/02/trafaria-e-costa-de-caparica-em-1901.html	
Fig.32 Casa na Cova do Vapor, 1949	79
Fonte: https://almada-virtual-museum.blogspot.com/2014/07/trafaria-e-cova-do-vapor-em-1946.html	
Fig.33 Plano da Costa da Caparica de Cassiano Branco, 1930	83
Fonte: http://gandaia.info/?p=8005	
Fig.34 Perspetiva axonométrica do Plano de Pormenor da Frente Urbana sobre o Tejo na Trafaria de Faria da Costa, 1987	84
Retirado de Morfologia Urbana e Desenho da Cidade (1993) de José M. Ressano Garcia Lamas.	
Fig.35 Cortes esquemáticos de hipóteses de organização do espaço urbano da frente mar e equipamentos associados do Plano da Área da Trafaria-Costa da Caparica de Faria da Costa	84
Retirado de Morfologia Urbana e Desenho da Cidade (1993) de José M. Ressano Garcia Lamas.	
Fig.36 Planta do terreno desde Cacilhas até a costa a oeste e sudoeste da Trafaria da linha fortificada de redutos, 1813	85
Imagem disponibilizada por Portugal-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército. Cota 3611-3-34-47	

Fig.37 Reduto da Raposeira - remanescente forma hexagonal, 2019	85
Imagem retirada de Google Maps	
Fig.38 Gravura da Torre do Bugio	85
Fonte: https://almada-virtual-museum.blogspot.com/2015/04/trafaria-1900-cliche-faustino-antonio.html	
Fig.39 Ligação das infraestruturas militares pela Estrada Militar, 1967-68	87
Imagem disponibilizada por Portugal-Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infraestruturas do Exército – PM005, Processo 19	
Fig.40 Vista da Trafaria, década de 1900	89
Fonte: https://almada-virtual-museum.blogspot.com/2015/04/trafaria-1900-cliche-faustino-antonio.html	
Fig.41 Quartel do grupo de artilharia n.º 4, 1909	89
Fonte: https://almada-virtual-museum.blogspot.com/2015/04/trafaria-1900-cliche-faustino-antonio.html	
Fig.42 Fachada do Presídio no século XX	89
Imagem retirada do livro <i>Outrafaria</i> p.100	
Fig.43 Presídio no século XXI	89
Fonte: https://www.passear.com/2016/10/presidio-da-trafaria-acolhe-tres-exposicoes/	
Fig.441ª Bateria da Raposeira, 2018	89
Fotografia da autora	
Fig.45 Bateria de Alpena, 2018	89
Fotografia da autora	
Fig.46 Vista da praia da Trafaria para o Terminal Cerealífero da Silopor, 2018	91
Fotografia da autora	
Fig.47 Vista do Alto da Raposeira, da 1ª Bateria da Raposeira para a frente ribeirinha, 2018	91
Fotografia da autora	
Fig.48 Localização das várias zonas e destaque sobre os bairros informais referidos	93
Imagem produzida pela autora	
Fig.49 Construções habitacionais informais e casal em direção à zona balnear na Cova do Vapor	95
Fotografia de Ana Brígida. Fonte: https://ionline.sapo.pt/artigo/398127/cova-do-vapor-a-praia-da-caparica-que-cai-sempre-bem-?seccao=Mais	
Fig.50 Vista aérea do bairro da Cova do Vapor	95
Fotografia de Urban Nouveau. Fonte: https://un.se/work/cova-do-vapor/	
Fig.51 Vista da frente ribeirinha do 2º Torrão para o Terminal da Silopor	95
Fonte: https://www.scopionetwork.com/blog/2018/11/5/cova-do-vapor	
Fig.52 Vista da mata para o Bairro do 2º Torrão	95
Fotografia de António Cotrim. Fonte: https://tvi24.iol.pt/sociedade/segundo-torrao/bairro-na-praia-com-vista-clandestina-para-lisboa	
Fig.53 Desenho perspetivado do projeto da Casa do Vapor	105

Desenho de Miguel Magalhães retirado da página oficial Warehouse http://warehouse.pt/projects/casa-do-vapor-almada/	
Fig.54 Desenho em vista da Casa do Vapor	105
Desenho de Urbansketchers retirado da página oficial Warehouse http://warehouse.pt/projects/casa-do-vapor-almada/	
Fig.55 Processo construtivo da Casa do Vapor	107
Fotografia de Warehouse retirado da página oficial Warehouse http://warehouse.pt/projects/casa-do-vapor-almada/	
Fig.56 Atividade de entretenimento na Casa do Vapor	107
Fotografia de Alex Roemer. Fonte: https://www.domusweb.it/en/architecture/2013/08/06/casa_do_vapor.html	
Fig.57 Caracterização da Casa do Vapor com os moradores	107
Fotografia retirada da página oficial ConstructLab https://www.constructlab.net/projects/casa-do-vapor/	
Fig.58 Skate-park e mobiliário urbano da Casa do Vapor	107
Fotografia de Alex Roemer. Fonte: https://www.domusweb.it/en/architecture/2013/08/06/casa_do_vapor.html	
Fig.59 Ocupação da Casa do Vapor ao anoitecer	107
Fotografia de Alex Roemer. Fonte: https://www.domusweb.it/en/architecture/2013/08/06/casa_do_vapor.html	
Fig.60 Refeições da cozinha comunitária da Casa do Vapor	107
Fotografia de EXYZT retirada da página oficial Warehouse http://warehouse.pt/projects/casa-do-vapor-almada/	
Fig.61 Estruturas de marcação dos pontos de recolha de lixo	109
Fotografia retirada da página oficial In Situ - Laboratório de Intervenção em Arquitetura http://insitu.autonoma.pt/interventions/segundo-torrao-2013/	
Fig.62 Mobiliário infantil	109
Fotografia retirada da página oficial In Situ - Laboratório de Intervenção em Arquitetura http://insitu.autonoma.pt/interventions/segundo-torrao-2013/	
Fig.63 Construção de hortas urbanas	109
Fotografia retirada da página oficial In Situ - Laboratório de Intervenção em Arquitetura http://insitu.autonoma.pt/interventions/segundo-torrao-2013/	
Fig.64 Equipamento urbano	109
Fotografia retirada da página oficial In Situ - Laboratório de Intervenção em Arquitetura http://insitu.autonoma.pt/interventions/segundo-torrao-2013/	
Fig.65 Construção de estruturas de apoio às hortas	109
Fotografia de Fabio Petronilli e Mezzo Atelier. Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/756097/oficina-insitu-promove-a-criacao-de-hortas-e-jardins-comunitarios-em-almada-portugal	
Fig.66 Construção do mobiliário do Espaço de Leitura e Atividades da Biblioteca da Trafaria	111

Fotografia de Mariana Vargues retirada da página oficial Warehouse http://warehouse.pt/projects/espaco-de-leitura-e-atividades-biblioteca-da-trafaria-almada/	
Fig.67 Suporte de revistas	111
Fotografia de Mariana Vargues retirada da página oficial Warehouse http://warehouse.pt/projects/espaco-de-leitura-e-atividades-biblioteca-da-trafaria-almada/	
Fig.68 Instalação de cordas no mobiliário com apoio dos pescadores locais	111
Fotografia de Mariana Vargues retirada da página oficial Warehouse http://warehouse.pt/projects/espaco-de-leitura-e-atividades-biblioteca-da-trafaria-almada/	
Fig.69 Novo mobiliário: bancos empilhados, cadeiras e mesa	111
Fotografia de Mariana Vargues retirada da página oficial Warehouse http://warehouse.pt/projects/espaco-de-leitura-e-atividades-biblioteca-da-trafaria-almada/	
Fig.70 Ocupação do espaço com atividades lúdicas e exposições	111
Fotografia retirada da página oficial Espaço Cultural da Junta da União das Freguesias de Caparica e Trafaria https://www.facebook.com/628738823909961/photos/a.945447815572392/945452125571961/?type=3&theater	
Fig.71 Novo Espaço de Leitura e Atividades da Biblioteca da Trafaria	111
Fotografia de Mariana Vargues retirada da página oficial Warehouse http://warehouse.pt/projects/espaco-de-leitura-e-atividades-biblioteca-da-trafaria-almada/	
Fig.72 Passadiços pela praia	113
Fotografia retirada da página oficial In Situ - Laboratório de Intervenção em Arquitetura http://insitu.autonoma.pt/interventions/cova-do-vapor-2018/	
Fig.73 Parque infantil e mobiliário urbano	113
Fotografia de Michele Spatari retirada da página oficial Coletivo Warehouse: http://warehouse.pt/projects/workshop-transformar-almada/	
Fig.74 Espaço multifuncional	113
Fotografia de Michele Spatari retirada da página oficial Coletivo Warehouse: http://warehouse.pt/projects/workshop-transformar-almada/	
Fig.75 Sinalética de percursos e proteção das dunas	113
Fotografia retirada da página oficial Ensaios e Diálogos Associação http://e-da.pt/portfolio/transformar/	
Fig.76 Construção do equipamento do projeto Hallo: Plataforma Trafaria	115
Fotografia retirada da página oficial ConstructLab https://www.constructlab.net/projects/hallo-plataforma-trafaria/	
Fig.77 Instalação de hortas no Presídio ao abrigo do Projeto Jardim	115
Fotografia retirada da página oficial Ensaios e Diálogos Associação http://e-da.pt/portfolio/prisao-paraiso/	
Fig.78 Plataforma Trafaria: atividades sociais	115
Fotografia retirada da página oficial ConstructLab https://www.constructlab.net/projects/hallo-plataforma-trafaria/	
Fig.79 Utilização da matéria vegetal produzida nas hortas para a cozinha reativada do Presídio	115

Fotografia retirada da página oficial ConstructLab http://e-da.pt/portfolio/projeto-jardim/	
Fig.80 Refeições da cozinha comunitária do Presídio	115
Fotografia retirada da página oficial Ensaios e Diálogos Associação http://e-da.pt/portfolio/prisao-paraiso/	
Fig.81 Plataforma Trafaria: atividades culturais	113
Fotografia retirada da página oficial ConstructLab https://www.constructlab.net/projects/hallo-plataforma-trafaria/	
Fig.82 Estrutura metálica amarela condutora da circulação no Presídio	117
Fotografia retirada da página oficial In Situ - Laboratório de Intervenção em Arquitetura http://insitu.autonoma.pt/interventions/trafaria-2016/	
Fig.83 Cadeira metálica vermelha transformadora do cariz vigilante do miradouro do Presídio	117
Fotografia retirada da página oficial PZZL https://pzzl.fr/prisao-break	
Fig.84 Mobiliário do projeto Cinemar em construção e em diferentes utilizações	119
Fotografia de Collectif ETC retirada da página oficial Ensaios e Diálogos Associação http://e-da.pt/portfolio/cinemar/	
Fig.85 Intervenção de Pichi&Avo na Calçada de Santa Apolónia 65, 2018	201
Fotografia da autora	
Fig.86 Intervenção de Mário Belém, 150 anos da abolição da pena de morte em Portugal, 2017	201
Fotografia da autora	

ANEXOS

ANEXO A - Conversa com coreógrafa bailarina Olga Roriz

Companhia Olga Roriz - Palácio Pancas Palha

23 de maio de 2018

Duração: 40min

1. Certamente já existem áreas de contacto entre a arquitetura e a dança, nomeadamente a cenografia, acha que há outras formas de contacto ou de afastamento entre as disciplinas?

Por acaso é engraçado falares nisso porque tive à muito pouco tempo, à três dias, um convite do realizador Henrique Pina, é um rapaz, um realizador muito jovem mas que já fez uma série de trabalhos interessantes e, portanto, de ficção como documentários, e este último é um documentário sobre um arquiteto, precisamente, não me lembro agora do nome do arquiteto mas depois posso saber⁴, onde, numa certa altura, o arquiteto fala mais ou menos que uma das coisas mais importantes no trabalho do arquiteto não são as paredes que se constroem mas o espaço entre elas, e ele, o Henrique Pina, achou que podia ser muito interessante essa ocupação do espaço. Então foi buscar uma bailarina, a Teresa Alves da Silva, para “demonstrar” o que é que é uma ocupação do espaço pelo corpo. Portanto, isto não é do ponto de vista da cenografia, é do ponto de vista de como é que a dança pode, do ponto de vista mais pedagógico para a arquitetura, explicar uma coisa dessas, de o que é que é isso do espaço. E a dança tem uma relação muito especial com o espaço, com o tempo e com o espaço.

Pronto, e ele [Henrique Pina], depois fez-me um convite porque vai fazer um novo, não sei se é um documentário, se é um vídeo de dança, se o que é que é...acabei por não perceber ainda

⁴ Aires Mateus: Matéria em Avesso (2017)

nem para o que é que é, mas que era muito interessante, que são 5 edifícios de 5 arquitetos conhecidos, 5 edifícios especiais, com 5 coreógrafos que vão habitar esses 5 espaços. Um dos coreógrafos sou eu, o Paulo Ribeiro, a São Castro, o Victor Hugo Pontes... E eu escolhi a Casa das Mudanças, no Funchal. Escolhi, não um bailarino normal, mas uma bailarina que faz dança vertical⁵, portanto os aéreos. E depois eu falei com ele sobre isso, ele achou “Ah sim, especial e tal”. Por acaso ela tinha um espetáculo naquela noite, ali no Museu da Marioneta, e fui com ele e fomos ver. Ele achou excepcional, claro. Ainda por cima na Casa das Mudanças, imaginas o que é que é nós estarmos na Casa das Mudanças, aquilo faz uma escarpa para o oceano e estarmos a ver uma pessoa no meio do nada, não é? Porque ela só tem os pés assentes na própria parede. Agora estamos no momento do problema de como é que se vai por um mosquetão na Casa das Mudanças [risos], ou noutra sítio qualquer, como é que o arquiteto vai deixar, se...bom..., mas depois também há outras formas de fazer a montagem dos mosquetões, etc.

Portanto, há aqui uma ligação direta entre o corpo-arquitetura sem ser a arquitetura pelo ponto de vista cenográfico vir para o palco, não é? Há um habitar, que eu acho muito bonito, que é sair dos espaços, uma espécie de *site specific*⁶. Isto vai ser feito também com uma residência, nós temos que ir apalpar um pouco o edifício, perceber o que é que ele nos dá para poder criar uma dança à volta disso, neste caso com a dança vertical. E os outros coreógrafos vão ter exatamente a mesma coisa, com outro tipo de relação com o espaço. Mas o espaço da arquitetura, o espaço em si sempre foi uma coisa para mim muito importante, para já porque a dança como relação com o espaço, quer tu queiras quer não, ela está logo relacionada com o espaço de arquitetura que é o palco, que é o edifício. É convencional, porque se convencionou que é assim, que o palco está assim, naquele sítio, que a plateia está mais abaixo ou então é anfiteatro, um

⁵ Magalie Lanriot - dançarina intérprete e professora de dança vertical na Universidade de Lisboa, responsável pedagógica e professora de dança contemporânea no F.O.R. Dance Theater da Companhia Olga Roriz em Lisboa.

⁶ Termo específico que se refere a um tipo de arte projetado para um espaço, um local específico com o qual mantém uma inter-relação direta e que, ao ser de lá retirado, perde o seu significado.

bocadinho mais democrático, com o enquadramento e não sei quê. Mas depois, por exemplo, eu gosto muito de utilizar, e sinto sempre muito a falta, de não ter panos, não ter bambolinas nem pernas, não sei se sabes o que é que é. **Sim, sim, sei.** E de ver o palco cru, nu como ele é, se é de pedra, se é de cimento, se é preto, se é cinzento, se tem lá coisas, o que tem, o que tiver. E isso é uma imposição, logo à partida, que o coreógrafo pode achar “não, isto é uma imposição muito grande” e não só é uma imposição porque é uma mudança de palco para palco. Sempre que tu entras num palco, tu aceitas ou não aceitas a imposição da cena, daquilo que o arquiteto fez para aquele edifício.

Pronto, já te estou a dar dois pontos de vista um bocadinho diferentes, já nem me lembro qual era a pergunta. Nem sei se te respondi.

Sim, era se haviam formas de contacto ou de afastamento entre as áreas, obviamente que sim, acabou de me responder.

Sim, sim, sim claro que sim!

2. A cidade e o espaço urbano foram, alguma vez, inspiração ou ponto de começo para alguma peça?

Sim, foi. Eu fiz uma peça, aquela que é mais óbvia é uma peça que se chama A Cidade. Eu achei que, por acaso, o cenógrafo fez um muito bom trabalho só com aquelas mangas plásticas e aquela verticalidade no fundo era para dar a entender e a perceção da pequenez dos bailarinos e aquela verticalidade do espaço em si, apesar de não haver grande construção, aquilo eram mesmo só as três paredes e depois a quarta parede. Aquela quarta parede foi muito importante para mim, que o início começa com a quarta parede e com o fumo lá dentro, não sei se tu te lembras do início, que eles não são vivíveis e depois são cada vez mais visíveis. Essa quarta parede, para mim, era como se fosse o espaço interior da arquitetura, o espaço interior de um prédio, no fundo onde todos vivemos um pouco fechados, e depois a abertura para a cidade, a

abertura para a rua. Portanto, era um bocadinho o interior-exterior. E obviamente que aí sim...eu estou sempre muito em observação e observo a cidade, que é onde eu vivo, a cidade de Lisboa. Uma das minhas matérias de observação que eu gosto mais, gosto mesmo, e que tenho captado por fotografia, são ruínas. Adoro ruínas. Não sei porquê, acho que toda a gente adora. Acho que é uma questão da história... **e da memória.** Da memória, do que é que se passa, do que se passa ali dentro, do tempo que passou. E apetece-me sempre imenso fazer espetáculos dentro de ruínas, e não é preciso ser ruínas históricas, é prédios abandonados, que não tem nada lá dentro. Depois aquilo não tem possibilidade de ter público lá dentro, é sempre muito confuso, depois a Câmara não deixa... bom, é uma grande confusão, eu nem parto para aí. De qualquer forma há espaços que já foram remodelados, por exemplo, o Festival de Montemor-Velho tem a Sala B que é o antigo celeiro que ardeu numa certa altura. Aquilo tinha dois andares, agora não tem andar nenhum, está a céu aberto e aquilo é uma sala de espetáculos. Tem só as janelas com os banquinhos de namoradeiras em mármore, em pedra. E aliás, um espetáculo que eu fiz, eu começava numa dessas janelas e tinha lá uma corda, mas era uma corda que estava guardada. Então as pessoas entravam e julgavam “Será que ela vai fazer o solo todo naquela coisinha daquela janela?” [risos] E aquilo estava para aí a 7 metros de altura, mas depois eu tiro a corda e venho em rapel, desço cá para baixo. Mas, por exemplo, foi um espaço que eu nunca me esqueci e depois a mutação deste espaço para dentro de um espaço de um palco também já foi uma dificuldade. Aquela corda passou a ser o cordão umbilical, passou a ser outra coisa, e eu agarrei-a com o mosquetão, agarrei-a sempre aos palcos e era como se eu tivesse ali a ser agarrada.

Mais espetáculos...em relação a esse d’A Cidade, eu nessa altura estava a criar o espetáculo na Rua da Prata, tinha o meu estúdio na Rua da Prata, ainda não estava aqui. Então a Rua da Prata é um sítio fantástico, porque estás ali no coração da cidade, tens aqueles rasgos que vão até ao rio, mas no centro da cidade, com as pessoas que lá vão e que vêm, com os carros que vão e que vêm, pronto esta coisa muito pombalina que é muito geométrica, muito pouco caótica

como já é o Bairro Alto ou aqui mais para o Castelo de S. Jorge. Aquilo ali não é nada caótico, é tudo muito geométrico, portanto é muito esse lado de cidade mais urbana mais forte. Portanto para mim foi muito bom. Eu vivo no Rossio, estes vaivéns entre o Rossio e a Rua da Prata, a todo o tempo, todos os dias, andava sempre com a máquina de fotografar, sempre a fazer fotografias, isso foi muito importante, essa inspiração para fazer esse espetáculo. Aliás, o cartaz também veio de uma das fotografias que eu tirei de umas montras, onde agora é um hotel. E era uma loja qualquer na altura. A loja tinha fechado, portanto venderam a loja, e o hotel ainda não estava construído, o hotel que existe agora na Praça da Figueira. Então as montras todas estavam com papel de jornal, vários jornais, e cada vez iam ficando mais amarelos. Então a fotografia do cartaz tinha a ver com essa montra de jornais amarelecidos do prédio devoluto ou vendido e que nunca mais se faz a construção. O tempo entre uma coisa e outra. E estas mudanças também são muito interessantes. Este quase emparedar das coisas, quando elas deixam de ter a sua função...uma montra deixa de ter a sua função, uma janela deixa de ter a sua função e aparece a janela emparedada e a montra com jornais, essas coisas acho muito interessantes e inspiram-me. As coisas fora das suas funções normais. Mas bom, foi muito inspirador. Depois a cidade é o que me rodeia, portanto consciente ou inconscientemente é sempre...**é sempre uma fonte.** É sempre, sim. E pronto uma cidade é feita com pessoas, mas é feito muito pela arquitetura, sobretudo. Porque é aquele cimento e mais cimento e mais cimento que está ali em cima e nós temos que andar por dentro e à volta daquilo. Uma cidade é arquitetura.

3. Agora vejamos ao contrário. Falou nos espaços obsoletos, há imensos espaços que a arquitetura acaba por não tocar porque não tem maneira aparente de os resolver. Acha que a própria dança pode ter influência na cidade? Em vez de ser a cidade a inspirar a dança, a dança pode ajudar no processo da arquitetura ou na apropriação desse tipo de espaço abandonados?

Eu acho que sim, que pode. Por acaso não é só a dança. Mas sim. E volto outra vez à dança vertical, isto que eu vi no Museu da Marioneta. A rua estava cheia e de repente foi algo que aconteceu no meio de um fim-de-semana, às dez da noite, de repente umas luzes que se abrem num prédio e uma menina que aparece numa varanda e a cidade para. Aquele bocado de cidade parou. E ficou tudo ali a olhar, adoraram, amaram, pronto. Tem a ver com a intervenção da arte sobre a arquitetura, sobre os prédios, sobre a cidade, com mais ou menos qualidade. Eu sinto, por acaso a dança não vai muito para a rua, mas sinto que a nível musical, por causa desta afluência turística, as pessoas que estão na rua têm mais qualidade. Porque uma das coisas que tu notas, uma das coisas que tu sentes é, quanto melhor é a cidade, mais rica, mais turística, melhor é a qualidade dos artistas de rua. Isso é muito engraçado. Por exemplo em Florença, tem artistas de rua tipo cantores de ópera que acabaram de fazer o seu curso de conservatório, que não têm muito dinheiro, não é? Que nenhum aluno tem, nenhum estudante tem. E mais o amigo que também era violinista e que de repente passam ali dois meses, e até já têm um cd gravado...e há vozes maravilhosas. Aliás, por Florença toda, o que se ouve é lindíssimo sempre. Porque, pronto, também é uma cidade muito cultural. Tem por exemplo uma coisa que eu acho uma pena nós não fazemos, temos tantas igrejas. Porque é que não fazemos concertos? Em Roma, Milão, Florença, Veneza, todas as igrejas têm concertos às sete da tarde. Todas as igrejas. Todas. Mas atenção, não são concertos de música sacra! Não tem nada a ver com isso. Portanto, pode ser o Pergolesi, tudo bem, como de repente são áreas de ópera, como pode ser uma orquestra de câmara, como pode ser...a última que eu vi em Roma era do compositor Moretti, italiano, de músicas de filmes. E é fantástico. Está sempre cheio. E com estes turistas todos que nós temos estaria sempre cheio. Ou até fado. Fado é lindíssimo dentro de uma igreja, porque aquilo tem um eco maravilhoso. E fazer as pessoas entrarem nesses edifícios que são fortíssimos, não só para ficarem a ver, mas para terem algo de arte também. Coisas de dança também já vi. Assim como nas ruínas do Carmo, também já vi imensas coisas de dança, que é muito bonito. Só que é preciso as pessoas terem vontade, investirem, terem ideias também. Não

é por falta de projetos. Por exemplo, esta Magalie...por acaso ela é francesa, mas já está cá há muito anos. Ainda hoje eu estava com ela, como a convidei, estava com ela. Diz que é super difícil... já andou por aí pelas Câmaras todas... super difícil vender o seu produto, que é uma coisa lindíssima. Pensam que é uma coisa de circo. Ela não tem nada a ver com circo, ela é bailarina e é professora de dança contemporânea, não tem nada a ver com circo. E não entendem, mesmo com os vídeos que são lindos. E ela disse “pronto, agora como vou fazer este vídeo contigo, pode ser que agora quando veem a Olga Roriz percebam que isto é dança, que não é circo”. Mas bom, é preciso também...iniciativa. Pois! E que as instituições se abram a isso. Porque às vezes há iniciativa por parte dos artistas e depois não há resposta. E depois vais uma vez, vais duas vezes e à terceira vez já não vais.

Por acaso isso é um tema que tem crescido nos Açores, que é um meio muito mais pequeno do que aqui, e durante muitos anos não havia assim uma iniciativa apelativa à cultura.

Sim, até mesmo o teatro de São Miguel, nós íamos lá todos os anos, agora, para aí já à seis anos, que “não têm dinheiro, não têm dinheiro, pronto”. O Teatro Micaelense. Mas ias dizer?

la dizer que tomaram iniciativa e criaram um festival de arte pública, até foi por aí que o meu interesse cresceu, e que, inicialmente, era só peças de arte desenhadas tipo grafiti, mas que depois foi evoluindo e as pessoas foram-se abrindo ao próprio festival e à cultura e já fazem mesmo performances de dança nas ruas com as pessoas.

Claro, exatamente, é a arte a vir para a rua, claro que sim. Faz todo o sentido. Mas nós temos ainda também a coisa do pobrezinho. A arte na rua não tem que ser pobre. E isso tanto para o artista como para a pessoa que está a passar na rua ainda está muito baralhada. Isso aí é toda uma viagem que tem que se fazer. É um estereótipo ainda. Pois, pois! Mas isso são as mentalidades que tem que se mudar. Há coisas boas e há coisas más nesta invasão turística de

Portugal, mas uma das coisas boas será a nível de mentalidades, porque nós abrimo-nos a outras culturas, outras pessoas, ficamos mais abertos. Uma coisa que é muito boa é que os turistas estão de férias, portanto todos felizes. E agora sim, que estou a viver no Rossio, eu saio cá para fora e só vejo pessoas a rir, a sorrir, a tirar fotografias e eu fico bem-disposta! Não é aquelas pessoas a irem para o trabalho...e realmente, fez um sorriso na cidade. Eu acho que isso é interessante. Depois há muitas outras coisas más, sim, imagino que sim. Mas nesse aspeto é engraçado. Depois é chato que queres ir ao supermercado e está uma fila que nunca mais acaba. Ou entras numa loja e falam-te em inglês [risos]. Mas essa situação é interessante, de quando há mais turistas na cidade, quando há mais capacidade financeira, o artista de rua aflui mais, vem para essas cidades. E tu vais ver que vai haver uma diferença, daqui a uns anos, no trabalho de rua que se vai fazer aqui. Eu já sinto. No Rossio já se sente. **Sim, era isso que ia referir. Eu acho que já há alguma diferença.** Já, já. Já se vê muitos estrangeiros, por exemplo. E eventualmente aí os bons portugueses vão ter a coragem também de sair, por causa da mentalidade “ah eu não vou fazer um espetáculo de rua porque sou um artista, não vou andar a pedinchar esmolinhas”. Mas não é bem isso.

4. Acha que a própria dança ou projeto artístico, a arte em si, pode ajudar a cidade a ter um carácter ou uma identidade própria?

Sim, claro que sim, acho que sim. Até porque o que se vê nunca cidade não se vê noutra, ou o que se ouve numa cidade não se ouve noutra. Agora, era bom que fossem influenciados eventualmente pelos turistas, pelos estrangeiros que venham, que acham que aqui é um espaço bom para se poderem apresentar em artes de rua, mas que se tragam também os portugueses, porque há muitos. E aí vai haver uma identidade, porque a nossa identidade não se faz com os estrangeiros. Faz-se com os portugueses. Podemos influenciar os estrangeiros ou outra coisa. Porque obviamente é muito bonito ir a Paris e ouvir um acordeón, como ir a Budapeste e ouvir a Valsa de Strauss, como ir a Milão e ouvir um violinista e chegar aqui e ouvir um guitarrista. A

guitarra é o nosso instrumento. Estou a falar a nível musical. Depois, como tu sabes, a arte é uma coisa que cada vez se globalizou mais. O que é que se dança aqui que seja diferente do que se dança em Londres? Sem ser a coisa da dança tradicional. Mas sim, acho que é muito importante para uma identidade, para o saber estar na cidade, não nos fecharmos nas nossas casinhas e a arte não ser só para os eleitos, para os teatros. Portanto, devia ser muito acarinhada, para não ficar a tal coisa do pobrezinho.

Pois, acarinhada e tem que partir de uma iniciativa mais pública, menos de identidades legais e fechadas, mas mais de uma forma informal.

Sim. Por exemplo, esta rapariga [Magalie Lanriot] conseguiu um estúdio para ela trabalhar, porque imaginas para ela fazer coisas aéreas tu precisas de um edifício por fora e uma parede por dentro. Ela andou aí por todo o lado, chegou à faculdade de desporto, na Ajuda, que é todo um empreendimento de desporto. A fachada, tanto de frente como de trás, é só tijolos sem varandas nem nada. De um lado e do outro é toda envidraçada. Quando ela quase já estava a desistir de insistir, adjudicaram o que ela queria. Deram autorização para que ela fizesse as coisas lá, mas não davam nem um tostão. Ela teve que fazer tudo, gastou centenas e centenas para instalar tudo o que precisava. Entretanto já instalou uma escola também lá, já está preparado para dez ou oito mosquetões, tem workshops...investiu tudo ali. É uma coisa que é quase do Estado e que deviam promover. E é potente, é uma relação com o edifício que é maravilhoso. Mas sim, pois, esse apoio era muito importante. O trabalho que ela está a fazer, aos poucos vais conseguir, aos poucos vai mostrando.

5. Acha que este projeto artístico pode ser fundamental na própria conceção arquitetónica, de um edifício ou de um espaço? Um papel fundamental ou potencialidades?

Quer dizer, eu acho que há uma procura dessas potencialidades por um lado e depois ele potencia-se por outro. Por exemplo, nesse espetáculo que fomos ver, a fachada do Museu da



Fig. 85 Intervenção de Pichi&Avo na Calçada de Santa Apolónia 65, 2018



Fig. 86 Intervenção de Mário Belém, 150 anos da abolição da pena de morte em Portugal, 2017

Marioneta nunca mais é a mesma. Porque houve lá memória, houve coisas a acontecer. E quando uma pessoa passa ali, se viu o espetáculo, vê aquela mulher...tem uma percepção completamente diferente. As experiências, as vivências que nós temos diferentes de um espaço que não é só entrar e sair, mas ver transformar-se em local de criação, local artístico que, à partida, não estava pensado para isso, mas de repente ele tem essa faceta. **Ou seja, pode promover uma renovação da função do espaço.** Uma renovação tanto do edifício como da visão do transioto, da pessoa da cidade, como das pessoas que vivem à volta, têm vivências do espaço. As coisas ficam a ecoar sempre, desde que seja para bem é ótimo. É como o Vhils. O Vhils é fantástico, o que ele faz nas fachadas dos prédios, que agora já não é só nas fachadas dos prédios abandonados, agora já pagam para o senhor fazer. E ele não faz pagar pouquinho [risos]. O último que eu soube, estive na Tailândia e estive na Embaixada Portuguesa e a Embaixada cá fora tem um muro muito comprido, e assim que entrei na rua disse logo “Ah aquilo é do Vhils”. Há muitos outros artistas, a impressão da pintura nos prédios também é muito forte. Da semana passada para esta semana, houve duas intervenções aqui na rua que são incríveis, são fortíssimas. Sempre que eu passo agora...é uma aqui no edifício ferroviário, no início do edifício que é o início da Rua Santa Apolónia⁷ e logo em frente também, num jardim⁸. E não sei de quem é, aquilo tem ar de que a Câmara contratou alguém para fazer aquilo, porque não é selvagem. Isso é muito bonito, faz vibrar a cidade de outra maneira.

⁷ Pichi&Avo, um duo espanhol cujo estilo de projeto se trata de uma fusão das disciplinas da arte, escultura, arquitetura, espaço e contexto social, desconstruindo os conceitos de arte clássica e a arte urbana contemporânea, mas respeitando a herança. A Fig. 85 apresenta o trabalho destes artistas numa empena na Calçada de Santa Apolónia, no âmbito do programa de arte pública para a cidade de Lisboa, promovido pela plataforma Underdogs para 2018.

⁸ Mário Belém, ilustrador e designer gráfico, trabalha em projetos de pequena escala no seu estúdio e projetos de grande escala no espaço urbano de Portugal. A Fig. X foi um mural criado em 2017, no âmbito das celebrações dos 150 anos da abolição da pena de morte em Portugal, ocupando uma parede e o muro contíguo localizados no cruzamento da Rua da Bica do Sapato com a Rua Diogo Couto.

Uma das coisas que estavas há bocado a falar dos armazéns, eu acho que é incrível quando se pega nos armazéns, ou as grandes fábricas, mantendo as fachadas ou mantendo um bocadinho do que era, transformam-se em coisas boas para a cidade para os habitantes. Eu estive naquele júri do prémio Távora, no Porto, havia dois prémios possíveis e um deles tinha precisamente a ver com um projeto de recuperação de armazéns. E acho que é muito importante porque cada vez há mais e cada vez vai haver mais. E sem ser aquela coisa de compra, deita abaixo e faz um centro comercial. E passa quase a ser uma Casa Museu, porque tem vida, não se destruiu. Tu para construir o futuro tens que estar um bocadinho agarrada ao passado. Não é bem agarrada, é não destruir, é estar em contacto. É a questão da memória e da ruína. Claro! Claro! Eu percebo que não temos que estar presos, mas temos que ter conhecimento e saber o que se fez. Eu tenho esse problema com os meus alunos em improvisação que muitas vezes têm ideias de companhias que se calhar já nem existem. “Já vos disse que têm que ir à internet, agora é muito simples, é só abrir o computador e fazem um estudo das companhias de dança e coreógrafos que existem para não estarem a fazer as mesmas coisas.” Obviamente somos sempre influenciados, tu olhas se gostas daquilo, se te diz alguma coisa, não é desistir daquilo nem é copiar, mas é perceber porque é que aquilo me diz alguma coisa, que pontapé é que dá para evoluir. Isso dá muito trabalho, já a falar no geral, para muita gente.

Obrigada!

ANEXO B – Conversa com professora doutora Alexandra Paio

ISCTE-IUL

19 de julho de 2019

Duração: 1h

1. Através do seu contacto com os programas públicos BIP/ZIP e ações interventivas, em específico o In Situ em Almada, no 2º Torrão, gostaria que iniciássemos por falar sobre o impacto social e urbano que associações e programas urbanos possam ter na esfera urbana.

Eu vou começar por ir um bocadinho mais atrás para contextualizar o que nós estamos aqui a falar. Na minha perspetiva como arquiteta, todo o enquadramento destas ações que tenho estado a realizar partem muito daquilo que foi o SAAL, portanto, o papel do arquiteto enquanto agente social, um ator da sociedade. O arquiteto tem a sua *expertise* e essa *expertise* é utilizada para, com as pessoas, produzir soluções que estão mais adequadas ou que estão mais adaptadas aos públicos com que estamos a trabalhar. E aqui o que eu tenho estado a fazer é partir de todo esse contexto. Portanto, são movimentos que acontecem nos anos 60/70, em oposição ao modernismo e a uma visão *top-down* sobre o território. Os arquitetos têm conhecimento e desenham sobre o território como se fosse um papel, um desenho, um território desenhado. Com a *team X*, começam a ser introduzidas outras lógicas, numa oposição ao que estava a ser realizado pelos modernistas. Tudo isto tem, claro, uma contextualização de várias outras áreas que não são só a arquitetura. Tem que ver com o Henri Lefebvre e o *Direito à Cidade*, com a Jane Jacobs e com todos os movimentos do ativismo nos Estados Unidos, depois que passa para a arquitetura com o *team X* e vem muito até aos nossos dias com um senhor chamado Jan Gehl que traz estas lógicas.

Também nesse período, o que acontece é que nós temos; e por isto é que eu entro nesta área de visão social, na qual eu não estava, estava, sim, numa área tecnológica; a vantagem de ver

que as tecnologias estão completamente ao dispor destes novos ativismos e desta nova forma de associação. Estas, novamente, partindo da filosofia, da psicologia, da antropologia, nós arquitetos percebemos que somos um ator e que estas novas ferramentas tecnológicas, como as plataformas digitais, uma coisa chamada *wikiculture*, uma quantidade de softwares tão open, permitem ao arquiteto trabalhar transdisciplinarmente, trabalhar com muitas outras áreas e ter um papel muito ativo na produção do espaço público.

Perante isto, tudo começa com o trabalho do In Situ. Num convite particular no âmbito da Trienal desse ano [2013], o professor Pedro Campos Costa convida-nos para fazer parte do In Situ. Novamente, o que eu tinha ali eram as novas tecnologias que permitiam àqueles grupos rapidamente olhar para aquele território e apresentar soluções construídas. Não era só ir para o sítio fazer diagnóstico, que é o que na maior parte das vezes os técnicos fazem, ou as outras áreas sociais fazem – fazem um diagnóstico, questionários e fica parado naquela informação muito estatística e menos no desenho específico do território. E o Pedro Campos Costa o que faz é convidar-me para, através do laboratório, poder materializar essas ideias; os alunos poderem frequentar o laboratório e poderem fazer ideias específicas para aquele território. Trabalhamos com as associações locais, trabalhamos com as pessoas do território, com a UAL – Universidade Autónoma de Lisboa – com o departamento de arquitetura, e foi um trabalho longo de vários meses naquele espaço. Antes de chegarmos ao território, acho que foi em setembro, nós fizemos muito trabalho, de falar com as associações, de convencer as pessoas, de conhecer muito bem a realidade para depois conseguirmos atuar já numa lógica importante de parceria. Porque se nós chegarmos a um território e dissermos “vimos aqui fazer este trabalho” e não tivermos feito um trabalho de sensibilização para o que é que vai ser o trabalho e o que é que vai ser o resultado ou o possível resultado, as pessoas desconfiam do que é que nós estamos ali a fazer. Costumo dar sempre este exemplo que é a primeira vez que todos nós nos reunimos, nós as pessoas a UAL e do ISCTE, que fomos ao território para nos reunir com as associações locais, chegamos a um café que existe no Torrão 2 e perguntamos onde é que

era a associação local e eles olharam para nós e disseram “bem, não entrem aqui, porque podem vir a ser assaltados. O caminho para vocês irem até à associação é irem por fora e vão encontrar um espaço mais vazio e nesse espaço vazio está uma casa onde estará o representante da associação de moradores aqui do Torrão.” E assim fizemos. Fomos por fora. E terminamos este workshop a almoçar em casa das pessoas, as pessoas a abrirem as casas para nos explicarem que problemas é que tinham e a forma como os podíamos resolver. Tudo soluções muito precárias, habitações muito precárias. E o que é interessante é isto, é irmos de um ponto onde não conhecemos ninguém, a própria associação olhou para nós com interesse mas alguma desconfiança, mas nunca nos fecharam as portas e o que aconteceu no final foi que abriram, efetivamente, as portas e isso permitiu-nos a nós, principalmente a mim como arquiteta, perceber que nós podemos ter efetivamente um papel mais ativo como agentes sociais do que no início eu pensava que poderíamos ter. E aprendemos imenso com a realidade. Aprendemos imenso com as pessoas, tivemos um contacto específico com as necessidades das pessoas que são específicas também do território onde elas estão a viver. Verificamos, também, que em todas as visitas que nós fazíamos não havia mulheres e crianças no território e achávamos muito estranho porque nos sensos era evidente que havia crianças e mulheres no território, mas nunca as tínhamos visto. Só víamos homens. E na sessão final, vimos mulheres e crianças no espaço, numa celebração que nós fizemos no âmbito da trienal no último dia de fecho do workshop, estavam na rua a falar e a trabalhar connosco e a mostrarem-nos todo o trabalho que tinha sido realizado. Portanto, este para mim é o lado social que o arquiteto pode ter num determinado território.

É evidente que não foram resolvidos todos os problemas daquelas pessoas. E isso é outro problema que nós temos agora e que tenho tido em todos os trabalhos que tenho realizado no âmbito dos territórios colaborativos, de algumas escolas de verão, de olhar para os territórios, de trabalhar com processos de cocriação, envolver múltiplos agentes, múltiplos atores no território, de poder proporcionar a alunos a percepção de que há outras formas diferentes de fazer e

proporcionar o contacto direto com as pessoas e com as suas necessidades. O que eu verifico é que durante este período em que nós estamos lá, as coisas correm bem, mas depois, quem é que continua o trabalho...?

2. Então coloca-se aqui a questão da permanência ou efemeridade das consequências e impactos urbanos destas ações interventivas sociais.

Pois. Naquele momento é. Todos nós ficamos contentes. Neste In Situ produzimos objetos, os objetos ficaram no sítio. Foi interessante porque eles se mantiveram no sítio sem serem destruídos. Foram mesmo destruídos pelas condições ambientais e pelo material que nós tínhamos escolhido na altura, porque era um material não muito perene, era efémero. Ninguém destruiu aquilo que nós realizamos. As pessoas apropriaram-se e utilizaram. Só que com o tempo elas foram-se destruindo. O que é que acontece depois, como é que avaliamos e quem é que fica neste território é uma das preocupações que tenho tido agora.

Por exemplo, nesta última escola de verão que fizemos, que se chama Technic Politics, havia duas áreas urbanas de génese ilegal. Trabalhamos com as associações locais para conseguir produzir soluções para aquele território. As casas são ótimas, são soluções informais, mas não temos nada a dizer nem em relação à habitação e nem ao lote. É autoconstrução com materiais bons. Só que, o acontece é que o espaço público não tem qualidade. Ou seja, não tem passeios, não tem praças, não tem espaços de estar. Uma das coisas que acontece nesse espaço é que as crianças ou estão em casa ou estão num ATL, nunca a viver o espaço público, pois não há sítio para tal. Nós conseguimos produzir um conjunto de soluções interessantes que surpreenderam a própria câmara. Envolvemos técnicos da câmara, os participantes foram diversos, os professores também foram de diversas áreas. Conseguimos produzir coisas bastante interessantes, uma reflexão interessante para a câmara do que pode vir a ser aquele espaço. Mas como não temos agora ninguém que continue a trabalhar as soluções para aquele sítio, as soluções ficaram paradas. Isso é um dos grandes problemas que nós temos.

Nos BIP/ZIP a mesma coisa. Portanto há um valor para uma determinada ação, a ação acontece, mas depois a maior parte destas não podem ficar apenas limitadas a um período muito curto de concretização. Porque são áreas muito carenciadas de atenção e o município tem de continuar a dar atenção a esses espaços, só que o problema é que não têm o conhecimento ou os meios necessários para continuar o trabalho. Qual a solução para combater isto tem sido uma das maiores preocupações.

É claro que, eu estive 15 dias nestes dois bairros. Devia ter sido muito mais tempo para nós conseguirmos fazer o quê: uma palavra muito interessante que eu não consigo traduzir para português Portugal - “empoderamento”. Podermos empoderar as pessoas que vivem no bairro, as associações locais, dar-lhes ferramentas para depois elas próprias terem autonomia para trabalharem o seu espaço, que foi, aliás, o que elas fizeram quando tiveram que produzir as suas próprias casas, ou quando tiveram que asfaltar o chão. Elas juntaram-se e fizeram. Fizeram o seu espaço. E elas identificam “sim é preciso espaço público, é preciso as pessoas irem para a rua”, é preciso uma quantidade de coisas que nós e eles identificamos como sendo fundamentais, mas falta o desenho. E o desenho é o papel do arquiteto. Desenhar essas soluções pode ser feito com elas, mas ainda não há essa rotina de começar aqui e depois continuar o trabalho. E isso tem acontecido com muitos outros projetos que eu tenho acompanhado internacionalmente, que é: sim estamos no território, juntamos as pessoas, apresentamos soluções, mas depois falta o seguimento, falta mais qualquer coisa.

Que foi também o que aconteceu com o SAAL.

Sim. Exatamente. Eu acho que há um papel muito importante a fazer com as associações e acho que nós arquitetos temos de pensar nesse problema: como é que nós efetivamente conseguimos dar continuidade aos projetos e os mantermos no território para ajudar aquelas populações.

3. O que torna este tipo de atividades de associações e atividades com a população importantes e impactantes, possivelmente mais do que planos de lógica *top-down*?

Explico com um exemplo do que aconteceu num outro projeto BIP/ZIP em que nós fomos convidados; primeiro projeto BIP/ZIP que eu fui convidada para intervir associada ao Laboratório de Fabricação Digital. O Laboratório foi contactado por uma associação num consórcio BIP/ZIP que tinha ganho um projeto em Marvila, no Bairro Marquês de Abrantes, onde existe uma urbanização de realojamento. Ali existiu uma das maiores favelas de Lisboa, que se chamava Bairro Chinês e a câmara realojou as pessoas todas nestes bairros sociais. Nesses bairros sociais, o arquiteto criou várias soluções, várias tipologias em U de habitação social e criaram praças, mini praças para cada uma desses conjuntos habitacionais. E era preciso pensar o que é que eram aquelas praças e como requalificá-las. Na primeira vez que fomos contactados por este consórcio, que se chamava Ás de Marvila, apresentaram-nos uma vista aérea do território e nós como arquitetos pensamos logo “falta aqui um jardim, tem as bicicletas todas em volta, se calhar arranjar um sítio para por as bicicletas todas organizadas, sítios para as pessoas se sentarem”. Portanto, como *experts*, dissemos logo que a requalificação passava por um conjunto de diretrizes que são aquelas que nós como arquitetos achamos que o espaço deve ter. Fomos convidados depois, para desenhar esse espaço, a fazer um conjunto de processos participativos, ou seja, envolver a população para saber as suas necessidades. Fizemos um conjunto de *toolkits* de participação, cujo primeiro partiu da utilização de várias imagens, para as pessoas que não sabiam ler, não sabiam escrever, para dois fins: a hipótese de apresentarmos também soluções que permitissem perceber visualmente o que o espaço poderia vir a ser e permitir a proposta de soluções aos sítios a partir dos seus conhecimentos e identidade daquele território.

Ao longo do processo com perguntas, com estas imagens e elementos que permitiam perceber se estava correto ou não o nosso pensamento, foram-nos dizendo que na existência de um jardim, a câmara municipal não iria fazer a manutenção, teria de ser a população a fazer a

manutenção o que não iria acontecer, seria muito interessante na inauguração mas depois muito dificilmente seria mantido; em relação às bicicletas disseram-nos logo que, se as bicicletas ficarem expostas todas arrumadas, seriam todas roubadas, portanto tinha de ficar na periferia, escondidas em relação ao centro do espaço. Duas coisas que nós achávamos, à partida, que eram muito interessantes e que iriam organizar, à priori não iriam ser utilizadas. Porque efetivamente eles conhecem o seu território e sabem que as coisas não iriam funcionar. No fundo, o que nos disseram e a única coisa que nós fizemos naquele território foi colmatar um problema que efetivamente era um problema para eles: sítios para as pessoas se sentarem. Requalificar aquele espaço para que ele fosse efetivamente um ponto de encontro para as pessoas se poderem sentar. Porque todos os bancos que tinham sido colocados naquele espaço tinham sido destruídos ou roubados, portanto era preciso criar qualquer coisa que fosse deles. O que fizemos foi desenhar soluções de bancos que não fossem possíveis roubar, que houvesse uma interação e participação connosco em todo esse processo. Fizemos pequeninas maquetes para eles verem os bancos, como queriam o desenho, como seria mais interessante, votações *in situ*, qual o tipo de material a ser utilizado, onde é que os iríamos posicionar, fizemos coisas com crianças, com pessoas de idade...as pessoas sabiam que iam existir aqueles bancos, aqueles bancos tinham sido uma interação com eles e o desenho era deles. Fizemos os moldes aqui no laboratório, portanto desenhamos tudo isto, cortamos os moldes aqui, o material, escolhido por eles também, foi o betão por ser o único material que eles diziam ser perene o suficiente para não ser destruído, levamos os moldes para lá e uma pessoa de lá betonou e os bancos foram colocados por lá com as pessoas. Uma coisa interessante é que se for àquele território neste momento, os bancos estão lá e nem foram grafitados.

O trabalho que foi realizado foi um pequenino trabalho, numa lógica cada vez mais abordada de micro práticas, ou seja, pequenos atos que fazem com que o espaço seja alterado. Estas micro práticas, pequenas ações que alteram a lógica do sítio que dão às pessoas oportunidade de, em pouco tempo, experimentar isto, é o que tem permitido, a nós arquitetos, testar algumas soluções

para o território e algumas soluções depois ficam de forma mais perene e são utilizadas efetivamente.

4. As ações promovidas por estas associações e atividades tornam-se meios de apropriação do espaço por parte da população.

Porque há uma memória, há uma identidade com aquele espaço. Tivesse sido a câmara a pôr aqueles bancos, possivelmente não haveria uma relação. Eles sabem o dinheiro que foi gasto, todos nós participamos no desenho e depois há alguém local que constrói e põe no território e há um momento de chegada daqueles elementos, há um momento de festa. E isso facilita todo o processo. E há uma memória com aquilo, há uma relação de memória e identidade com aquele espaço que é, para nós, o que nos diferencia de qualquer tipo de máquina: é a relação entre as pessoas e a memória e a identidade, a empatia.

Estas micro práticas, para mim, são uma forma de nós fazermos pequenos atos no espaço público que efetivamente alteram as lógicas.

5. Um das vantagens destes processos associativos urbanos é a relação de várias disciplinas e da própria integração e apropriação social.

Exatamente. Mas isto não é o único caminho. É um dos caminhos possíveis para fazer coisas dentro do espaço público quando temos muito pouco dinheiro.

Outro trabalho que eu fiz também, que se chama Pendão em Movimento, com 5mil euros nós conseguimos alterar a lógica de todo um bairro. Começamos com pequeninas sementes que ficam e que depois podem crescer e que as pessoas se podem associar e tornar as suas ideias numa coisa concretizada. Novamente, fomos convidados porque nós conseguíamos concretizar algumas ideias no Laboratório de Fabricação Digital, tínhamos algumas metodologias e utilização de toolkits que permitiam que as pessoas fossem falando, numa espécie de

gameficação onde as pessoas estão a brincar e estão a tomar decisões. Ajuda-nos a perceber quais são as suas preocupações. E neste, no Pendão em Movimento, o que acontecia era que era um bairro em Queluz no Monte Abrãao que tinha uma realidade também de realojamento e venda livre. Realojamento da comunidade cigana e da comunidade cabo Verdiana. E nos de venda livre estavam “os brancos”. E estas três comunidades entravam em conflito permanente. Este trabalho foi muito interessante porque permitiu termos reuniões onde estas três comunidades estiveram juntas e perceberam que tinham tudo a ganhar. Se queriam ver o seu bairro melhorado, através de se associarem, em vez de reivindicarem cada uma o seu território, se elas se juntassem conseguiam muito mais. E conseguiram. Era o projeto K Cidade, a Fundação Aga Khan mais a Santa Casa da Misericórdia foram para o território, instalaram uma loja e essa loja começou a dar apoio a todas as pessoas que quisessem visitar esse espaço. Fez reuniões com todas estas pessoas, que se foram juntando e organizando, conseguindo que o presidente da câmara, que sempre desconfiou de todo o processo, um dia fosse lá visitar e estivesse efetivamente a visitar o território com todas estas comunidades a apresentarem os problemas de forma integrada. E foi muito interessante ver o Presidente da Câmara de Sintra ali a ouvir e a trabalhar e a apresentar soluções de tal maneira que, no final, ele disponibiliza um valor para concretizar muitas das coisas que estavam a ser ditas como importantes para eles. E, novamente, eram pequeninas coisas. Não era um desenho *top-down* de qualificação, eram pequeninas coisas conseguidas naquele momento que depois iam crescendo e ganhando cada vez mais confiança e mais autonomia e vão melhorando ao longo do processo.

E o impacto no meio urbano e no futuro do bairro é crescente.

Exatamente. A primeira coisa são as pessoas, por isso é que começo sempre por referir o Jan Gehl a falar sobre a Cidade para Pessoas, e isto a partir da Jane Jacobs, é preciso que o espaço seja para as pessoas. Não havia associação de moradores, entretanto já existe, pois começou a aparecer a necessidade porque permite às pessoas a hipótese de se reunirem e discutirem e

serve de intermédio direto com a câmara. Isso é uma mais valia. Essa ação já é um enorme ganho. A partir daí, é sempre a crescer.

6. Há também a capacidade destas associações e programas públicos de integrar diversas áreas, artísticas, técnicas, nestas ações.

Sim. Por exemplo, um caso de Marvila, um pequeno laboratório onde nós aprendemos imenso. Na altura, a Câmara Municipal de Lisboa olhou para o bairro de Marvila e achava que faltava uma biblioteca municipal e os moradores todos juntaram-se e disseram que não queriam uma biblioteca, que não serviria as suas necessidades e capacidades e que o que precisavam era uma esquadra da polícia. Mas a câmara insistiu numa visão *top-down*, avançaram com a biblioteca, convidaram o Raul Hestnes Ferreira a desenhar a biblioteca. Inaugurou algum tempo através, não há muito [2016], neste momento é um dos pontos principais de encontro das pessoas. Porquê? Porque a biblioteca não se limitou a ser a biblioteca no sentido que nós conhecemos de ir buscar um livro para ler. Não. Tornou-se um ponto de encontro. Tem uma escola ao pé e os alunos terminam o dia naquele espaço. Num espaço onde podem ouvir música ou podem encontrar alguém, é um espaço multiusos.

Ou seja, o papel cultural dos espaços tem muito a ver com o modo como chegam ao território. Se eles chegarem ao território e assumirem o carácter que nós já conhecemos, específico, neste caso de biblioteca, pura em que ninguém pode entrar, é tudo silêncio...morre. Mas não. O diretor percebeu que o espaço podia ser muitíssimo mais que isso. A biblioteca assumiu que queria ser um ponto de encontro cultural e técnico. Faz vários fóruns, vários encontros, tornou-se um agente ativo, é um ponto de apoio às pessoas que sabem que têm alguém ali que as pode apoiar. Tudo depende muito de como é que chegam estes espaços ao território. Se eles ao chegarem ao território se integrarem e adaptarem à realidade, eles são bem aceites e trabalham, efetivamente, em prol da comunidade e da cultura. São convidados imensos artistas plásticos, há imensa coisa que acontece naquele espaço que permite às pessoas ocupação e acesso.

Por exemplo, há um BIP/ZIP que falava sobre a violência doméstica na família, foram feitas várias ações de conversas com a população e técnicos deste tema, e o problema começa a ser resolvido in loco. Depois há outras coisas como a arte urbana que começa a concretizar spots culturais que promove interação. As dinâmicas têm de ser integradas, se forem impostas não funcionam. E há um processo de adaptação. É um ecossistema de pessoas, de relações, de problemas, que se vai mexendo e organizando para conseguir sobreviver. Vamos tentar fazer com que as dinâmicas dramáticas e más existentes num bairro se alterem dando mais atenção ao bairro, informando que o bairro não é um espaço tão perigoso como habitualmente é visto, trazer pessoas de outros sítios para este bairro para este entendimento.

Outro projeto, no Alfredo Bensaúde, outro bairro problemático, no qual havia um polidesportivo aberto, com um campo, mas estava tudo partido, tudo vandalizado. Conseguimos arranjar uma maneira de dizer que o desporto é uma forma de as pessoas se encontrarem, de poderem conviver e a partir de um determinado momento, com a junta de freguesia, conseguiu-se requalificar aquele espaço e, neste momento, já ninguém o destrói. É tudo uma questão de articulação e integração, de dizer às pessoas que o espaço lhes pertence, que o vamos trabalhar e conseguir trazer novas pessoas, gerar competitividade saudável, dar espaço a novas oportunidades. E é através de ações micro, não ações *top-down*. E aquele parque, aquele campo desportivo agora é um ponto importante e está em boas condições.

7. Essas iniciativas são despoletadas localmente ou partem de entidades exteriores?

Na maior parte das vezes são entidades exteriores. A maior parte dos projetos são projetos BIP/ZIP, dos que estou a falar. Nos projetos BIP/ZIP, a câmara municipal de Lisboa tem um departamento de desenvolvimento local que tem um programa chamado Bairros de Intervenção Prioritária, o qual todos os anos financia projetos um valor até 50mil euros. Há uma carta que a câmara desenhou e identificou que há bairros e zonas de intervenção prioritárias e solicita a esses bairros e zonas que candidatem projetos em rede para esse território, disponibilizando um

ano para gastar 50mil euros. Este ano, até à data já foram financiados cerca de 300 projetos, iniciativas. Para o próximo ano fará 10 anos este programa. Portanto, durante um ano, estamos a trabalhar sobre um território, sobre uma realidade específica com as pessoas do território, com as associações locais, e todas estas iniciativas fazem...por exemplo, neste do parque desportivo, o que aconteceu foi que o BIP/ZIP pensou que o desporto podia ser uma forma de união das pessoas. O box, o futebol, a dança. E foi chamando as pessoas para este espaço e começaram a identificá-lo como uma coisa sua ao ocupá-lo e utilizá-lo. Isso alterou e permitiu que a junta de freguesia melhorasse aquele espaço.

Os outros projetos, ou são projeto académicos que levamos para o território, onde a câmara e as associações locais são parceiras, ou então era a K Cidade que já tinha um plano com a Santa Casa da Misericórdia para entrar nestes espaços e requalificar os bairros. Requalificar os bairros não significa apenas o parque urbano, significa muito mais do que isso. Mas era um consórcio entre a Santa Casa da Misericórdia e a Aga Khan, que se chamava K Cidade, no qual iam para os territórios e trabalhavam-nos. Novamente, tendo sempre como parceiros a Câmara Municipal, as associações locais, as juntas de freguesia e uma quantidade de outros parceiros.

Mas sempre coisas que vêm do exterior, que chegam ao território e integram-se neste. Não são coisas espontâneas do próprio território. São motivadas, há uma ignição para que elas aconteçam.

Voltando um pouco ao In Situ, o professor Pedro Campos Costa iniciou o projeto e houve a participação de coletivos como o Warehouse e Rés-do-chão.

Sim. O professor Pedro Campos Costa estava a dar aulas na Universidade Autónoma de Lisboa, queria concretizar as soluções, sabia que havia aqui [ISCTE] um laboratório de fabricação digital, nós conseguimos material, conseguimos que uma empresa nos fornecesse material, foram convidados quatro ateliers, esses ateliers tinham dez placas de osb cada um e poderiam fazer o

que quisessem com elas, apenas tinham que ter coisas concretizadas no território no final do In Situ. Eu estive em dois In Situ e continuaram sempre com a construção de estruturas que permitissem melhorar ou requalificar o espaço em que estava a ser feita a intervenção.

O Warehouse é convidado para fazer uma intervenção em determinado sítio. E o Rés-do-chão a mesma coisa. O Rés-do-chão nasce de um BIP/ZIP.

Portanto, recapitulando, o que foi lá feito [no 2º Torrão] funcionou, resultou, mas não permaneceu porque não houve manutenção. O problema da continuação da parte social.

É sempre. É sempre o mesmo problema: é a continuidade. Por falta de meio políticos ou económicos. E não havendo esses meios é difícil.

Ou seja, em conclusão os BIP/ZIP, os programas públicos e as associações urbanas começam sempre com micro ações capazes de se extravasar a si próprias e ter fortes impactos no meio urbano e no plano em geral das localidades e dos bairros.

Sim. Mas que é preciso continuar a potenciar. Tem de ser um processo contínuo.

E agora podemos passar para outro problema, que é o processo de gentrificação, os movimentos da cidade. Que acontece muito neste momento em Marvila. A expulsão das pessoas do centro para a periferia. E tem a ver também com um lado cultural. Foi o que aconteceu no Lx Factory e está a acontecer no Beato: a criação de estruturas culturais muito fortes que de repente começam a atrair pessoas que habitualmente não estavam naquele território. Os artistas deslocam-se porque já não têm dinheiro para viver no centro, afastam-se e começam a criar uma nova cultura, como aconteceu nestes dois espaços. Vão para estes pontos, instalam-se, criam uma nova dinâmica e depois o público vai atrás e as agências e agentes imobiliários também. E neste momento está novamente a haver uma expulsão de Marvila para outros sítios, tal como em Alcântara. Tudo aquilo está a ser urbanizado e a atrair uma nova burguesia e afasta

completamente aquele tecido mais cultural, financeiramente menos forte. Isso em Marvila é bastante evidente, as alterações são bastante evidentes. Está tudo em recuperação. Parte de Marvila velha está a ser comprada e vendida a elevados valores e a população que vivia toda lá, as vilas operárias, todo aquele lado fabril que era o que estava associado a Marvila, vai desaparecer. É o processo de gentrificação.

Há travões, a câmara municipal está a tentar travar isso, mas é muito difícil. Acho mesmo que aquelas habitações sociais todas que estão ali, a partir do momento que elas as adquiram, vão ser todas vendidas, porque aquilo vai passar a ser muito bom de viver ali. Também está a acontecer em Penha de França.

Então retiro desta conversa a conclusão de que estas ações podem influenciar duas grandes situações: a continuidade e a gentrificação.

Sim, podem. Melhoramos a qualidade de vida, melhoramos o espaço, há uma nova imagem daquele sítio, para os locais e não só. As pessoas de fora começam a interessar-se e os próprios locais acabam por ser expulsos. O mesmo acontece com Alfama.

Esta é também uma potencial realidade para o Torrão, para a Trafaria.

Sim. Aí ainda é uma questão muito inicial, mas acredito que haja uma pressão imobiliária. Mas estas dinâmicas são inevitáveis, são naturais. A não ser que haja impossibilidade pela câmara. Mas muitas vezes o *top-down* não dá resultado.

Microplanejamento do Marcos Leite Rosa fala sobre ocupar e trabalhar o espaço público a partir de pequenas ações. Se ocuparmos o espaço, começamos a promover o espaço como interessante e as pessoas começam a utilizar o espaço. Num projeto BIP/ZIP que nós fizemos, uma coisa chamada Liga-te ao Bairro, nós tínhamos um estaleiro das obras do metro, em Chelas, que tem uma vista lindíssima sobre o rio. É no vale, tem um anfiteatro, os prédios todos em volta

com vista para aquele espaço. Só que era um espaço usado para venda e consumo de droga. O que fizemos não foi acabar com a droga, era impossível, mas sim reivindicar o espaço para a cidade e para as pessoas como praça. Então fomos para aquele sítio e começamos a ocupá-lo. Promover atividades, levar crianças, fazer feiras...e as pessoas foram ocupando e criando o hábito de ocupar o espaço. Então aí já podíamos começar a desenhar o espaço e desenhamos com as pessoas. Mas primeiro é a ocupação. Tinha um esgoto a céu aberto, estava todo maltratado...e terminamos a construir um espaço desenhado para uso das pessoas com várias ações, festas. Deixou de ser um espaço de consumo também porque um dos nossos parceiros do projeto eram duas associações que trabalhavam com toxicodependentes. Tirámos o esgoto a céu aberto, colocamos árvores, pintamos. Tínhamos pouco dinheiro para qualificar, mas agora se a câmara quiser requalificar o espaço, tem capacidade para tal. Nós conseguimos mudar aquela realidade, agora a câmara pode fazer um desenho mais elaborado para o sítio. Com pequenas ações e intervenções conseguimos alterar um sítio mal habitado e torná-lo da população.

Urbanismo tático é também um conceito relacionado com o *microplanejamento*. São pequenas ações na cidade que alteram as lógicas e fomentam ideias novas de utilização dos espaços.

Obrigada!

ANEXO C - Tabelas

<i>Número de Associações</i>	<i>Países (em %)</i>							
	Portugal	Espanha	Noruega	Dinamarca	Holanda	Alemanha	Moldávia	Roménia
Nenhuma	46,6	51,6	4,6	7,9	10,9	30,2	80,2	80,4
Uma	29,7	23,9	9,5	14,9	11,5	27,1	14,4	13,6
Duas	12,7	11,6	13,1	19,8	15,6	21,0	2,8	4,0
Três ou mais	11,0	12,8	72,8	57,4	62,0	21,7	2,5	2,1

Tabela 2 - Percentagem de envolvimento associativo por país em 2001. Fonte: Viegas, 2004, p.41. (Dados de *Cidadania e participação política e social: atitudes, comportamentos e mudanças institucionais* dos autores José Viegas e Sérgio Faria e *Citizenship, involvement, democracy* de Jan Van Deth e com participação de José Viegas).

		Tipo de Associações		Países (em %)					
		Portugal	Espanha	Noruega	Dinamarca	Holanda	Alemanha	Moldávia	Roménia
Integração Social	Pais e Moradores	4,8	10,1	39,1	41,6	27,9	4,9	3,2	5,2
	Solidariedade Social e Religiosas	25,6	19,5	49,7	35,6	49,2	20,6	4,0	3,6
	Desportivas, Culturais e Recreativas	28,0	21,7	73,9	59,0	59,4	49,3	5,2	2,9
	Pensionistas e Ex-combatentes	1,6	6,1	10,0	18,3	11,0	4,1	1,7	1,9
	Total	60,00	57,40	172,70	154,50	147,50	78,90	14,10	13,60
Defesa de interesses de grupo	Sindicais e Socioprofissionais	7,6	7,7	53,0	60,0	28,7	11,4	5,6	6,4
	Interesses Empresariais ou Financeiros	2,4	3,2	11,3	11,9	9,5	3,5	3,9	1,6
	Partidos Políticos	2,8	2,8	12,8	8,2	8,4	3,9	2,5	4,1
	Total	12,80	13,70	77,10	80,10	37,10	18,80	12,00	12,10
Novos movimentos sociais	Defesa de Direitos de Cidadania e Valores	4,5	10,9	61,6	26,0	42,6	10,5	2,5	1,3
	Consumidores	1,9	1,0	13,8	3,4	13,2	0,5	0,8	0,2
	Total	6,40	11,90	75,40	29,40	55,80	11,00	3,3	1,50

Tabela 3 - Percentagem de envolvimento associativo por tipo de associação, organizados por classificação de associações, em 2001. Fonte: Viegas, 2004, p.41. (Dados de *Cidadania e participação política e social*:

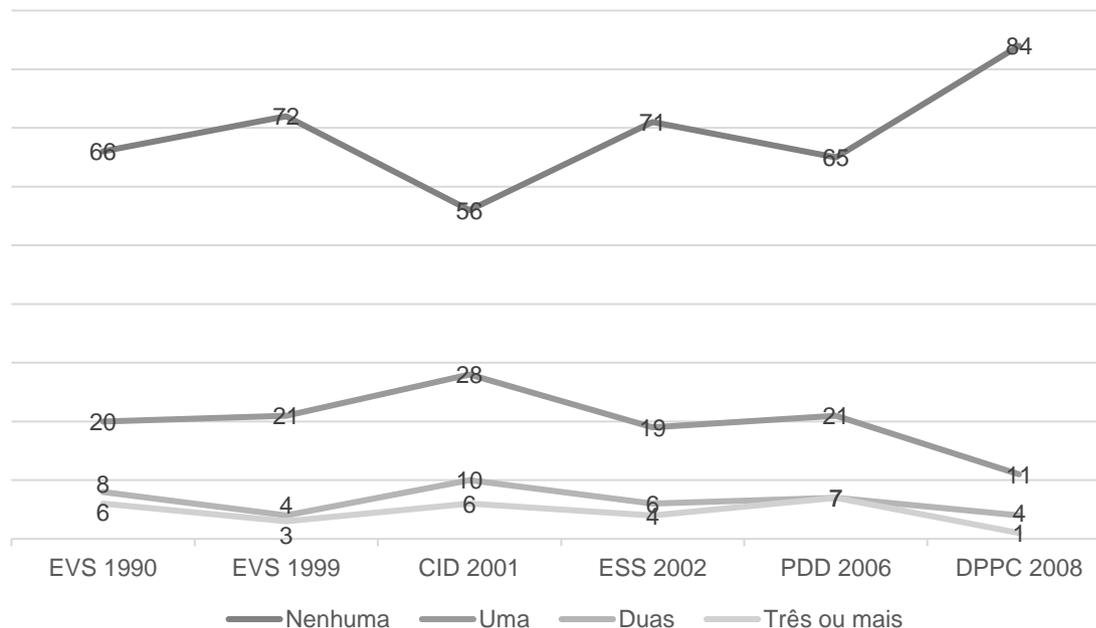


Tabela 4 - Percentagem de envolvimento associativo em Portugal por número de associações de 1990 a 2008. Fonte: Viegas, 2011, p.52; Viegas, 2014, p.45. (Dados de *European Value Survey* (EVS) (1990, 1999), *Citizenships Involvement and Democracy* (CID) (2001), *European Social Survey* (ESS) (2002), *Participação e Deliberação Democráticas* (PDD) (2006) e *Deputados Portugueses em Perspetiva Comparada* (DPPC) Inquérito à População (2008)).

atitudes, comportamentos e mudanças institucionais dos autores José Viegas e Sérgio Faria e *Citizenship, involvement, democracy* de Jan Van Deth e com participação de José Viegas).